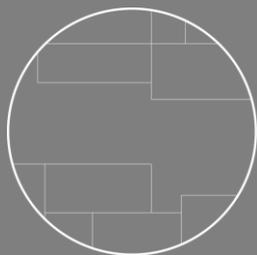




N O V A S
FRONTEIRAS ESPM

Revista Acadêmica dos Alunos de Relações Internacionais da ESPM-Sul



N O V A S FRONTEIRAS

ESPM

Revista Acadêmica dos Alunos de Relações Internacionais da ESPM-Sul

CONSELHO EDITORIAL

Direção

Prof. Diego Pautasso

Prof. Cristian Salaini

Prof. Sérgio Wollman

Coordenação da Revista Acadêmica

Ana Julia Bonzanini Bernardi

Coordenação de Arte

Ítalo Brunneto de Rocco

Apoio Técnico

Thiago Braga

Bruna Hohensee

AS OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU COMO INSTRUMENTO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: a liderança brasileira na MINUSTAH

Marcelle Moreira Pujol

FRAGMENTAÇÃO DO DIÁLOGO POLÍTICO ENTRE AS AMÉRICAS: o caso de Cuba na VI Cúpula das Américas e os impactos à cooperação

Bibiana Santos

A FORMAÇÃO DA COLÔNIA FRANCESA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX E A SUA IMPORTÂNCIA PARA A CIDADE DE PELOTAS

Alice Saccaro

A POLÍTICA DAS CULTURAS: a conexão do global com o local da questão afro-brasileira em tratados internacionais

Henrique Braunstein Raskin

AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL: a dança dos paradigmas, o estado normal e a política externa na década de 1990

Augusto Gavioli

O PRÉ-SAL E A ESTABILIDADE ECONÔMICA BRASILEIRA: o país está imune a possíveis choques na oferta de petróleo?

Luis Fernando Krás Couto

OS IMPACTOS DOS REGIMES AUTORITÁRIOS NA CULTURA POLÍTICA HUNGARA: análise da ocupação Ssviética e seus legados no período inicial de restauração democrática (1985-1994)

Ana Julia Bonzanini Bernardi

VICIADOS EM ROUPAS: identidade, consumo e descolonização

Maria Fernanda Gonzalez



1ª EDIÇÃO - MARÇO | 2014

**AS OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU COMO INSTRUMENTO DA
POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: *a liderança brasileira na
MINUSTAH***

**THE BRAZILIAN PEACE OPERATIONS AT UN AS AN INSTRUMENT
OF FOREIGN POLICY: *the brazilian leadership at MINUSTAH***

*Marcelle Moreira Pujol**

Resumo

O presente artigo visa realizar uma análise da instrumentalização das operações de paz das Nações Unidas pela política externa brasileira. O crescente papel de destaque do Brasil no cenário internacional, bem como sua aspiração por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, fazem das missões de paz um forte meio do país demonstrar sua capacidade de mobilização para lidar com grandes questões internacionais. Nesse contexto, insere-se o comando da MINUSTAH – Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti –, o qual representa um desafio para sua atual política externa.

Palavras-chave: Operações de Paz. ONU. Conselho de Segurança. Política Externa. Brasil.

Abstract

The present article aims to achieve an analysis of the Brazilian's use of United Nations' peace operations as an instrument for its foreign policy. Brazil's increasing spotlighted role in the global scenario and its aspiration for a permanent seat at UN Security Council, make the peace missions a strong tool for the country to demonstrate its mobilization capacity on dealing with international major issues. In this context, the command of MINUSTAH – United Nation Stabilization Mission in Haiti – is inserted, as it represents a huge challenge for Brazilian's currency foreign policy.

Keywords: Peace Operations. UN. Security Council. Foreign Policy. Brazil.

*Graduanda do curso de Relações Internacionais com Ênfase em Marketing e Negócios da ESPM SUL.
Email: marcelle.pujol@hotmail.com

Introdução

O multilateralismo é característica marcante da política externa brasileira e sua presença no sistema internacional se dá pela constante atuação junto às organizações internacionais. A contribuição para a solução pacífica de conflitos é um dos princípios básicos que regem as relações internacionais do país, e a ativa participação brasileira nas operações de paz, principalmente das Nações Unidas, é um dos principais instrumentos pelo qual essa postura é consolidada.

As missões de paz possuem extrema relevância também no cenário internacional, uma vez que, atualmente, constituem-se a principal forma pela qual o Conselho de Segurança da ONU atua diretamente em crises e conflitos internacionais. São dezesseis as missões de paz correntes, com um orçamento de mais de US\$ 7 bilhões e cerca de 96 mil pessoas, entre civis, militares e policiais (DPKO[†], 2012). Nesse contexto, a participação na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), apresenta-se como um marco importante para o trabalho do Brasil realizado junto à ONU e reflete um amadurecimento da projeção do país como protagonista e potência no sistema internacional (PECEQUILO, 2010).

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo analisar as contribuições brasileiras em operações de paz da ONU e como estas são instrumentalizadas pela política externa do país, tendo como foco a sua participação no Haiti. Justifica-se tal abordagem pelo fato deste ser o seu mais importante envolvimento em missões de paz e de sua atual posição de potência emergente lhe dar mais destaque do que quando atuou em outras operações. Para isso, apresentou-se uma abordagem teórica acerca das operações de paz e dos conceitos de *peacekeeping*, *peacemaking*, *peace enforcement* e *peacebuilding*, bem como da sua legitimação jurídica. Em seguida, através de uma contextualização histórica do engajamento brasileiro, foi feita uma análise acerca das motivações e dos interesses que o possam ter resultado das peculiaridades da MINUSTAH.

Quanto à metodologia adotada, escolheu-se o tipo de estudo exploratório, visando à abordagem de questões iniciais a serem exploradas em trabalhos futuros, e a vertente qualitativa, uma vez que desenvolveu-se em caráter descritivo e de enfoque indutivo. As técnicas de pesquisa bibliográfica e documental serviram de base para a busca pelo que o tema representa no atual contexto acadêmico, assim como para a procura de dados e de

[†] Departamento para Operações de Paz da ONU.

informações (GIL, 1989). Para tanto, as principais referências foram os autores Eduardo Uziel, Afonso Sena, Paulo Fontoura e Felipe Cavalcante, além de relatórios e *sites* da ONU.

As Operações de Paz da ONU

As operações de paz constituem atualmente o principal instrumento que o Conselho de Segurança faz uso para atuar diretamente em crises e conflitos internacionais (UZIEL, 2010). Mesmo não estando previstas na Carta constitutiva das Nações Unidas, elas se legitimaram através da sua larga e contínua prática por organizações internacionais, principalmente pela ONU, tornando-se parte do direito consuetudinário internacional. Conceituam-se como um modo de solução de controvérsias por terceiros, elaboradas a fim de que se diminuam os atritos entre as partes conflitantes e de que se estabilize a situação, propondo saídas aceitáveis e tratando de prevenir novos incidentes. Segundo Sena (1998), elas evoluíram a partir da Segunda Guerra Mundial como parte de uma nova base de atuação do Conselho de Segurança da ONU, voltada para o consenso, a conciliação e a cooperação; tendo sido necessária, já que a alternativa pelo uso internacional da força – no qual se inspirou o sistema de segurança coletiva quando da criação da Organização – não se mostrara funcional.

Os princípios da imparcialidade, do consentimento das partes e da não-violência são imprescindíveis para a sua legitimação e para o seu bom funcionamento. O consentimento das partes refere-se ao fato de que o Estado que receber uma missão de paz deve estar de acordo com ela. É fundamental, uma vez que há uma quebra da soberania dos anfitriões e que, se não fosse consentida, seria basicamente uma intervenção de força militar (SENA, 1998). Quanto à não violência, tem-se que “independentemente dos termos de seu mandato, qualquer operação de paz estará sempre sujeita, porém, ao risco de ver-se confrontada pelo uso da força.” afirma Sena (1998, p. 29), sendo essencial que esteja limitado à autodefesa, quando em casos extremos, ou em defesa do mandato da operação. Já o princípio da imparcialidade destina-se àqueles que compõem as missões de paz, no sentido de que não devem favorecer ou prejudicar nenhuma das partes envolvidas no conflito (ONU, 2008).

O embasamento jurídico das missões de paz se dá pela Doutrina dos Poderes Implícitos das Nações Unidas, reconhecida definitivamente na decisão da Corte Internacional de Justiça em 1949. Segundo essa doutrina, a Organização possui direitos e deveres – mesmo que implícitos na sua Carta constitutiva – desenvolvidos na prática. Esses são necessários para o desempenho de suas atividades e devem estar alinhados aos seus princípios, não se referindo, portanto, à atribuição de poderes extraordinários (TRINDADE, 2003). Nesse

sentido, as operações de paz são instrumentos necessários para a principal atribuição do Conselho de Segurança da ONU: a manutenção da paz e da segurança internacionais. Assim, Sena (1998) afirma que sua justificativa está no Artigo 40 do Capítulo VII da Carta da ONU, onde estão previstas medidas provisórias a serem formuladas pelo Conselho quando este determinar que haja uma ameaça à paz e à segurança internacionais. Medidas essas que “não prejudicarão os direitos ou pretensões, nem a situação das partes interessadas” Carta da ONU (1945, Art. 40). Uma vez definidas as operações de paz e o desenvolvimento da sua base jurídica, cabe-se analisar as categorias em que são divididas.

Os conceitos de Peacekeeping, Peacemaking, Peace Enforcement e Peacebuilding

Primeiramente, as clássicas, ou de primeira geração – surgidas durante a Guerra Fria e majoritárias até 1987 – são instaladas após conflitos entre Estados, com o objetivo desenvolver um ambiente propício para um acordo de paz. Compõem-se principalmente de contingentes militares e suas funções são de naturezas militares: supervisionar o cessar-fogo, tréguas e armistícios, acompanhar a situação entre as partes e as zonas de conflito e controle fronteiras (FONTOURA, 2005).

Já as que são definidas como de segunda geração, ou multidimensionais, eclodiram após o término da Guerra Fria e atuam em conflitos intra-estatais, uma vez que houve uma intensificação de conflitos internos em inúmeros países. São instaladas depois da conciliação de um acordo de paz pelas partes conflitantes, com o intuito de monitorar o cumprimento deste e são formadas também por civis e policiais. Seu objetivo é chegar às causas do conflito, desempenhando atividades que visam resultados de longo prazo, como treinamento da força policial local, implementação de uma reforma institucional e inclusive outras de caráter humanitário, de reconstrução de infraestrutura e de supervisão do respeito aos direitos humanos (FONTOURA, 2005).

As operações de paz também podem ser: *peacekeeping*, *peacemaking*, *peace enforcement* e *peacebuilding*. É importante ressaltar que essas definições são doutrinárias, e que usualmente as categorias são englobadas pelo termo *peacekeeping*. As operações de construção da paz (*peacemaking*) são aquelas com a atribuição de promover a negociação de um acordo de paz entre as partes de um conflito recém finalizado. Assim sendo, essa classificação insere-se nas operações clássicas. Já as de *peacekeeping* (manutenção da paz) possuem a função de preservar a paz, ainda que frágil, onde houve um conflito e já se ratificou um acordo de paz. As *peace enforcement* designam operações de coerção, incluindo até mesmo o uso da força (com base no Capítulo VII da Carta da ONU). Por último, as

operações *peacebuilding* caracterizam-se pela busca da construção da paz, mesmo onde ainda não tenha havido um conflito, vindo a reduzir o risco deste ocorrer. Estas últimas definições, portanto, fazem parte das operações de paz de segunda geração (SENA, 1998).

Em sua “Uma Agenda Para a Paz” de 1992, o então Secretário-Geral da ONU, Boutros-Ghali, propõe, pela primeira vez no âmbito da Organização, o conceito de construção da paz, através do que chamou de *post-conflict peacebuilding*. Ghali reconhecia a necessidade de adaptação – frente aos novos tipos de conflitos – das operações de paz e apontava os seus limites, que estariam atreladas aos interesses do Estado como ator. Propôs objetivos que têm guiado grande parte das operações de paz no âmbito da ONU (CAVALCANTE, 2010): a construção da paz, resultados a longo prazo, que chegassem às causas dos conflitos (GHALI, 1992 apud CAVALCANTE, 2010, p. 5-7).

Uma vez definidas suas classificações, faz-se necessária uma análise do histórico do engajamento brasileiro nas missões de paz da ONU.

A Participação Brasileira nas Operações de Paz da ONU

Desde 1948, o Brasil colaborou com mais de 30 operações de manutenção da paz no âmbito da ONU, cedendo um total de mais de 17 mil pessoas a integrarem as missões (MRE, 2012). E, ainda que sua participação tenha contado também com operações que ocorreram sob égide da Organização dos Estados Americanos (OEA), o presente estudo focará apenas as missões em que esteve pelas Nações Unidas. Atualmente, o Brasil está presente em nove operações de paz das Nações Unidas e, durante os mais de 50 anos de contribuição, esteve em diversas regiões. As missões no Canal do Suez (UNEF I), em Angola (UNAVEM III), em Moçambique (ONUMOZ), no Timor-Leste (UNTAET e UNMISSET) e no Haiti (MINUSTAH) merecem atenção especial, uma vez que foram as únicas para o qual o Brasil cedeu tropas militares (MRE, 2012).

A participação brasileira pode ser claramente dividida em duas fases, uma envolvendo o período entre os anos de 1957 – 1967, e outro que se estende de 1989 até os dias de hoje. Esses dois espaços de tempo são reflexos do contexto tanto da política interna do país, como também do cenário internacional. Ambos correspondem a anos em que foi mais ativa a atuação da ONU com relação a temas de segurança e paz internacionais, sendo que o primeiro foi o ápice das operações de primeira geração, e o segundo o das operações de segunda geração (FONTOURA, 2005). Já entre os anos de 1967 e 1989, o Conselho de Segurança teve sua capacidade de atuação drasticamente reduzida, devido às diferenças de posições entre Estados Unidos e Rússia durante a Guerra Fria. No âmbito doméstico,

corresponderam à implantação dos governos militares, os quais optaram por um afastamento de inúmeros órgãos multilaterais internacionais.

O Períodos de 1957-1967 e pós - 1989

A primeira contribuição para operações de paz da ONU se deu no Canal do Suez em 1957. A ONU interveio na crise do Canal de Suez através da UNEF I (Primeira Força de Emergência das Nações Unidas). Os fatos culminaram quando o governo do Egito nacionalizou o Canal, do qual França e Inglaterra eram, até então, detentoras. O Brasil foi o único país sul-americano a contribuir até o fim da missão, em 1967, cedendo um contingente total de 6.300 militares e exerceu o comando de tropas por duas vezes (SEITENFUS, 2006).

Já o envolvimento brasileiro no Congo, através da ONUC (Missão das Nações Unidas no Congo), não contou com um grande número de militares. No entanto, foi um marco importante, pois teve um caráter humanitário: o Brasil auxiliou na distribuição e no transporte de remédios, alimentos e suprimentos em geral para a população (SEITENFUS, 2006). Apesar desse aspecto novo, foi somente a partir de 1989 que houve envio de civis e de policiais. A tabela 1, abaixo, contém as principais participações brasileiras até o ano de 1967.

Missão	Período	Localização
UNEF I	1957-1967	Sinai e Faixa de Gaza
ONUC	1960-1964	Congo
UNSF	1962	Nova Guiné Ocidental
DOMREP	1965-1966	República Dominicana
UNIPOM	1965-1966	Índia/Paquistão
UNFICYP	1964-1967	Chipre

Tabela 1 – Participação brasileira nas Operações de Paz da ONU entre 1957-1967

Fonte: www.seitenfus.com.br

A participação pós-1989, por sua vez, somou mais de 20 operações e incorporou a tendência internacional: deixaram de ter um caráter majoritariamente militar e tiveram início as chamadas multidimensionais, que passaram a contar também com civis e policiais, promovendo, por exemplo, o acompanhamento de eleições e a reforma de sistemas judiciais. Na tabela 2, abaixo, pode-se visualizar as principais participações brasileiras até o ano de 2006, com destaque em Angola, em Moçambique, no Timor-Leste e no Haiti.

Missão	Período	Localização
UNAVEM I	1989-1991	Angola
ONUCA	1990-1992	América Central
UNAVEM II	1991-1995	Angola
ONUSAL	1991-1995	El Salvador
ONUMUZ	1993-1994	Moçambique

ONUMUR	1993-1994	Ruanda/Uganda
UNPROFOR	1992-1995	ex-Iugoslávia
UNTAC	1993	Camboja
UNOMIL	1993	Libéria
MINUGUA	1994-2001	Guatemala
UNOMSA	1994	África do Sul
UNAVEM III	1995-1997	Angola
UNCRO	1995-1996	Croácia
UNPREDEP	1995	Macedônia
UNTAES	1996-1998	Eslovênia Oriental
UNMOP	1996-2006	Península de Prevlaka
MONUA	1997-1999	Angola
UNAMET/UNTAET	1999-2006	Timor-Leste
MINUSTAH	2004-2006	Haiti

Tabela 2 – Participação brasileira nas Operações de Paz da ONU entre 1989-2006

Fonte: www.seitenfus.com.br

A contribuição na Missão das Nações Unidas em Moçambique foi a primeira, desde a UNEF I, para a qual o Brasil enviou tropas militares. Criada em 1992, apenas em 1994 o Brasil mobilizou-se para auxiliar nas dificuldades surgidas pela guerra civil que assolava o país. Visava-se à organização de eleições, ocorridas em 1994 (SEITENFUS, 2006).

Já em Angola, apesar do envio de pessoal para Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola I e II, foi na UNAVEM III que obteve um papel de destaque. Com a guerra civil que dominou o país após a declaração de sua independência, a missão tratava da retirada pacífica de tropas cubanas do país, além da negociação de um cessar-fogo entre as partes conflitantes, um programa de desminagem e a organização de eleições. Com uma atuação de caráter multidimensional, o Brasil disponibilizou ao todo mais de 4 mil pessoas, entre militares, policiais, agentes de saúde, engenheiros e técnicos eleitorais (UZIEL, 2010).

A intervenção de paz da ONU no Timor-Leste, por sua vez, teve início em 1999 com a Missão das Nações Unidas no Timor-Leste (UNAMET). O Brasil colaborou para que se realizasse um referendo à população (SEITENFUS, 2006) para constatar se desejava sua independência, ou se acataria a proposta da Indonésia de se tornar sua região com autonomia especial. O resultado apontou para a independência, o que, no entanto, causou uma onda de violência entre milícias favoráveis e contrárias à soberania. Os conflitos internos levaram à Força Internacional para o Timor-Leste (INTERFET), com o objetivo de cessar a violência, prover proteção à UNAMET, bem como facilitar a entrada de assistência humanitária ao país (FONTOURA, 2005). Apesar de não ser comum à tradição brasileira a participação em *peace enforcements*, foi cedido um batalhão da Polícia do Exército. Seguiu-se a UNTAET – Administração Transitória das Nações Unidas no Timor-Leste –, autorizada após a saída da

Indonésia e expulsão das milícias do país. A operação permaneceu até 2002, quando finalmente ocorreu a sua independência, com o objetivo de instaurar um governo capaz de prestar assistência humanitária, auxiliar no desenvolvimento e em medidas para capacitação da população, prover segurança, ordem e manter a lei (BRACEY, 2010). Nas eleições de 2002, o Brasil entrou com ajuda em aspectos da saúde, da educação, da administração e cedeu especialistas eleitorais (SEITENFUS, 2006).

Em substituição, a ONU estabeleceu a Missão de Apoio das Nações Unidas no Timor-Leste (UNMISSET), para colaborar com o novo governo do país, promover a imposição da lei e a segurança (BRACEY, 2010). Em 2004, o Brasil tornou-se seu maior contribuinte (UZIEL, 2010) e, atualmente, integra a Missão Integrada das Nações Unidas no Timor-Leste (UNMIT). Iniciada em 2006 e atendendo pedido do governo timorense, suas principais funções constituem dar suporte à construção e à reforma do sistema de justiça, coordenar a assistência internacional, diminuir a pobreza e desenvolver diversas áreas, como de segurança pública e direitos humanos (ONU, 2012).

Hoje, o Brasil atua em nove das dezesseis operações de paz ONU. São elas: Missão das Nações Unidas na República do Sudão do Sul, Força Provisória de Segurança das Nações Unidas para Abyei, Operação das Nações Unidas em Costa do Marfim, Missão das Nações Unidas na Libéria, Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental, todas na África; na Ásia a Missão Integrada das Nações Unidas no Timor-Leste; na Europa a Força de Manutenção da Paz das Nações Unidas no Chipre; no Oriente Médio a Missão das Nações Unidas na Libéria e, por fim, a MINUSTAH (ONU, 2012), que será apresentada a seguir.

Atuação Brasileira no Haiti

A atuação brasileira na MINUSTAH constitui-se a principal e a mais importante contribuição do país com relação ao tema de paz e segurança internacionais: um dos maiores esforços, tanto em aspectos políticos, como material (UZIEL, 2010). Desde sua criação, o Brasil exerce o comando das forças militares da missão e cedeu, ao total, mais de nove mil militares, tendo, atualmente, um contingente de mais de dois mil (MRE, 2012).

O histórico do Haiti revela uma intensa instabilidade política desde a sua independência. O primeiro país das Américas a conquistar sua soberania política, é hoje o mais pobre da região. Apenas uma vez, desde o fim da longa ditadura dos Duvalier em 1986, um presidente logrou completar seu mandato (MATHIAS e PEPE, 2006). O envolvimento das Nações Unidas teve início ainda em 1990, através do Grupo Observador das Nações Unidas para a Verificação das Eleições no Haiti, quando o governo provisório a requisitou

para auxílio nas eleições do país. Em resposta ao golpe de Estado e da destituição do presidente em 1991, foi estabelecida a Missão Civil Internacional no Haiti. Em 1993, formou-se a primeira operação de paz no país: UNMIH (Missão das Nações Unidas no Haiti) e, no ano seguinte, o Conselho de Segurança autorizou a instalação de uma Força Multinacional, com 20 mil integrantes, para restabelecer o poder às legítimas autoridades haitianas.

Desde então, até o ano 2000, sucederam-se as seguintes operações de paz: a Missão de Suporte das Nações Unidas no Haiti em 1995, a Missão de Transição das Nações Unidas no Haiti e a MIPONUH Missão de Polícia Civil das Nações Unidas no Haiti (ONU, 2012). A ONU considera que houve alguns avanços durante o período, tal como a restauração de aspectos democráticos no país. Ressalta, contudo, a continuidade da crise política e a da instabilidade: em 2004, foi o estopim de uma nova crise. Rebeldes armados, opositores do governo de Jean Bertrand Aristide, tomaram violentamente o controle de diversas regiões, até chegarem à capital, Porto Príncipe. Os protestos originaram-se de acusações de fraude na eleição de Aristide e da crise econômica que assolava o país. O Conselho de Segurança autorizou, através da resolução 1.529, a Força Interina Multinacional (MIF) sob comando dos Estados Unidos, a dar suporte a um processo político pacífico e constitucional e manter um clima de segurança e de estabilidade (ONU, 2012).

Atendendo às recomendações do Secretário-Geral da ONU, o Conselho de Segurança adotou a resolução 1.542, instituindo a MINUSTAH, que substituiu a MIF em junho de 2004. A missão inclui militares, policiais e civis e, dentre seus objetivos: dar suporte ao governo provisório em promover um clima seguro e estável; dar assistência em monitoramento, reestruturação e reforma da Polícia Nacional do Haiti; auxiliar no programa de desarmamento, desmobilização e reintegração de milícias; auxiliar na restauração e manutenção da lei, segurança pública e ordem; dar proteção aos integrantes das Nações Unidas no país; auxiliar no processo constitucional e político; organizar, monitorar e auxiliar as eleições e promover a proteção e monitoramento dos Direitos Humanos (ONU, 2012).

Foi somente com a MINUSTAH que o Brasil se envolveu. Com relação às resoluções anteriores, o país atuou com certa cautela, a fim de evitar excessos nos mandatos. Até mesmo durante as negociações da resolução 1.542, buscou limitar o recurso ao Capítulo VII da Carta da ONU, procurando expandir o escopo da operação para questões além do tema de segurança. Essa posição foi de encontro com as recomendações do Secretário-Geral, apontando como grande falha das operações anteriores o uso somente de forças militares, falta da consideração do fortalecimento institucional e não promoção de crescimento sustentável no Haiti (UZIEL, 2010). O engajamento do Brasil e de outros países latino-

americanos nas negociações foram fundamentais para que se agregasse a ela um caráter mais humanitário, de uma *peacebuilding*, e permitiram ainda o comprometimento de outros órgãos internacionais, como a OEA, a Comunidade do Caribe e instituições financeiras (UZIEL, 2010).

Nos anos que se seguiram, o conceito e a força da operação foram sendo adaptados pelo Conselho de Segurança em diversas ocasiões, de acordo com as necessidades políticas, de segurança e socioeconômicas do país. O processo parecia estar caminhando para resultados positivos: a eleição realizada em 2006 contou com 63% de votantes do total de inscritos, sendo um marco histórico quando comparado às médias anteriores (SEITENFUS, 2006). Em 2010, contudo, o terremoto que atingiu o Haiti foi um verdadeiro golpe para o contexto de uma economia e infraestrutura já debilitadas, dificultando os esforços da missão e criando um clima de instabilidade para as eleições que estavam agendadas. O Conselho de Segurança autorizou, então, pela resolução 1.908, um fortalecimento da operação. Uma nova resolução, a de número 1.927 em 2010, aumentou temporariamente os esforços, em número de pessoas, humanitários, e de preparação para as eleições de março de 2011 (ONU, 2012).

Por fim, as duas últimas resoluções vieram a dar início à redução do número de militares e policiais da missão, uma vez que as responsabilidades acerca da segurança estão gradativamente sendo transferidas para a polícia nacional. A última delas, aprovada pelo Conselho de Segurança em outubro de 2012, estende a duração da MINUSTAH até outubro de 2013, apontando para as ações de fortalecimento das instituições de governo e de justiça, de continuação do auxílio para restauração da paz e segurança, bem como de promoção do processo político e dos direitos humanos (ONU, 2012).

Uma vez descrita a atuação brasileira nas operações de paz das Nações Unidas, cabe a realização de uma análise quanto aos interesses e motivações, relacionados com a política externa brasileira e sua identidade, que possam ter levado a tais engajamentos.

Motivações, Identidade e Política Externa

O envolvimento brasileiro pode ser justificado de duas formas: através das vertentes realista ou idealista ou pelas lógicas de adequação e de consequências. As idealistas propõem que o Estado atua por motivações que transcendem seus interesses nacionais: derivariam de uma obrigação em preservar a paz, bem como as normas e os valores internacionais (NEACK, 1995 apud KENKEL, 2011, p. 14). Segundo Seitenfus (2006), o envolvimento do Brasil insere-se nessa percepção, por uma diplomacia solidária, e também outros países em

desenvolvimento, com a ideia de fortalecimento do sistema multilateral, e uma alternativa ideológica à atuação dos países desenvolvidos que atuariam pela lógica realista. Esta análise parece ser compartilhada pelos discursos da diplomacia brasileira.

A vertente realista, por sua vez, aponta para o fato de que os Estados fazem o possível, limitados a seus recursos de poder, para preservarem seus interesses nacionais. As potências médias, como o Brasil, possuem motivações tanto idealistas, como realistas para o seu envolvimento nas missões de paz da ONU: possuem um forte compromisso com a paz internacional (idealista), entretanto, possuem interesses em manter o *status quo* do cenário internacional, o qual lhes favorece com relativa riqueza e poder como potências médias e futuras potências globais (NEACK, 1995 apud KENKEL, 2011, p. 14).

Se analisada pelas lógicas de consequência ou adequação, a atuação brasileira também apresenta aspectos de ambas. Segundo esta última, as ações são associadas e coincidem com determinada identidade que o ator possui. A lógica de consequências, por sua vez, leva em consideração resultados e consequências (NEACK, 1995 apud KENKEL, 2011, p. 15).

O Brasil, portanto, busca, a partir da sua participação nas operações de paz das Nações Unidas, seguir sua identidade diplomática, caracterizada pelo seu pacifismo, pelo mais alto princípio do respeito à não-intervenção e à soberania, fortalecimento das instituições internacionais e do multilateralismo. Da mesma forma, essas práticas são usadas como instrumento para a concretização de seus interesses nacionais que, por sua vez, derivam em parte das respostas de fóruns internacionais (KENKEL, 2011). O envolvimento nas operações de paz é visto, assim, como instrumento da política externa e de promoção dos interesses específicos e identidade brasileira (CAVALCANTE, 2010). Uma análise do histórico de participações do Brasil deixa claro essa percepção.

A primeira contribuição brasileira, no Canal de Suez, mostra-se neutra, buscando, contudo, a manutenção da ordem internacional, sua projeção como ator relevante e um maior prestígio internacional (UZIEL, 2010). Além disso, reflete a política externa mais agressiva do presidente envolvido, Juscelino Kubitschek (1956-1960), o qual buscou um papel mais ávido para o Brasil e uma diversificação dos seus parceiros internacionais (MATHIAS e PEPE, 2006). Já a integração no Congo e na Nova Guiné Ocidental refletiu a chamada política externa independente, que teve início nos governos de Jânio Quadros (Janeiro-Agosto de 1961) e de João Goulart (1961-1964). Estes seguiram a mesma linha de JK, envolvendo-se em grandes questões internacionais da época e buscando novos parceiros que não se limitassem apenas à Europa, Estados Unidos e América Latina (OLIVEIRA, 2005).

Durante o período dos governos militares, havia a percepção de que as organizações internacionais eram instrumentalizadas pelas grandes potências para paralisar a estrutura de poder internacional e de que as Forças Armadas deveriam ser direcionadas não para o combate de inimigos externos, mas dos inimigos internos (UZIEL, 2010), o que refletiu no envolvimento em apenas três missões de paz da ONU até 1967. O Brasil também não assumiu o cargo de membro não permanente do Conselho de Segurança nessa fase (CAVALCANTE, 2010). A conjuntura externa de Guerra Fria também colaborou para o freio das operações, devido aos impasses surgidos no Conselho de Segurança entre EUA e URSS.

Com o fim da Guerra Fria, os novos temas da agenda internacional, como direitos humanos, meio ambiente, terrorismo e narcotráfico – os quais passaram a ser vistos como pressupostos para a paz –, integraram também as relações internacionais do Brasil. A elite pensadora passara a redirecionar a política externa conforme as regras e normas internacionais, adotando uma posição a favor do multilateralismo. A busca pela reinserção brasileira refletiu-se na intensificação das participações em missões de paz da ONU, havendo uma mudança estratégica de “autonomia pela distância” para “autonomia pela participação” (CAVALCANTE, 2010).

Quanto às contribuições brasileiras na Angola, Uziel (2010) aponta que o argumento utilizado para a aprovação do Congresso Nacional engloba a intensificação das relações com a África e com países falantes da língua portuguesa, bem como os interesses do Atlântico Sul como uma região de imediata ação internacional para o Brasil, criação de laços estreitos de cooperação com a Angola e fortalecimento da candidatura brasileira ao assento permanente. Por sua vez, na participação no Timor-Leste, uma ex-colônia portuguesa, havia a busca pela reafirmação do comprometimento com a autodeterminação, característico da identidade da política externa brasileira. Além do mais, o presidente da época, Fernando Henrique Cardoso, tratou de intensificar laços econômicos em outras regiões que não fossem somente Europa e Estados Unidos (BRACEY, 2010). Era uma oportunidade de promover empresas brasileiras no mercado oriental, atraente pelas novas economias industrializadas asiáticas, como os Tigres Asiáticos (UZIEL, 2010).

Essas atuações foram também instrumento para a busca pela aproximação com países lusófonos, os quais começaram a ter um papel expressivo para a política externa brasileira. Ademais, o fato de ambas INTERFET e UNMISSET terem resoluções legitimadas pelo Capítulo VII da Carta, mostra a preocupação do país com o enfraquecimento de seu argumento para a reforma do Conselho de Segurança (BRACEY, 2010). Assim, Uziel (2010) considera que o Brasil tratava de demonstrar sua legitimidade para lidar com crises

internacionais, fortalecendo a proposta de reforma e visando a sua candidatura a um assento permanente.

Uma mudança na posição da política externa brasileira pode ser observada a partir do segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. A atuação adotada corresponde à sua identidade de potência emergente, buscando tornar-se um ator global e não tanto mais ancorado somente às questões regionais, como prevalecera anteriormente. Antes atrelada à preferência dos princípios de soberania e não-intervenção, as questões de paz e direitos humanos parecem ter ganhado prioridade (KENKEL, 2011). O novo posicionamento refletiu a percepção de sua identidade e das análises de custo-benefício, e pode ser visualizado a partir da decisão do Estado em comandar a MINUSTAH. Ao analisar-se pela lógica das consequências e levando-se em conta o atual papel visado pelo Brasil, a opção pela não intervenção tem preço cada vez maior: mais poder traz consigo mais responsabilidades (KENKEL, 2011).

A aspiração por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU é uma das motivações mais visíveis para se ter aceito o comando militar da MINUSTAH (BRACEY, 2010). As motivações satisfazem as lógicas de adequação e de consequências, podendo ser internas: cumprimento da Constituição Federal, treinamento das Forças Armadas (a relativo baixo custo) e promoção do papel dos militares na sociedade; bilaterais ou regionais: solidarizarão com o país, intensificar a relação com este, com seus países vizinhos e/ou com tropas estrangeiras, bem como promover o comércio e os investimentos ; e, por fim, institucionais: legitimar sua candidatura no assento permanente, ao demonstrar capacidade e mobilização, fortalecer o multilateralismo e as soluções pacíficas e maximizar sua influência durante seus mandatos não-permanentes.

Uma característica peculiar da sua atuação consiste em demonstrar um novo modelo de intervenção. De acordo com Kenkel (2011), o elemento militar e o uso da força não seriam os esforços mais importantes, mas sim o empenho em mediações e resoluções pacíficas para os conflitos, focando no desenvolvimento sustentável, no contato com a população local e na exportação de técnicas utilizadas no seu próprio cenário interno. Apesar da nova identidade de potência global emergente e de líder regional, esses aspectos de construção da paz ainda refletem a tradição da política externa brasileira. Por fim, tem-se uma melhor articulação interna entre a estratégia e a política de Defesa com a estratégia e a política externa do país, o que tem permitido um maior alinhamento entre ambas e um papel mais destacado do Brasil no cenário internacional (BRACEY, 2010).

A partir do engajamento e dos esforços brasileiros para a MINUSTAH, surgem dúvidas sobre o êxito da missão e acerca da capacidade brasileira. Cavalcante (2010), por exemplo, aponta para falhas no processo decisório para as contribuições que podem vir a comprometer sua eficácia: há falta de clareza sobre quais princípios devem prevalecer em cada situação; falta de diretrizes e de critérios estabelecidos que venham a justificar uma intervenção ou não; o fato de o processo decisório ser subinstitucionalizado e sofrer muita influência de interesses de personalidades; a falta de conhecimento específico e de interesse do Congresso Nacional, responsável pelas aprovações.

Considerações Finais

A partir da análise das principais contribuições brasileiras para as operações de paz da ONU, percebe-se que estas tornaram-se um importante instrumento da política externa brasileira ao longo dos anos. Esse processo acompanhou a evolução do seu posicionamento no cenário internacional, impulsionado principalmente pela sua aspiração a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. São percebidos interesses nacionais e interesses em consolidar a identidade brasileira no cenário internacional.

O seu envolvimento na MINUSTAH, é reflexo de uma aspiração por uma atuação de maior destaque no Conselho de Segurança, visando uma posição de ator global e de líder regional dos países sul-americanos. Com uma mudança em seu discurso, passa a aceitar a participação em operações baseadas até mesmo no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas e constrói um modelo próprio de atuação.

Por fim, as perspectivas apontam que o seu maior poder como Estado e como potência emergente implica em um aumento de suas responsabilidades, e que questões internas ainda estão pendentes. Futuros estudos sobre o tema podem ser a possibilidade de criação de uma operação de paz na Líbia e a atuação crescente de países em desenvolvimento nas missões.

Referências

BRACEY, Djuan. **O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz da ONU: Os Casos do Timor leste e Haiti**. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v.33, n.2, p.315-331, 2011.

CAVALCANTE, Fernando. **As Origens Conceituais da Construção da Paz das Nações Unidas**. Disponível em:

<<http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/relacoesinternacionais/article/view/1328>>. Acesso em: 10 set. 2012.

CAVALCANTE, Fernando. **Rendering peacekeeping instrumental?** The Brazilian approach to United Nations peacekeeping during de Lula da Silva years (2003-2010). *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v.53, n.2, p. 142-159, 2010.

FONTOURA, Paulo. **O Brasil e as Operações de Manutenção de Paz das Nações Unidas: XXXVII Curso de Altos Estudos**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005.

GIL, Antonio. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 2 ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 1989.

GIL, Antonio. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 2 ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 1989.

KENKEL, Kai. **Interesses e Identidade na Participação do Brasil em Operações de Paz**. *Revista Tempo do Mundo - IPEA*, Brasília, v.3, n2, p. 9-35, 2011.

MATHIAS, Suzeley; PEPE, Leandro. **Segurança e Democracia: A Atuação do Brasil no Haiti**. In: LASA's XXVI International Congress, 26, 2006, San Juan.

MD – Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2012.

MRE – Ministério das Relações Exteriores. **Temas Multilaterais**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-multilaterais/paz-e-seguranca-internacionais/nacoes-unidas>>. Acesso em: 01 nov. 2012.

OLIVEIRA, Henrique. **Política Externa Brasileira**. 1 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Capstone Doctrine**. Disponível em: <<http://www.unrol.org/doc.aspx?d=2112>>. Acesso em: 10 set. 2012.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Carta das Nações Unidas**. Disponível em: <<http://www.un.org/fr/documents/charter/index.shtml>>. Acesso em: 01 set. 2012.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Current Missions**. Disponível em: <<https://www.un.org/en/peacekeeping/operations/current.shtml>>. Acesso em: 20 out. 2012.

ONU – Organização das Nações Unidas. **MINUSTAH**. Disponível em: <<https://www.un.org/en/peacekeeping/missions/minustah/background.shtml>>. Acesso em: 20 out. 2012.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Peacebuilding Orientation**. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacebuilding/pbso/pdf/peacebuilding_orientation.pdf>. Acesso em: 01 out. 2012.

PECEQUILO, Cristina. **Manual do Candidato: Política Internacional**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

SEITENFUS, Ricardo. **De Suez ao Haiti: a participação brasileira nas Operações de Paz**. Disponível em: <<http://www.seitenfus.com.br/>>. Acesso em: 03 set. 2012.

SENA, Afonso. **O Brasil nas Operações de Paz das Nações Unidas**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1998.

TRINDADE, Antônio. **Direito das Organizações Internacionais**. 3 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

UZIEL, Eduardo. **O Conselho de Segurança, as Operações de Manutenção da Paz e a Inserção do Brasil no Mecanismo de Segurança Coletiva das Nações Unidas**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

FRAGMENTAÇÃO DO DIÁLOGO POLÍTICO ENTRE AS AMÉRICAS:

o caso de Cuba na VI Cúpula das Américas e os impactos à cooperação

THE FRAGMENTATION OF THE POLITICAL DIALOGUE BETWEEN THE AMERICAS: *the Cuba case on the VI Summit of Americas and its impacts to the cooperation.*

Bibiana Martins dos Santos[‡]

Resumo

Este artigo analisa o diálogo político no âmbito da Cúpula das Américas - órgão da Organização dos Estados Americanos (OEA) - e os impactos deste na cooperação entre as Américas. Durante VI Cúpula das Américas ressaltou-se uma fragmentação no diálogo político entre os países americanos devido às diferentes opiniões a respeito da proposta de inclusão de Cuba no fórum de debate. Neste contexto, o trabalho seguinte visa à avaliação e definição dos impactos que a cooperação continental sofre frente a uma ruptura no diálogo político no continente.

Palavras-chave: América. Cuba. Cúpula das Américas. Diálogo político. Impactos à cooperação. Cooperação.

Abstract

This article analyzes the political dialogue within the Summit of the Americas – a sector of the Organization of American States (OAS) – and its impacts in the cooperation between the Americas. During the VI Summit it was pointed out a fragmented political dialogue between American countries due to different opinions on the proposal of inclusion of Cuba in the discussion forum. In this context, the following paper aims the evaluation and definition of the impacts that continental cooperation suffers when facing a rupture in the inter-american dialogue.

Keywords: America. Cuba. Summit of the Americas. Political dialogue. Impacts on cooperation. Cooperation.

[‡] Aluna do curso de Relações Internacionais da ESPM-Sul.
Email: bibianamsantos@gmail.com

Introdução

A Cúpula das Américas foi concedida como uma reunião de Chefes de Estado e de Governo proposta pelos Estados Unidos no pós Guerra Fria. A Cúpula proporciona um ambiente para o diálogo político na região, baseando suas ações na democracia, nos direitos humanos, na segurança e no desenvolvimento. Na reunião da Cúpula, 34 países americanos buscam a definição de uma agenda hemisférica visando o desenvolvimento e o crescimento com base na cooperação. A cooperação entre países, segundo a teoria da cooperação de Dougherty e Pfaltzgraff Jr. (2003), é instituída em um contexto de consentimento entre as partes onde um ou mais países, nesse caso de maneira multilateral, baseiam-se em valores de condutas comuns, excluindo ações baseadas na coerção ou no constrangimento. No contexto do vasto continente americano, o assentimento mútuo necessário à criação de uma agenda comum enfrenta diferentes realidades e visões políticas apresentando impasses a esta formulação.

Durante a Guerra Fria, o diálogo político do continente, encontrava-se alinhado na contenção do comunismo russo e cubano, difundindo os ideais capitalistas norte-americanos. Atualmente, observa-se uma fragmentação política e um choque de visões, no qual os governos do sul se distanciam da agenda norte-americana, provocando uma ruptura na construção de um diálogo político no continente e a organização de cooperação entre os países no continente americano.

Na VI edição da Cúpula das Américas, realizada em abril de 2012, os Chefes de Estado e de Governo dos países americanos se reuniram em Cartagena das Índias, na Colômbia sob o tema: “Conectando as Américas: Parceiros pela Prosperidade”. O evento apresentou ao mundo um dissenso político documentado por jornais internacionais como The New York Times e Financial Times. O tema de grande debate foi a exclusão política de Cuba nas discussões entre os países das Américas que se reflete através do impedimento de sua participação na Cúpula. A não democratização de Cuba é condenada pelos Estados Unidos da América e Canadá, enquanto uma representativa parcela dos países, entre eles, Argentina, Bolívia, Brasil, Equador e Uruguai, defendem a inclusão de Cuba. Para os defensores, a exclusão do Estado comunista de Cuba do fórum de debate impõem restrições ao diálogo político no continente (Site oficial Summit of the Americas).

O apoio concedido à introdução de Cuba na Cúpula representa, além de tudo, uma mudança de postura frente às opiniões da grande potência mundial. A antiga questão do

isolamento cubano foi, anteriormente, um tema consensual; hoje, apresenta-se como um tema de opiniões divididas no continente. Durante anos, Cuba foi isolada do cenário político americano, marcado pela crítica ao comunismo e o suporte total ao neoliberalismo norte-americano. Nos dias atuais, Cuba ganhou o apoio de diversos países latino-americanos, destacando a cena política do continente em oposição aos interesses norte-americanos. Dessa forma, conforme Moreira, Quinteros e Silva (2010, p.376), “A condução da questão cubana representa o grande teste da diplomacia de Obama para a América Latina.”. O dissenso sobre a inclusão de Cuba na Cúpula, e os estímulos e políticas que motivam esse apoio na América Latina, tornaram-se um problema chave para o andamento da cooperação do continente, pois são incentivadas contraposições aos ideais norte-americanos que guiavam as políticas da região. A partir de um apoio ao governo comunista cubano, a América Latina expressa sua crescente voz-ativa contestatória, cada vez mais contrária aos princípios neoliberais dos Estados Unidos, gerando um desafio à formulação e a continuidade da cooperação no continente.

Este artigo, então, se propõe a analisar o caso de Cuba e seus reflexos à concepção de um diálogo político na Cúpula das Américas, bem como os impactos desta questão na cooperação do continente. O debate provocado sobre a inclusão de Cuba na Cúpula das Américas representa uma ruptura consensual que dificulta o alinhamento no hemisfério, necessário à cooperação. Diante de propostas de governos e visões políticas dispares entre os países, o artigo visa balancear os resultados de uma agenda política fragmentada na formulação de uma atuação cooperativa entre os países americanos, destacando alternativas e oportunidades na esfera de cooperação intercontinental.

Dessa forma, o seguinte trabalho torna-se relevante ao interpretar, no âmbito do continente americano, fortemente ligado as relações externas brasileiras, os resultados de uma ruptura política na cooperação entre os Estados americanos. Uma cooperação fragmentada aflige o posicionamento internacional do Brasil com seus vizinhos e pode resultar no enfraquecimento ou potencialização da região. Acredita-se que a análise do tema é de suma importância para o entendimento das relações internacionais das Américas e do papel de cada Estado nos fóruns de debate, além disso, o artigo proporciona a exposição de uma nova abordagem teórica das relações entre as 35 nações americanas que formam o Novo Mundo.

A análise partirá do âmbito da Organização dos Estados Unidos e a Cúpula das Américas. Neste contexto, será analisado o caso da inclusão de Cuba no fórum de debate. Para tanto, serão utilizadas informações oficiais da OEA e da Cúpula, como o livro *As Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas* de Amado Cervo

(2007). Para identificar o impacto desses desafios na esfera de cooperação nas Américas será utilizada a teoria de cooperação que compõem o campo das relações internacionais e está exposta no livro, *Relações Internacionais: as teorias em confronto* de Dougherty e Pfaltzgraff Jr. (2003) além do livro, *As Relações Internacionais da América Latina* de Moreira, Quinteros e Silva (2010). A metodologia empregada na formulação deste artigo enquadra-se como uma pesquisa exploratória qualitativa que se baseia em uma análise bibliográfica e documental.

O diálogo político entre as Américas no contexto da Guerra Fria

O diálogo político nas Américas começou a partir da Primeira Conferência Internacional Americana realizada em Washington D.C., nos Estados Unidos, no final do século XIX. A partir deste encontro, os Estados criaram a União Internacional das Repúblicas Americanas. Em 1948, constituiu-se a Organização dos Estados Americanos com a assinatura da carta da OEA, em Bogotá, na Colômbia. A criação de uma instituição internacional voltada aos interesses das Américas objetivava a consolidação de um ambiente coordenado pela paz, solidariedade, soberania, integridade territorial e independência, assim, a OEA tornou-se o “principal fórum governamental político, jurídico e social das Américas” (Site Oficial da OEA).

Neste período, o cenário mundial encontrava-se em plena Guerra Fria, em meio ao confronto ideológico entre o modelo econômico capitalista norte-americano e o comunismo da União Soviética que havia começado em 1947 e perdurou até o início da década de 90. Com o eminente conflito entre duas grandes nações, os Estados Unidos buscou apoio em seus países vizinhos, gerando, a partir da criação da OEA, um sistema estratégico de influência sob o continente americano. Este sistema, segundo Amado Cervo (2007), visava à contenção do comunismo no mundo e, principalmente, em torno da área de ação política norte-americana, as Américas. Neste período conflituoso, a potência hegemônica atuou no resto do continente evidenciando uma relação de dominação ideológica que intensificou a agenda interamericana em função da difusão de princípios políticos do capitalismo.

Em 1959, após o movimento revolucionário cubano associado às ideias comunistas soviéticas, Fidel Castro subiu ao poder. Assim, o líder político “arrebatoou o interesse das diplomacias latino-americanas, que se movimentavam sob pressão das ideologias em pugna durante a Guerra Fria” (Cervo, 2007, pág. 93) e tornou-se uma preocupação ao governo norte-americano face à contenção do movimento comunista que se fazia presente nas

Américas. Após a ascensão do comunismo em Cuba, o conflito ideológico aproximou-se da realidade latino-americana e o cenário, antes marcado pela propaganda capitalista, viu-se contaminado por duas ideologias oposicionistas.

A transferência do conflito ideológico para a realidade latino americana se tornou uma ameaça à esfera de influência dos Estados Unidos. Através da presença comunista, o mundo bipolar configurou-se como o novo panorama de debate das relações internacionais da América Latina. A partir de então, o capitalismo, passou a disputar a influência com o comunismo que ganhava cada vez mais adeptos e admiradores no continente. Em 1962, as consequências da bipolaridade no continente americano começaram a ser expostas.

Um projeto de condenação para as práticas de aproximação com a União Soviética foi organizado pela Colômbia, com apoio dos Estados Unidos e mais tarde da Bolívia. A proposta anticubana visava à ruptura diplomática com Cuba caso esta não cumprisse os tratados de segurança firmados no âmbito da OEA. Embora o projeto não contasse com o suporte de grandes países do continente, como o Brasil, Argentina e México, um quórum de 14 votos, durante a Oitava Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores em Punta Del Este, no Uruguai, resultou na Resolução VI que determinava a exclusão de Cuba da OEA. A decisão perdurou até o ano de 2009, quando, através da aprovação unânime na Assembléia Geral – órgão supremo da OEA – foi declarado na Resolução sobre Cuba que “a participação da ilha na OEA será o resultado de um processo de diálogo iniciado a pedido do Governo da República de Cuba e em conformidade com as práticas, os propósitos e princípios da Organização” (Resolução sobre Cuba).

Assim, atualmente, 35 países da América do Sul, Central, Caribe e América do Norte formam os Estados americanos membros da OEA. São eles: Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, El Salvador, Equador, Estados Unidos da América, Grenada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Saint Kitts e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela (Site oficial Summit of the Americas).

O diálogo político na Cúpula das Américas

A Cúpula das Américas é um órgão pertencente à Organização dos Estados Americanos, e consiste na reunião de Chefes de Estado e de Governo dos países americanos democráticos. Os encontros realizados a cada três anos envolvem o debate de temáticas pré-

definidas e questões problemáticas na região, nas esferas política, econômica e social. Os debates objetivam a formulação de uma agenda hemisférica para alcançar o desenvolvimento e o crescimento com base na cooperação americana. Segundo Moreira, Quinteros e Silva (2010), a Cúpula foi uma proposta norte-americana, no período pós Guerra Fria, que visava coordenar as relações entre os países americanos e reprojeter a hegemonia dos Estados Unidos no continente com a introdução de debates sobre integração e a Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

As primeiras reuniões, no período da Guerra Fria, aconteciam em um sistema *ad hoc*, ou seja, os encontros entre Chefes de Estado e Governo eram organizados somente na apresentação de assuntos relevantes para debate e em períodos irregulares. Assim, duas reuniões entre Chefes de Estado e Governo foram realizadas, uma em 1956 no Panamá e outra em 1967 no Uruguai. Em 1967, em Punta Del Este, foi assinado entre os presidentes dos países americanos a Declaração dos Presidentes das Américas que objetivava projetos de cooperação multilateral nas áreas de agricultura, educação e infraestrutura. Porém as metas propostas não foram perseguidas a fim de serem cumpridas, contaminando com descrença a efetividade do diálogo criado entre as Américas.

Em 1994, no entanto, foi realizada em Miami, nos Estados Unidos da América, a Primeira Cúpula das Américas, nesta ocasião os presidentes de 34 países assinaram a Declaração de Princípios da Cúpula. A reunião possibilitou a criação de uma nova agenda regional consensual baseada em princípios de democracia, livre-comércio e desenvolvimento do continente. Segundo a história institucional da Cúpula, “A existência de aspectos políticos e econômicos comuns trilharam o caminho para o vasto projeto de cooperação política e integração econômica no hemisfério, do Canadá a Argentina.”

Dessa forma, a construção de uma agenda interamericana institucionalizada criou a noção de Processo da Cúpula das Américas (Summit Process) através de reuniões regulares que organizam o andamento e os fundamentos do diálogo político entre as nações. Os debates na esfera da Cúpula produzem decisões de maneira consensual através do Grupo de Revisão da Implementação da Cúpula (GRIC), ou seja, por meio dos Ministros das Relações Exteriores (também chamados coordenadores nacionais) de 34 países membros da OEA com exceção de Cuba. As decisões expressas no documento final das reuniões formam o Mandato da Cúpula das Américas (Site oficial Summit of the Americas).

VI Cúpula das Américas

A última reunião da Cúpula das Américas foi realizada entre os dias 14 e 15 de abril de 2012 em Cartagena das Índias, na Colômbia. A temática escolhida pelo país anfitrião foi “Conectando as Américas: Parceiros pela Prosperidade”. O tema foi introduzido pelos discursos do presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos Calderón, Secretário Geral da OEA e a Secretária Executiva da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). A temática abordou o desenvolvimento do continente por meio da integração física e cooperação regional entre as Américas. Segundo a temática, uma união eficiente no continente americano levaria a solução de questões que se refletem em diversos países como a desigualdade, desastres naturais, garantia de acesso à tecnologia para todos, pobreza e segurança.

O discurso do presidente colombiano deu um enfoque à união entre as Américas ressaltando as alterações ocorridas ao longo dos anos:

“Hoje eu gostaria de propor que nós usássemos esta Cúpula para tornar este “o momento das Américas” Um momento em que nosso hemisfério emerge como um bloco regional com pontos fundamentais do consenso para a prosperidade e o bem-estar de nossos povos. Agora é realmente possível. Primeiro, porque a América Latina e o Caribe deixaram para trás muitos problemas estruturais e institucionais que nos mantiveram amarrado ao passado. Em segundo lugar, porque o tradicional poder – entre eles [América Latina e Caribe] e o nosso amigo e vizinho, os Estados Unidos – já experimentam os limites do exercício do poder isolado, pois eles aprenderam que sozinhos não podem carregar todo o peso de manter o equilíbrio e a paz no mundo. Quanto a América Latina, passamos de ser uma região problema atormentada por crises econômicas e ditaduras para ser uma fonte de respostas e soluções para os atuais desafios.” (CALDERÓN, 2012, p. 1 e 2) (tradução da autora).

Assim, sugeri mudanças de paradigmas nas relações continentais encaminhando as discussões em torno de questões como a ausência de Cuba nas Cúpulas das Américas, além da guerra contra as drogas, o narcotráfico, e a disputa territorial das Ilhas Malvinas, que também foram trazidas à discussão.

O caso de Cuba na Cúpula das Américas

O caso de Cuba foi abordado na VI Cúpula das Américas devido à ausência da ilha caribenha do fórum de debate. O presidente da Colômbia endereçou esta discussão pontuando o isolamento da ilha como um retrocesso histórico das Américas ao período de disputa ideológica ocorrida durante a Guerra Fria:

“Outro exemplo das consequências de não ir além de velhos paradigmas – a falta de pontes e criatividade – é o caso de Cuba. Isolamento, o embargo, a indiferença, pelo outro lado, já se mostraram ineficientes. No mundo de hoje, esse caminho não se justifica é um anacronismo que nos amarra a uma era da Guerra Fria que terminou décadas atrás. Assim como outra Cúpula das Américas com um Haiti apático seria inaceitável, a ausência de Cuba seria inaceitável. Nós não podemos continuar indiferentes ao processo de mudança que ocorre em Cuba que é muito mais reconhecimento no exterior, e essa mudança deve continuar. É tempo de transpor a paralisia da uma ideologia teimosa e procuram pontos mínimos de consenso para guiar o processo de mudança para um bom resultado. Para benefício de quem? O benefício do povo cubano. E para isso devemos construir pontes.” (CALDERÓN, 2012, p. 5) (tradução da autora)

O crescimento econômico e os esforços para a abertura comercial da ilha foram relembrados servindo como motivação aos países americanos para apoiar a inclusão de Cuba na Cúpula. Segundo Moreira, Quinteros e Silva (2010, p. 376), “Em 2006 a economia cubana cresceu 6%, em parte por causa dos acordos com a China e a Venezuela. Cuba, dessa forma, está vivenciando um embrião do processo de transição, mas o formato, o ritmo, e o resultado deste processo ainda não têm contorno claro [...]”.

O apoio à inclusão cubana foi dado por diversos países nesta edição da Cúpula, como demonstrado no discurso do presidente do Paraguai e o discurso de encerramento do presidente colombiano. No entanto, o discurso de Barack Obama, presidente dos Estados Unidos da América, país defensor do isolamento cubano devido a não democratização da ilha e ao período da Guerra Fria, não citou o embargo a Cuba em seu discurso, demonstrando somente sua preocupação para com a democracia no continente:

“Finalmente promover a democracia e os direitos humanos. Na Carta Democrática Interamericana nossas nações declararam que “os povos têm direito à democracia e seus governos têm a obrigação de promover e defender.” Porque defendemos ele, a maioria das pessoas nas Américas agora vive em democracias. [...] Quando os direitos humanos universais são negados, quando a independência do poder judiciário ou legislativo ou a imprensa estiver ameaçada, nos iremos falar.” (OBAMA, 2012, p. 2) (tradução da autora)

Segundo artigo publicado pela Fundação Canadense para as Américas (FOCAL) escrito por Richard Feinberg (2010), os Estados Unidos da América mantém a posição de contradição imposta à participação de Cuba na OEA e, conseqüentemente, sobre inclusão da ilha em outros fóruns de debate da própria organização, pois alega que esta é baseada em princípios de democracia e portanto deveria impedir a participação de governos não democráticos.

O documento final (Mandato) decorrente dos debates da VI Cúpula das Américas definiu metas aos países americanos em termos de integração da infraestrutura física das

Américas, luta contra a pobreza e desigualdade, gestão de riscos de desastres, acesso as tecnologias da informação e das comunicações e segurança contra a criminalidade transnacional.

Conforme anunciado no discurso final do anfitrião, “A maioria dos países apoia a participação de Cuba no processo de Cúpulas das Américas e fez votos de que esse propósito se torne uma realidade a partir da próxima Cúpula.” (CALDERÓN, 2012, p. 1), no entanto, nenhuma meta ou comprometimento efetivo foram feitos nessa esfera, ou em relação à disputa territorial das ilhas Malvinas e a luta contra as drogas e o narcotráfico.

Mais uma Cúpula realizou-se sem as definições sobre a participação de Cuba. Já em 2009, na V Cúpula das Américas sediada em Trinidad e Tobago, a mesma questão já havia sido endereçada ao debate e Barack Obama declarou ter uma opinião diferente de seus antecessores políticos sobre a relação de seu país com Cuba, porém nada foi modificado, o consenso não foi alcançado e somente o *premier* de Trinidad e Tobago assinou a declaração final (MOREIRA, QUINTEROS, SILVA, 2010).

O caso de Cuba representa hoje uma ruptura na efetividade do diálogo político no âmbito da Cúpula das Américas e uma fragmentação de opiniões que podem ser interpretadas fora do âmbito da OEA. Os Estados Unidos, seguido do Canadá, reiteraram sua posição defendendo o isolamento de Cuba. No entanto, diversos países na América Latina tentam impor seus interesses no diálogo multilateral e apoiam a participação da ilha comunista na Cúpula. Definitivamente “A América Latina que Obama encontrou, não é a mesma das Cúpulas de Clinton e Bush. A Nova América Latina tem visto a ascensão de esquerda por vários países, que vem marcando suas posições.” (MOREIRA, QUINTEROS, SILVA, 2010, pág. 306).

Fragmentação do diálogo político no âmbito da Cúpula das Américas

O cenário político no continente apresenta-se através do permanente status de isolamento condicionado ao governo cubano pelos Estados Unidos e pelo distanciamento das agendas política dos países americanos. Embora após a última Cúpula das Américas avanços foram alcançados nas áreas de luta contra a pobreza e desigualdade e um projeto de integração de infraestrutura no continente tenha sido deliberado, a questão indefinida e em aberto, deixada a respeito do caso de inclusão de Cuba, representa um período de mudanças e descompasso na esfera do diálogo interamericano.

Neste contexto, a divisão se dá entre a grande potência da região e do mundo em oposição à grande parte do continente americano que sustenta a inserção da ilha como condição para a manutenção do diálogo continental, ou seja, no qual todos os países tenham o direito de participar como voz ativa. Cuba configura-se, assim, como uma questão central para entender a fragmentação do diálogo político que se dá na Cúpula das Américas.

A luta contra o comunismo instigada pelos Estados Unidos durante a Guerra Fria conduziu o alinhamento da região em torno do isolamento do governo comunista cubano e representou a união americana em prol dos ideais neoliberais. Atualmente, o apoio concedido por muitos países latino-americanos à Cuba representa uma mudança de contexto, ou seja, uma crítica ao modelo neoliberal difundido pela grande potência mundial. Durante anos os princípios neoliberais refletiram no continente americano através de privatizações, abertura da economia e a diminuição da atuação estatal, tais aspectos alargaram a vulnerabilidade da região e com as crises econômicas no final dos anos 90, os países latino-americanos lançaram mão de um novo modelo com base em governos críticos e contestadores. Logo surgiram figuras como Evo Morales na Bolívia (2005), Hugo Chaves na Venezuela (1998), Luís Inácio Lula da Silva no Brasil (2002), Rafael Correa no Equador (2006), Nestor Kirchner na Argentina (2003), dentre outros. “A mudança está nucleada na América do Sul, mas que já está refletindo no conjunto da América Latina.” (MOREIRA, QUINTEROS, SILVA, 2010, pág. 308).

A fragmentação observada hoje na Cúpula pode ser interpretada como uma alteração de paradigmas no continente, transitando de uma era de grande influência norte-americana na região a uma era de contestação e ascensão de outras vozes ativas no panorama político atual da América Latina. Durante a Guerra Fria, o continente americano encontrava-se, de maneira geral, alinhado politicamente e havia concedido aos Estados Unidos apoio à luta contra o comunismo e o socialismo, e auxílio na defesa e difusão dos princípios neoliberais. Hoje, mais de 20 anos após o término da Guerra Fria, a América Latina se afasta da agenda norte-americana e desconstrói o antigo alinhamento político no continente.

Segundo Moreira, Quinteros e Silva (2010), a Cúpula que o novo presidente eleito pelos Estados Unidos, Barack Obama, tem que se relacionar não é a mesma das Cúpulas anteriores que sofriam influência pela direita neoliberal norte-americana. Atualmente, a América Latina possui projetos próprios na agenda política e se distancia cada vez dos Estados Unidos por meio de governos e movimentos de esquerda. O cenário diante da Cúpula das Américas indica uma fragmentação no continente americano entre os Estados Unidos, que é oficialmente apoiado pelo Canadá, e os apoiadores do governo cubano, grande parte da

América Latina. Dessa forma, o norte afasta-se politicamente do sul das Américas, refletindo grandes impactos nas relações de cooperação entre todo o continente.

Impactos do diálogo político atual da Cúpula à cooperação continental

Diante de uma ruptura política entre os Estados Unidos e o Canadá em oposição a América Latina, a cooperação continental passa a ser afetada e igualmente fragmentada. Segundo a teoria da cooperação abordada por James E. Dougherty e Robert L. Pfaltzgraff Jr. no livro *Relações Internacionais: As teorias em confronto* (2003), a cooperação entre países é definida como o estágio resultante de comportamentos alinhados entre atores internacionais, ou seja, Estados, organizações internacionais governamentais (OIG) ou forças transnacionais, podendo originar de processos de negociação explícitos ou implícitos. Neste contexto observa-se que a ausência de concordância entre as nações americanas, como representado no âmbito da Cúpula, abala a estrutura de cooperação existente no continente.

A divisão do diálogo político entre a grande potência norte-americana e o restante dos países do continente tornaram as relações cooperativas problemáticas entre as nações americanas. Dougherty e Pfaltzgraff Jr. (2003) analisaram a cooperação como uma relação entre atores de diferentes níveis de poder de influência internacional, como ocorre nas Américas com a presença de um gigante político como os Estados Unidos, potências emergentes como o Brasil e outros pequenos Estados periféricos no sistema internacional. Segundo os autores, a união entre uma parte mais forte e outra mais fraca resultaria no fortalecimento conjunto, como ocorre na união de poderes hegemônicos e pequenas potências. No entanto, a cooperação resultante deve se dar em um conjunto de relações de consentimento mútuo, sem a intervenção de instrumentos de coerção entre as partes. Tal análise se reflete no contexto das relações americanas, pois ao longo de muitos anos e principalmente durante a Guerra Fria muitos países cooperaram com os Estados Unidos em sua luta contra o comunismo sem necessariamente estarem abraçando a causa, mas sim a relação de cooperação com a grande potência mundial, da qual dependiam fortemente. Hoje, os instrumentos de coerção norte-americanos perdem força e o assentimento político entre os Estados americanos não é garantido.

O maior reflexo da fragmentação das Américas foi sentido em 2005, quando o projeto norte-americano que visava a criação de uma Área de Livre-Comércio das Américas (Alca) foi um fracasso diante da Cúpula de Mar del Plata. Desde o início do projeto em 1994, muitos

Estados demonstraram-se receosos, o que foi considerado, segundo Moreira Quinteros e Silva (2010, p.378), um “ponto de virada” na política interamericana.

Frente a essa fragmentação e a ausência de consentimento que impacta negativamente na cooperação entre as Américas, e este movimento é fortificado em um projeto mais particular entre os países da América Latina sem a intervenção norte-americana ou canadense. Segundo Moreira, Quinteros e Silva (2010), atualmente, a cooperação no continente é representada pelos avanços do Mercado Comum do Sul (Mercosul) que envolve o Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai e mais recentemente, a Venezuela, além disso, ganha destaque também a Alternativa Bolivariana das Américas (Alba) liderada pelos governos venezuelano e cubano. O principal debate da Alba é reduzir as desigualdades do continente, instigando o desenvolvimento por meio do livre-comércio. Atualmente, fazem parte da organização nove países, entre eles Venezuela, Cuba, Bolívia e Equador.

Ambos os projetos de cooperação se apresentam como propostas para a integração hemisférica, a Alba em oposição total à Área de Livre-Comércio das Americanas pensada pelos Estados Unidos e o Mercosul com uma abordagem mais limitada da Alca com a eliminação dos subsídios agrícolas norte-americanos. (MOREIRA, QUINTEROS, SILVA, 2010).

Desde 2000, acontece a Cúpula dos Presidentes da América do Sul. Na primeira edição do fórum de debate o tema foi a integração da América do Sul. Observa-se que, há alguns anos, já surgiam, entre os países sul-americanos, sinais de interesses mais independentes ao norte do continente. Com a diferença nas agendas políticas do norte e do sul das Américas, a Cúpula dos Presidentes da América do Sul poderá se fortificar e retomar o antigo projeto de integração dificultando ainda mais a cooperação entre todos os países do continente. Atualmente, o projeto de integração da América do Sul é discutido no âmbito da União das Nações da América do Sul (Unasul).

Diante do surgimento de alternativas de cooperação sem o envolvimento estadunidense, Barack Obama, eleito presidente do país em janeiro de 2009, vem demonstrando um novo interesse pela agenda latino-americana e promete uma mudança de métodos para reunir o continente em prol da cooperação. Nesta nova atuação o Brasil tem papel fundamental para interligar o diálogo dos Estados Unidos com os governos de esquerda, por ser um país central para a estabilidade política e econômica no sul das Américas. “Entretanto, o Brasil tem um projeto próprio de inserção internacional, em articulação com a América do Sul.” (MOREIRA, QUINTEROS, SILVA, 2010, p. 364) Tal

projeto demonstra o desejo da diplomacia brasileira de não permanecer à sombra dos interesses norte-americanos na região, como um interlocutor e apoiador.

Ao longo dos anos o Brasil vem encabeçando a fortificação do Mercosul e os projetos de integração na América do Sul, “evitando os riscos de um integração sob hegemonia [norte] americana” (MOREIRA, QUINTEROS, SILVA, 2010, p. 364.). Dessa forma, surgem no contexto da cooperação entre as Américas, dois grandes atores, o Brasil, que detém grande poder de influência econômica, política e diplomática entre os países da América do Sul e Central, e a potência hegemônica mundial, os Estados Unidos, cada um com projetos particulares para a América do Sul que se refletem na América Central.

Os Estados Unidos vem intensificando acordos bilaterais com países sul-americanos objetivando conquistar apoiadores na região, como Peru, Chile e Colômbia. Enquanto isto, em meio ao Mercosul e a Alba, um grande projeto de integração da América do Sul no âmbito da Unasul passa a ser debatido. Desde 2007, os países avançam na formulação da União das Nações Sul-Americanas. A Unasul é hoje, o mais forte contraponto a OEA, pois engloba membros em comum e representa uma força de união entre o sul das Américas. (MOREIRA, QUINTEIROS, SILVA, 2010).

Em meio a tantas alternativas de cooperação os países latino-americanos, com atenção especial à América do Sul, a região projeta-se internacionalmente como nunca antes na história do continente e assim, obtém maior autonomia política. O distanciamento política e cooperacional com os Estados Unidos refletem-se no resto do continente como oportunidade de união de forças latino-americanas para a criação de menores laços de dependência política e econômica da grande potência mundial. Além disso, a parceria cooperativa entre os Estados da América Latina fortifica a luta contra os principais problemas regionais, como a desigualdade, pobreza, vulnerabilidade financeira mundial dentre outros fatores comuns. (CERVO, 2007).

Considerações finais

O caso de Cuba ilustra um tema que na verdade tem tamanhas proporções e discussões cabíveis. Portanto, traz uma abordagem histórica, reflexiva e comparativa com a atualidade. A partir de uma breve análise histórica sobre o isolamento cubano, que parte do período de confronto ideológico representado pela Guerra Fria, até os dias atuais em que a exclusão do único Estado comunista do continente americano ainda se faz presente, uma mudança de postura mostra-se em processo de consumação na região. Durante a Guerra Fria,

Cuba e a decisão de isolamento eram temas consensuais em um período na qual a política das Américas era aparentemente alinhada, pois sofria grande influência dos norte-americanos. Na atualidade, os mesmos aspectos se encontram em uma realidade oposta.

Vive-se, nas Américas, um período de baixa popularidade e influência norte-americana devido ao contraponto de líderes de esquerda, e é nesse contexto que a exclusão de Cuba passou a ser contestada por muitos países latino-americanos. Exclusão esta que é defendida e imposta pelos Estados Unidos e apoiada pelo Canadá. De maneira geral, o dissenso indica o afastamento entre o norte do continente e a América Latina. Neste ponto de vista, o debate em torno da inclusão do Estado comunista de Cuba no diálogo político interamericano, torna-se muito mais abrangente e representa a mudança de paradigma. Esta se reflete na ascensão de posições críticas e contestadoras do sistema neoliberal, bem como, do poder de influência dos Estados Unidos na região, embora a sua relevância financeira na região ainda seja considerável – o que se caracteriza como outra esfera na discussão das relações interamericanas.

Através de um período de contestação e reflexão em que a América Latina está inserida, a diminuição da influência dos Estados Unidos passa a ser suprida pela união entre os Estados latino-americanos. As nações ao sul do continente encontram-se ligadas por meio de ideologias e problemas sociais comuns, além do desejo e potencial de desenvolvimento que cerca o Novo Mundo. Tais fatores condicionam a diluição da cooperação interamericana e transferem potencialidades para a formulação de um diálogo político e, conseqüente, cooperação entre os Estados latino-americanos.

Uma cooperação fortificada no âmbito das relações internacionais da América Latina proporciona menor vinculação à grande potência do continente, além de uma união financeira, política e diplomática que auxiliaria no combate às grandes fontes de estrangulamento do crescimento da região, como a pobreza, desigualdade e vulnerabilidade financeira. Em um ambiente de união entre os países latinos, novos atores emergem, para liderar o projeto de cooperação e levar ao mundo, os interesses da região. Neste cenário, potências como o Brasil, maior país da América Latina, ganha novas forças em sua esfera de influência, bem como, a Argentina e a Venezuela.

A fragmentação do diálogo entre as Américas representa uma ruptura sem reversão, em que os países latinos, antes submissos e completamente dependentes do norte, aprenderam a expor e a lutar por seus interesses. Nesse sentido, o diálogo não será mais o mesmo e, cada vez mais, ganha uma proporção de igual para igual na esfera política. A cooperação, seja ela econômica ou diplomática, tende a sofrer consideráveis modificações devido à projeção de

crescimento da distância política entre as Américas. Enquanto uniões adormecem, abre-se caminho para o crescimento latino-americano através da liderança brasileira e o impulso do Mercosul e da Unasul, onde os países da América Latina encontram uma cooperação substituta, que lhes proporciona o exercício dessa nova voz ativa.

Referências

BÁRCENA, Alicia. **Remarks by Alicia Bárcena, Executive Secretary of the Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC), at the Opening Ceremony of the Sixth Summit of the Americas.** In. CÚPULA DAS AMÉRICAS, 6ª edição, 2012, Cartagena das Índias, Colômbia. Disponível em: <http://www.summit-americas.org/SIRG/2012/041412/statement_cepal_en.pdf> Acesso em: 20 de mai. de 2012.

CALDERÓN, Juan Manuel Santos. **Declaração do Presidente da República, Juan Manuel Santos Calderón, no encerramento da Sexta Cúpula das Américas.** In. CÚPULA DAS AMÉRICAS, 6ª edição, 2012, Cartagena das Índias, Colômbia. Disponível em: <http://www.summit-americas.org/SIRG/2012/041412/statement_santos_closing_pt.pdf> Acesso em: 20 de mai. de 2012.

_____. **Remarks by President Juan Manuel Santos at the opening of the Sixth Summit of the Americas.** In. CÚPULA DAS AMÉRICAS, 6ª edição, 2012, Cartagena das Índias, Colômbia. Disponível em: <http://www.summit-americas.org/SIRG/2012/041412/statement_santos_inaugural_en.pdf> Acesso em: 19 de mai. de 2012.

CERVO, Amado L. **Relações Internacionais da América Latina: Velhos e novos paradigmas.** – São Paulo : Saraiva, 2007. 238 p.

DOUGHERTY, James E.; PFALTZGRAFF Jr., Robert L. **Relações Internacionais – As Teorias em Confronto.** – Lisboa, Portugal : Gradiva, 2003. 886 p.

FEINBERG, Richard. **Summitry in the Americas: The end of mass multilateralism?.** Disponível em: <http://www.focal.ca/pdf/summit_Feinberg_summitry%20Americas%20end%20mass%20multilateralism_March%202010.pdf> Acesso em: 20 de mai. de 2012.

INSULZA, José Miguel. **Discurso do Secretário-Geral da OEA na abertura da Sexta Cúpula das Américas.** In. CÚPULA DAS AMÉRICAS, 6ª edição, 2012, Cartagena das Índias, Colômbia. Disponível em: <http://www.summit-americas.org/SIRG/2012/041412/statement_sg_pt.pdf> Acesso em: 19 de mai. de 2012.

LUGO, Fernando. **Discurso del Presidente de Paraguay, Señor Fernando Lugo Sexta Cumbre de las Américas.** In. CÚPULA DAS AMÉRICAS, 6ª edição, 2012, Cartagena das Índias, Colômbia. Disponível em: <http://www.summit-americas.org/SIRG/2012/041412/statement_pres_py_es.pdf> Acesso em: 20 de mai. de 2012.

MOREIRA, Luiz Felipe Viel; QUINTEROS, Marcela Cristina; SILVA, André Luiz Reis da. **As Relações Internacionais da América Latina**. – Petrópolis, RJ : Vozes 2010. 383 p.

OBAMA, Barack. **Remarks of President Barack Obama -- As prepared for delivery Summit of the Americas Opening Plenary**. In. CÚPULA DAS AMÉRICAS, 6ª edição, 2012, Cartagena das Índias, Colômbia. Disponível em: <http://www.summit-americas.org/SIRG/2012/041412/statement_us_en.pdf> Acesso em: 20 de mai. de 2012.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Quem somos**. Disponível em: <http://www.oas.org/pt/sobre/quem_somos.asp> Acesso em: 19 de mai. de 2012
_____. **O que fazemos**. Disponível em: <http://www.oas.org/pt/sobre/que_fazemos.asp> Acesso em: 19 de mai. de 2012.

_____. **Diálogo político**. Disponível em: <http://www.oas.org/pt/sobre/dialogo_politico.asp> Acesso em: 19 de mai. de 2012.
_____. **A Resolução sobre Cuba**. In. Assembléia Geral da OEA, 2009, San Pedro Sula, Honduras. Disponível em: <<http://www.oas.org/39ag/documents/AGRES-2438P.doc>> Acesso em: 21 de mai. de 2012.

SUMMIT OF THE AMERICAS. Disponível em: <<http://www.summit-americas.org>> Acesso em: 19 de mai. de 2012.

_____. **The VI Summit of the Americas**. Disponível em: <<http://www.summit-americas.org/sixthsummit.htm>> Acesso em: 19 de mai. de 2012.

_____. **The Summit of the Americas Process**. Disponível em: <http://www.summit-americas.org/summit_process.html> Acesso em: 19 de mai. de 2012.

A FORMAÇÃO DA COLÔNIA FRANCESA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX E A SUA IMPORTÂNCIA PARA A CIDADE DE PELOTAS[§]

THE FRENCH COLONY GROWTH IN THE SECOND HALF OF THE 19TH CENTURY AND ITS IMPORTANCE TO THE CITY OF PELOTAS

Alice Saccaro**

Resumo

Este artigo busca analisar a imigração de franceses para o Rio Grande do Sul, mais especificamente para a cidade de Pelotas. Percebe-se que no início do século XIX a imigração teve como papel principal o de povoar o Brasil. Nesse contexto, este trabalho procura apontar a forma como se deu a formação da Colônia Francesa na região sul do Estado, bem como a importância que ela teve para a região.

Palavras-chave: Imigração, Franceses, Pelotas.

Abstract

This article seeks to analyze the French immigration to Rio Grande do Sul, specifically to the city of Pelotas. It is perceived that in the beginning of 19th century the immigration had the main role to populate Brazil. In this context, this paper seeks to point how the French Colony was formed in the south part of the state, as well as its importance for the region.

Keywords: Immigration, French, Pelotas.

[§] Agradeço aos professores Fábio Pesavento, Rosana Pinheiro Machado e Thomas Kang, assim como a Thales Augusto Zamberlan Pereira, pela ajuda para a realização desse artigo.

^{**} Aluna do curso de Relações Internacionais na ESPM-Sul Email: ali.saccaro@gmail.com

Introdução

A Europa, e conseqüentemente o mundo, passou por diversas mudanças no século XIX, em função de diferentes movimentos sociais, tais como guerras, expansão de mercados e demais desdobramentos daquelas transformações. A Revolução Francesa, em 1789, surgiu como um desafio para a *Pax Britannica*. A ascensão de Napoleão, em 1799 foi considerada uma continuação deste movimento. Nesse período, ocorreu também na Inglaterra um novo impulso no seu processo de industrialização com o emprego de novas tecnologias, como o vapor e a energia elétrica.

Nesse sentido, o progresso tecnológico é nítido ao longo do XIX, especialmente na Europa. Com esse aumento de padrão das técnicas e procedimentos, há um maior êxodo rural para trabalhar nas indústrias, sendo que muitas pessoas foram embora do campo pela concorrência do produto industrial ou pela ausência de meios de produção, sendo o principal a terra. Esse aumento de tecnologia e melhoria em algumas áreas causou uma explosão demográfica, sendo que esse aumento na população trouxe dificuldades cada vez maiores para as mesmas (REZENDE, 1999).

Dessa forma, havia na Europa um excesso populacional, que não era totalmente absorvido pela indústria e agricultura. Conseqüentemente, esses indivíduos acabavam enfrentando más condições de vida. Em outras partes do mundo ocorria o contrário. Na América, em especial, havia fatores de atração, sendo os principais a serem citados: a maior facilidade de acesso a terra, possibilidades de trabalho e de enriquecimento. Assim, foi na segunda metade do século XIX, que as imigrações europeias para a América aumentaram significativamente de volume. A queda no custo de transporte, em especial a navegação a vapor, levou a um aumento considerável nas migrações. Entre os anos de 1820 e 1914, 60 milhões de europeus migraram para o continente americano (FINDLAY e O'ROURKE, 2007). Portanto, pode-se afirmar que o custo do transporte foi determinante para que essas pessoas, que não possuíam condições financeiras favoráveis, pudessem vir para a América.

No Brasil, a questão da imigração começou a ser pensada e discutida a partir de 1808 com a chegada da família real no Rio de Janeiro. É depois desse evento que a imigração passou a ter uma finalidade exclusivamente demográfica. (PRADO JR., 1984) Ou seja, o principal objetivo da imigração nesse período era o de colonização, para aproveitar áreas desocupadas, tendo-os como pequenos agricultores. A primeira colônia do Brasil nesses moldes foi a de Nova Friburgo, em 1818, com imigrantes suíços. Em seguida, em 1824, estabeleceu-se o núcleo colonial de São Leopoldo, com imigrantes de origem alemã (WITT,

2008).

Portanto, este artigo tem como objetivo estudar o caso da imigração francesa para o Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX, bem como a sua importância para Pelotas. Entre as justificativas para a realização desse trabalho, destacam-se o interesse pessoal pelo tema abordado, assim como a motivação causada pelas disciplinas relacionadas ao assunto.

A análise se iniciará com a narração do fim do tráfico de escravos, fator que impulsionou a busca por imigrantes. Além disso, serão apontadas as políticas de imigração realizadas no Brasil nesse período, as quais tinham a intenção de atrair esse fluxo populacional. Em seguida, será estudado o início da criação da colônia francesa no estado, apontando como se deu o início dessa colonização na região sul do estado. No final, será mostrada a importância que essa imigração trouxe para a cidade de Pelotas, com as diversas economias que os colonos inseriram na localidade.

Para se atingir o que foi proposto, a vertente de pesquisa adotada foi a qualitativa, por se tratar de um estudo que visa analisar os fatos que circundam a imigração francesa no Rio Grande do Sul. O artigo apresenta um estudo exploratório, na medida em que reflete uma apresentação com essa problemática, buscando desenvolver conceitos e ideias inerentes ao abordado episódio histórico (GIL, 2008). O cunho do trabalho é teórico-empírico, pois foi feita pesquisa bibliográfica e documental. As principais técnicas de coletas de dados deram-se a partir da análise de artigos sobre o tráfico de escravos, livros sobre a história do período, bem como de documentos da época que narram o que estava sendo feito sobre a questão da imigração.

Negócios e Fim do Tráfico

O objetivo dessa seção é o de mostrar que, tanto o fim do tráfico de escravos para o Brasil, como o processo para que isso ocorresse, aumentou significativamente a imigração. A vinda de imigrantes para o país foi vista como meio para resolver diversas questões, entre elas a falta de mão de obra que estava começando a aparecer com a libertação dos escravos.

A questão do fim do tráfico de escravos é algo que aparece desde os primeiros anos da presença da Família Real em solo brasileiro, no início do século XIX. Sua forte relação com a Inglaterra, país que detinha a hegemonia na época, fez com que diversos tratados fossem assinados no período. A abolição da escravidão aparecerá pela primeira vez nos Tratados de 1810:

Sua Alteza Real o Príncipe Regente de Portugal, estando plenamente convencido da injustiça e má política do comércio de escravos, e da grande desvantagem que nasce da necessidade de introduzir e continuamente renovar uma estranha e factícia população para entreter o trabalho e indústria nos Seus domínios do Sul da América, tem resolvido de cooperar com Sua Majestade Britânica na causa da humanidade e justiça, adotando os mais eficazes meios para conseguir em toda a extensão dos Seus domínios uma gradual abolição do comércio de escravos. (BONAVIDES; AMARAL, 2002 apud ALVES, 2005, p. 78).

Devido a esse tratado e as pressões diplomáticas que a Inglaterra vinha exercendo sobre o país para o término da escravidão a partir de 1840, os proprietários das fazendas de café começavam a requisitar os imigrantes que chegavam no Brasil. Com isso, "os cafeicultores paulistas pretendiam aproveitar o imigrante para solucionar seus problemas de mão de obra, já que se renunciava a extinção do tráfico de escravos." (PETRONE, 1984, p.20).

Em 1850, o fim gradativo da escravidão estava ainda mais próximo. Nesse ano, foi aprovada, sob forte pressão de autoridades inglesas, a Lei Eusébio de Queirós, que "aboliu definitivamente o tráfico do cenário nacional" (CAVALCANTE, 2005, p.1). A partir de agora, tornava-se mais imediata a necessidade de se pensar em uma alternativa para a mão de obra escrava. Foi a partir desse ano que a chegada de imigrantes no país começou a se tornar significativa, com a entrada de cerca de 117.000 imigrantes. (PETRONE, 1984) A queda brusca na entrada de escravos em 1850, bem como o aumento que começou a haver nas imigrações dentro de um curto período após esse evento, pode ser visto no gráfico 1.

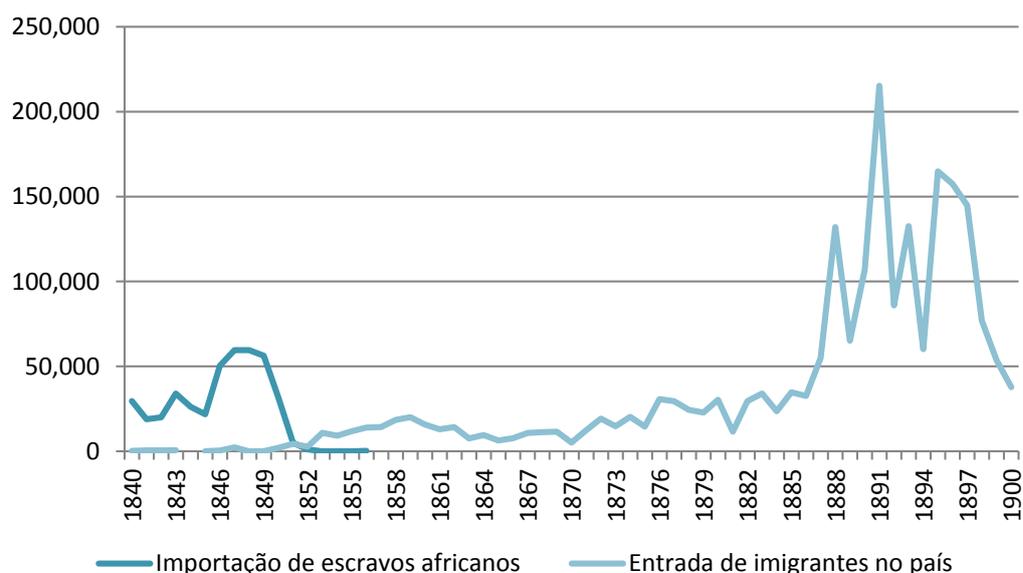


Gráfico 1 – Tráfico de escravos e entrada de imigrantes, 1840-1900.

Fonte: IPEADATA.

A questão abolicionista irá ganhar um maior ânimo no país a partir da década de 1870, com o término da Guerra do Paraguai. Essa guerra “deu ocasião a primeira medida prática no sentido da abolição.” (SKIDMORE, 1974, p.31). Isso se deve ao fato de que, devido à necessidade de ter soldados no exército, o governo imperial decretou que os escravos que participassem da guerra receberiam emancipação. Porém, a campanha de fato passou a ser ainda maior a partir de 1871, quando o assunto passou a ser discutido no Parlamento. Dessa forma, “entre 1885 e 1888 cresceu de maneira vertiginosa o movimento agora abolicionista (e não simplesmente emancipacionista)” (FERNANDES, 2006, p. 182).

A partir de 1885, a escravatura já apresentava “evidentes sinais de falência social” (SKIDMORE, 1974, p. 32). Em 13 de maio de 1888 foi sancionada a Lei Áurea (Lei Imperial nº 3.353), que extinguiu definitivamente a escravidão no Brasil. Porém, vale lembrar que nesse período, diversas localidades já não possuíam mais escravos há alguns anos, como é o caso da cidade de Porto Alegre, onde a abolição da escravidão ocorreu em 1884 (PEREIRA, 2011).

Esse momento da história fez com que a imigração aumentasse consideravelmente, como pode ser analisado no Gráfico 1. Nessa década e na próxima, a entrada de estrangeiros no país foi ainda mais significativa do que nas anteriores, “atingindo na década de 1880 cerca de 527.000, constatando-se o ponto culminante na entrada de 1890, quando entraram no país mais de 1.200.000 imigrantes.” (PETRONE, 1984, p. 11).

Portanto, percebe-se que o fim do tráfico de escravos fez com que o fluxo imigratório aumentasse ainda durante o período em que era estudado. Porém, foi após a abolição da escravatura que a quantidade de imigrantes que entraram no Brasil aumentou significativamente. Para que essa imigração ocorresse, tanto o governo Provincial como o Imperial tiveram que começar a pensar em formas de regulamentar algumas questões referentes ao assunto.

Políticas de imigração

As primeiras políticas de imigração que existiram no país surgiram no início do século XIX, com a chegada da família real no Brasil. Elas tinham o foco na colonização, em especial para ocupar áreas que eram desabitadas. Porém, ao contrário do que ocorreu em partes do Brasil, onde essas políticas foram alteradas após um período, no Rio Grande do Sul elas se mantiveram. O seu foco era o de atrair colonos para habitação e desenvolvimento de novas economias, bem como a ocupação de áreas de fronteira, para se proteger de possíveis

invasões.

O Brasil possuiu diversas leis quanto ao processo de imigração. Porém, em 1830, o Império aboliu as despesas com a colonização e, em 1834, passou essa tarefa para as províncias. No período que abrangeu as décadas de 1830 a 1840, a imigração europeia foi suspensa no Rio Grande do Sul, “pela pressão que os latifundiários do Sul fizeram ao governo imperial, justificando que destinar verbas à colonização significava mais uma concessão à política abolicionista preconizada pela Inglaterra” (HERÉDIA, 2001). Porém, já no final da década de 40, as políticas de imigração foram retomadas na Província.

Em 28 de outubro de 1848, em relação às terras, foi decretada a Lei Imperial de número 514, que “determinava que os colonos deveriam fazê-las produzir no prazo de cinco anos, sem cumprir essa condição perdiam o direito de posse das mesmas, e, uma vez que também não podiam transferi-las a outrem, estas se revertiam para o domínio provincial.” (GRANDO, 1990, p. 177). Com a Lei de Terras de 1850, o governo suspendeu as doações das mesmas, sendo que elas passaram a ser vendidas, dando uma maior prioridade para europeus que possuíssem origem camponesa. Agora, além do fato de todas as terras somente poderem ser adquiridas através da compra, deixando-as de serem vistas como um privilégio, mas sim “como uma mercadoria capaz de gerar lucro” (CAVALCANTE, 2005, p.5), também era proibida a sua ocupação por posse.

Nessa época, mais especificamente em torno de 1870, havia uma grande dificuldade no recrutamento de imigrantes europeus para o Rio Grande do Sul. Um dos fatores, conforme apontado pelo presidente da província nesse período, Francisco Xavier Pinto Lima, seria a guerra franco prussiana. Outro fator, ainda segundo ele, seria:

A inconsistência e a falta de estabilidade de medidas para convidar a imigração é outra causa do seu retardamento, porquanto muitas vezes as vantagens concedidas por uma lei, são revogadas pouco depois com prejuízo de quem sobre elas calculou, como já tem acontecido. Daqui provém muita desconfiança contra nós e hesitação em procurar-se esse belo torrão. (LIMA, 1871, p. 27)

Outra razão que aparece também para contribuir com a diminuição da entrada de imigrantes no Rio Grande do Sul foi a proibição ou restrição de alguns países em relação à propaganda a favor da imigração para o país por volta da década de 1860. Como exemplo, a Prússia vetou propagandas favoráveis à imigração para o Brasil. Já “em 1871, em todo o império alemão achava-se suspensa a qualquer ajuda a imigração para o Brasil [...]” (GRANDO, 1990, p. 183).

A colonização estava, basicamente, a cargo do Governo da Província. Mas, a pedido

do mesmo, era em alguns casos também promovida pelo Governo Imperial. Na maioria dos casos, os contratos para a busca de imigrantes se davam com empresas particulares. Em um dos casos, “o contrato do governo Provincial com Caetano Pinto e Irmão e *Holtzweissig & Cia*, em 1871, obrigava os contratados a introduzirem na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul 40 mil imigrantes em um prazo de 10 anos.” (GRANDO, 1990, p. 184). Essa atitude revela uma tentativa do governo para aumentar a importação de mão de obra, que possuía uma importância fundamental nesse período para o desenvolvimento da Província.

Portanto, percebe-se que o governo buscava atrair imigrantes para colonizar a região e aumentar o desenvolvimento da Província. Colônias com imigrantes de diversas nacionalidades foram criadas, sendo que a região sul do Estado foi o local escolhido para a criação do maior núcleo de imigrantes franceses.

A criação da Colônia Francesa no Rio Grande do Sul

A colonização francesa no Rio Grande do Sul teve dois momentos importantes. O primeiro foi a criação das primeiras colônias, a de São Feliciano, atual cidade de Dom Feliciano, Dona Isabel, atualmente Bento Gonçalves e Conde D’Eu, onde hoje se localiza o município de Garibaldi. As duas últimas, porém, acabaram se tornando núcleos de imigração italiana a partir de 1875. Em um segundo momento, quatro anos depois, houve a criação de uma segunda Colônia, a de Santo Antônio.

Seguindo a Lei número 514, de 28 de outubro de 1848, o Governo Provincial requisitou do Governo Imperial as terras consideradas devolutas localizadas “sobre a serra do Rio Camaquã e determinou, no ano de 1857 (Lei número 385, de 26 de novembro), a criação de mais um colônia agrícola para nacionais e estrangeiros por conta da província [...]” (GRANDO, 1990, p. 179). Essa nova colônia foi, tempos depois, nomeada São Feliciano.

A criação definitiva da colônia foi decretada em 1861, através da Lei número 466, de Dois de abril do mesmo ano. Os lotes da colônia deveriam ser divididos de acordo com a Lei Provincial, datando de 30 de novembro de 1854, que introduziu na Província o sistema de vendas de lotes aos colonos, ao invés da doação. (GRANDO, 1990). Os principais motivos para a demora da primeira solicitação até a sua criação foi a demora em diferenciar as terras públicas das particulares, e, conseqüentemente, o atraso na medição dos lotes.

Em relação ao recrutamento dos colonos, os que mais despertavam a atenção governamental eram os de origem estrangeira. No caso dos franceses, nessa época eles eram vistos pela elite nacional como o centro da civilização e da alta cultura, o que fez com que

houvesse uma preferência por eles frente a imigrantes de outras nacionalidades (PEREIRA, 2011). Em correspondência datada de agosto de 1873, o agrimensor Savart de Saint Brisson citava que estavam sendo esperados para São Feliciano pelo menos 200 franceses. Os imigrantes que chegaram nessa colônia com más condições financeiras tinham que comprar as suas terras a prazo, sendo essa mais uma dívida a se somar às outras, como as da viagem da Europa, implantação nessas terras, bem como materiais como ferramentas e sementes que seriam usadas no trabalho.

A colônia de São Feliciano não deu certo por diversos motivos. Dentre diversos fatores, o primeiro que se pode citar é a demora entre o seu decreto até a ocupação, o que fez com que densas matas se formassem nos lotes, dificultando, assim, o trabalho dos colonos. Algumas colônias não deram tão certo devido ao isolamento geográfico (PEREIRA, 2011). Nesse caso, a colônia de São Feliciano encontrava-se afastada das vilas, o que acabava dificultando o comércio, bem como a aquisição de bens que não eram produzidos na localidade.

O terceiro motivo encontrado foi o fato de os solos dessa região não serem de melhor qualidade, além de possuírem materiais escassos, sendo que havia apenas instrumentos para trabalhos manuais. Ainda em relação à terra, o sistema de culturas não seguiu orientação nenhuma, sendo que ele ia sendo determinado conforme as necessidades dos imigrantes que aí residiam (GRANDO, 1990).

Como melhoramentos não foram promovidos nem pelos colonos, nem pelo governo, e as condições de vida ficavam cada vez piores, aqueles começaram a abandonar, aos poucos, São Feliciano, próximo da década de 1880. Esse fator pode ser observado na tabela abaixo, que representa uma comparação entre a quantidade de imigrantes franceses habitando a colônia e moradores de outras origens. Percebe-se que, no primeiro ano da Colônia, ela “constituía-se de 84 pessoas, sendo 80 franceses, três suíços e um brasileiro. [...] dedicavam-se todos a agricultura, apesar de haver entre eles 12 pessoas com ofícios diferentes” (GRANDO, 1990, p.185). No ano de 1877, um equívoco administrativo entre o Império e a Província, dá como eliminada a colônia de São Feliciano. Os imigrantes começaram a abandonar a colônia enquanto os que ficaram não receberam mais nenhuma forma de apoio do governo (BETEMPS, 1999).

Habitantes da Colônia São Feliciano	Ano 1874	Ano 1876	Ano 1878	Ano 1881
Moradores Franceses	80	147	96	40
População Total	84	167	165	188

Tabela 1: Habitantes da Colônia São Feliciano, por ano.

Fonte: BETEMPS, 1999.

Por volta do final do ano de 1879, os imigrantes começam a procurar novos locais para viver. A segunda localidade, a Colônia de Santo Antônio, começou a ser habitada oficialmente em 1880. Nesse caso, entrará em questão a política de imigrações privadas, diferente do que foi apresentado na Colônia de São Feliciano. Aqui, “como se observou, a alavanca impulsionadora da colonização na região serrana de Pelotas foi o desejo de investimento imobiliário dos grandes proprietários de terra na Serra dos Tapes, [...]”. (ANJOS, 1996, p. 52). A localização dessa antiga colônia é onde atualmente se encontra o distrito de Quilombo, a 40 km do centro da cidade de Pelotas.

Portanto, percebe-se que o descuido do governo em relação a algumas de suas colônias, bem como as más condições em que esses imigrantes chegaram, foram alguns dos fatores que levaram a decadência da colônia de São Feliciano. Porém, nota-se que no caso das colônias privadas, elas foram mais bem sucedidas, fazendo com que os colonos que se mudavam para ela comesçassem a prosperar.

A importância da Colônia Francesa para a cidade de Pelotas

Um dos maiores problemas que o historiador encontra quando se trata de colonização e imigração no Brasil, são os dados estatísticos (PETRONE, 1984). No caso da colonização no Rio Grande do Sul, não se encontram números exatos sobre a quantidade de imigrantes que aqui se estabeleceram. Porém, no caso da cidade de Pelotas, outros registros podem ser usados para se ter uma representação numérica das diferentes nacionalidades.

Entre 1859 e 1875 entraram na Província 12.563 imigrantes, sendo 648 de origem francesa (CASTRO, 1876). Porém, não se sabe a quantidade exata dessas pessoas que se estabeleceram na região de Pelotas. Uma proporção aproximada das nacionalidades dos habitantes dessa área na segunda metade do século XIX pode ser observada nos dados de

registros da Santa Casa de Misericórdia da cidade.

Na tabela abaixo, percebe-se que os portugueses foram os principais colonizadores da cidade, mantendo a sua superioridade nos dois períodos. Em seguida, percebe-se a maior quantidade de alemães e italianos, que se revezam no segundo lugar, sendo que os italianos são superiores no segundo quartel do século devido à imigração promovida pelo governo Imperial e Provincial para esse grupo. Em relação aos franceses, percebe-se que mesmo antes da fundação das colônias de Dom Feliciano e Santo Antônio, eles já se destacavam como grupo populacional na cidade, sendo que a sua população aumentou 2,5 vezes de um período para o outro.

Registro de Internação na Santa Casa de Misericórdia			
Nacionalidades	Entre 1850 e 1875	Entre 1876 e 1900	Entre 1850 e 1900
Portugueses	1888	2151	4039
Italianos	87	1036	1123
Alemães	408	698	1106
Uruguaios	239	613	852
Espanhóis	162	473	635
Franceses	162	403	565

Tabela 2: Registro de Internação na Santa Casa de Misericórdia.

Fonte: HALLAL, 1996.

Logo no início, os colonos franceses se dedicaram à agricultura, sendo que os primeiros produtos cultivados foram feijão e milho, ou seja, produtos para a sua subsistência. Enquanto os colonos esperavam pelo período da colheita, os imigrantes juntavam cascas de plantas nativas, como por exemplo, de arueira e goiabeira, que eram levados aos curtumes de Pelotas, onde eram usados na produção de couro. Além disso, devido à derrubada das matas, também houve um comércio de madeiras de diversas espécies. (GRANDO, 1990)

Porém, a Colônia de Santo Antônio começou a ganhar notoriedade com as culturas da uva e da alfafa. Em relação à plantação de uva, os franceses foram os pioneiros na região do município de Pelotas. Eles “escolheram um traço cultural trazido da França e deram início à vinicultura” (BETEMPS; CERQUEIRA, 2007, p.3). A maioria da produção era destinada para consumo próprio, sendo que essa cultura não foi possível se tornar mais comercial devido à concorrência com outras colônias, em especial da Serra Gaúcha, bem como devido à falta de apoio governamental.

Entre os anos de 1880 até próximo ao final do século XIX, a alfafa foi inserida na Colônia de Santo Antônio e se tornou a principal fonte de renda dos colonos nesse período. Os imigrantes franceses foram os primeiros a cultivar alfafa como uma cultura extensiva,

tornando a sua colônia o centro produtor desse produto na região. Esse produto foi a primeira cultura explorada para fins comerciais pelos imigrantes, sendo que nesse momento os agricultores conseguiram obter um maior lucro. Esse fato se deve à uma demanda interna considerável por esse material, que tinha que ser suprida pela importação, na maior parte da Argentina. A alfafa era principalmente usada para os animais de tração que eram utilizados nas fazendas, bem como para os animais que serviam para o transporte de cargas e pessoas.

Com essa integração ao sistema econômico, a colônia pôde começar a corresponder às expectativas, em especial dos governos. Essa expectativa era a de introduzir uma agricultura que produzisse excedentes em uma região em que apresentava destaque para a pecuária e a indústria do charque, mas poucas atividades agrícolas. Com o tempo, além da agricultura, começou a surgir um comércio local, um artesanato variado e, mais tarde, a agroindústria. (GRANDO, 1990)

No final do século XIX, iniciou-se um processo de substituição dos parreirais por pessegueiros. A partir desse momento, os imigrantes inseriram um dos seus maiores legados na economia da cidade de Pelotas: a fruticultura e a produção de compotas de frutas. Em 1867, o imigrante francês Amadeo Gustavo Gastal foi à França para buscar conhecimentos sobre o beneficiamento industrial de frutas. Da França também importou os equipamentos necessários para essa produção, e, em 1868 produziu as primeiras compotas de pêsego. “Seus produtos eram de excelente qualidade e vendidos em embalagens requintadas, com vistosos e coloridos rótulos de fabricação francesa”. (GRANDO, 1990, p. 104). Essa atividade, diferentemente da vitivinicultura, não surgiu como uma atividade destinada para o abastecimento familiar e da colônia. Desde o seu começo:

Esteve [...] integrada na estrutura de uma economia comercial. Pode contar com um mercado urbano já firmado e com certo grau de satisfação. Graças as relações comerciais já amplamente estabelecidas pela economia local, inseriu-se no mercado nacional, onde o produto ganhou renome pelo volume e qualidade.” (GRANDO, 1990, p. 104).

Próximo ao final do século, essa indústria já era um assunto abordado por algumas mídias que se encontravam na cidade, como a Revista Agrícola do Rio Grande do Sul, em especial devido às diversas situações favoráveis a essa cultura que se encontravam na localidade. No ano de 1900 surgiu a primeira fábrica de conservas de pêsego em calda da região, localizada na Colônia de Santo Antônio, sendo que depois dessa, outras também começaram a surgir, não só na própria colônia como por toda a região em torno da mesma.

Com o passar dos anos, essa cultura foi se tornando cada vez mais importante para a economia da cidade. O cultivo do pêssego se espalhou para as outras colônias. Já no século XX, na década de 20, essa indústria apresentava um grande crescimento. Esses pioneiros foram quem auxiliaram no crescimento da economia da cidade, bem como foram de importância fundamental para Pelotas passar a ser “reconhecida como a cidade do doce e a maior cidade produtora de pêssegos”. (BETEMPS, 1999, p. 11).

Considerações Finais

Percebe-se que a imigração francesa teve uma importância significativa tanto para a cidade de Pelotas como para a região em torno da mesma. Mesmo com a dificuldade de se conseguir estabelecer um núcleo permanente com esses colonos, a partir da criação da colônia de Santo Antônio, conclui-se que houve um desenvolvimento econômico envolvendo esses imigrantes e a região.

O término do tráfico de escravos fez com que o governo Imperial começasse a dar uma maior ênfase nas políticas de imigração, sendo a principal intenção a substituição de mão de obra escrava pela assalariada. No Rio Grande do Sul, porém, não houve essa substituição. As principais medidas ainda visavam atrair o imigrante para colonizar a Província, e, junto a essa habitação, desenvolver algum ramo de atividade econômica.

Foi exatamente esse processo que aconteceu com o núcleo de imigração francesa em Pelotas. A partir de 1880, com a instalação da nova colônia, eles começaram se dedicar a diferentes culturas. Em um primeiro momento, eles apenas produziram agricultura de subsistência. Em um segundo instante, passaram a produzir vinhos. Porém, essa atividade não obteve um grande êxito, pois não se voltou a questões comerciais, além da concorrência de produtores de outras regiões do estado.

A primeira atividade que foi voltada para questões comerciais foi o cultivo de alfafa. Essa cultura acabou sendo importante também pela importância que representou ao estado no momento em que se pôde reduzir as importações desse produto. Naquela época, essa mercadoria tinha uma importância fundamental não só para esses colonos, mas também para outros ramos da atividade econômica.

Próximo ao final do século XI e início do século XX, com o declínio da alfafa, esses imigrantes começaram o cultivo de pêssegos. Essa cultura teve uma importância fundamental para a região, em especial após o surgimento da indústria. Essa nova atividade, mesmo que

produzindo de maneira colonial e em pequena escala doces em calda, começou a dar destaque para a região.

Para se ter uma noção da importância e da evolução desse setor, nos anos de 1980, a região de Pelotas passou a possuir a maior concentração do emprego na indústria alimentícia gaúcha e a segunda maior quantidade de empresas desse setor instaladas na região. Esse aumento foi causado, principalmente, pelo crescimento apresentado por setores de produtos alimentares diversos, como massas, biscoitos, conservas e refeições concentradas. (ARAÚJO, 2004)

Atualmente, a cidade de Pelotas é conhecida, em grande parte, pela sua indústria de doces e força no setor alimentício. Não se pode ignorar a importância que os imigrantes franceses tiveram no processo, já que, através de algo presente na sua cultura, auxiliaram de forma tão importante a região de Pelotas.

Referências

ALVES, Francisco das Neves. A questão da dependência nas relações internacionais: a gênese da preeminência britânica no Brasil. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e Informação**, Rio Grande, v. 17, p. 71-85, 2005. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/ojs/index.php/biblos/article/view/240/53>>. Acesso em: 30 abril 2011.

ANJOS. Marcos Hallal dos. **Estrangeiros e Modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX**. 1996. 127f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

ARAÚJO, Nilton Clóvis Machado de. **Origens e evolução espacial da indústria de alimentos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: PUC, v.15, n.1, 1, p. 83-111. 2004. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/eeg/1/mesa_10_araujo.pdf>. Acesso em: 31 maio 2011.

BETEMPS, Leandro Ramos. Aspectos da Colonização Francesa em Pelotas. **HISTÓRIA EM REVISTA – Núcleo de Documentação Histórica da UFPEL**, Pelotas, v. 5, p. 1-12, 1999. Disponível em: <http://www.ufpel.tche.br/ich/ndh/downloads/Leandro_Ramos_Betemps_Volume_05.pdf>. Acesso em: 09 abril 2011.

BETEMPS, Leandro Ramos; CERQUEIRA, Fábio Vergara. **Os Suportes da Memória Social na Colônia Francesa de Santo Antônio em Pelotas-RS**. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 16, 2007, Pelotas. Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/cic/2007/cd/pdf/CH/CH_00594.pdf>. Acesso em: 09 abril 2011.

BRASIL. IPEA – Instituto de Pesquisa Aplicada. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 06 junho 2011.

CASTRO, José Antônio de Azevedo Castro. Discurso: **Pronunciamento dirigido na Assembleia Legislativa da Província de São Pedro**, Porto Alegre. 1876. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/908/000038.html>>. Acesso em: 01 maio 2011.

CAVALCANTE, José Luiz. A Lei de Terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra. **HISTÓRICA – Revista Online do arquivo público de São Paulo**, São Paulo, n. 2, p. 1-7, jun. 2005. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia02/LeideTerra.pdf>>. Acesso em: 30 abril 2011.

FINDLAY, Ronald; O'ROURKE, Kevin. **Power and Plenty: Trade, War, and the World Economy in the Second Millennium**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2007.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1974.

FURTADO, Ires de Oliveira. *et al.* **Estudo da Influência Cultural dos franceses na Formação Etnográfica do Rio Grande do Sul**. In: Congresso de Iniciação Científica, 17, 2008, Pelotas. Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/cic/2008/cd/pages/pdf/CH/CH_01577.pdf>. Acesso em: 15 abril 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª Edição, São Paulo: Atlas, 2008.

GRANDO, Marinês Zandavalli. A colonização não portuguesa no município de Pelotas. **ENSAIOS FEE - Fundação de Economia e Estatística**, Porto Alegre, n. 5, p. 47-55, 1984. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/456/688>. Acesso em: 10 abril 2011.

GRANDO, Marinês Zandavalli. **Pequena agricultura em crise: o caso da “Colônia Francesa” no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1990.

HERÉDIA, Vania. Imigração europeia no século passado: o programa de colonização no Rio Grande do Sul. **SCRIPTA NOVA: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona. n. 94, s.p. 2001. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-94-10.htm>>. Acesso em 01 junho 2011.

Le GOFF, Jacques. **Uma breve história da Europa**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LIMA, Francisco Xavier Pinto Lima. RELATÓRIO: Relatório de abertura da Assembleia Legislativa Provincial. Porto Alegre, 1871. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/903/000027.html>>. Acesso em: 01 maio 2011.

PEREIRA, Thales Augusto Zamberlan. **Entrevista pessoal**. Porto Alegre, 2011.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. **O imigrante e a pequena propriedade**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**. 30. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.

REZENDE, Cyro. **História Econômica Geral**. São Paulo: Editora Contexto, 1999.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

WITT, Marcos Antônio. **Em busca de um lugar ao Sol: estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul, século XIX**. São Leopoldo: Oikos, 2008.

**A POLÍTICA DAS CULTURAS: A CONEXÃO DO GLOBAL COM O LOCAL DA
QUESTÃO AFRO-BRASILEIRA EM TRATADOS INTERNACIONAIS^{††}**

**THE POLITICS OF CULTURES: THE CONNECTION BETWEEN THE GLOBAL
AND THE LOCAL OF THE AFRO-BRAZILIAN QUESTION THROUGH
INTERNATIONAL TREATIES**

Henrique Braunstein Raskin^{‡‡}

RESUMO

Este artigo apresenta a conexão que existe entre acontecimentos que ocorrem em escala global e no terreno local. Dessa maneira, é feita a análise da relação que existe entre a participação do Brasil na Convenção de Durban, de 2001, contra discriminação racial, e as políticas culturais e de patrimônio adotadas pelo Estado brasileiro em prol das populações afrodescendentes.

PALAVRAS-CHAVE

Políticas Culturais; Tratados Internacionais; População Afro-Brasileira.

ABSTRACT

This article presents the connection that exists between events on a global scale and on local terrain. Thus, it is made the analysis of the relation that exists between Brazil's participation on the Durban Convention, of 2001, against racial discrimination, and the cultural and patrimonial policies adopted by the Brazilian State in favor of afrodescendant populations.

KEYWORDS

Cultural Policies; International Treaties; Afro-Brazilian Population.

^{††} Este artigo é resultado da reflexão do Trabalho de Conclusão de Curso de Relações Internacionais de mesmo nome, feito durante 2012 sob a orientação do Prof. Dr. Cristian Jobi Salaini.

^{‡‡} Graduado no curso de Relações Internacionais pela ESPM-Sul em 2012/2. Email: hraskin@hotmail.com

Introdução

As relações multilaterais do Brasil trazem um questionamento, pois buscam se apresentar como causa e consequência dos fenômenos sociais domésticos de construção de políticas multiculturais. Por exemplo, há conexões entre o crescimento da relação do Brasil com países africanos, na Nova República brasileira (especialmente no governo Lula), e políticas multiculturais domésticas impactadas pela assinatura da Declaração de Durban contra o racismo e discriminação, de 2001. Também, pode-se citar a assinatura da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) como fruto das relações com países fronteiriços que compartilham a floresta amazônica e têm grandes populações indígenas (OIT, 2011). É difícil dizer quem influencia quem, se é o campo doméstico ou internacional. Porém, existe a relação entre fatores do campo global e do terreno local, e esse artigo busca observá-la.

Com isso, pretende-se analisar de que forma o Estado brasileiro utiliza-se de agências internacionais para implementar políticas culturais. Para tal, este artigo é dividido em três seções: primeiramente, será compreendida a maneira com que a cultura faz-se presente no escopo político brasileiro; na segunda seção, será analisado o envolvimento do Brasil em assuntos culturais em tratados multilaterais; e, por fim, serão expostos os resultados locais dos trâmites internacionais, a fim de mostrar a conexão que existe entre o âmbito global e o terreno localizado, com as políticas culturais para afro-brasileiros.

Para atingir o objetivo do trabalho, esses conteúdos foram abordados em uma pesquisa exploratória, uma vez que ela “não atinge ainda o nível da explicação nem o da predição, encontrados nas pesquisas ‘puras’ ou ‘teóricas’, nem o do diagnóstico e/ou solução adequada do problema, deparados nas pesquisas ‘aplicadas’” (SALOMON, 1996, p. 112). De análise qualitativa, a sua amostra eram os conteúdos dos tratados internacionais multilaterais de cunho cultural de que o Brasil participa ou participou e as políticas governamentais e ações afirmativas que impactam a população negra brasileira. Em outras palavras, foram analisados os tratados e eventos de cunho global a que o Brasil participava, junto às políticas locais que eram implantadas e executadas em relação aos afro-brasileiros, na busca de se identificar uma conexão entre esses fatores. Assim, há a combinação de análise de documentos oficiais, bem como de literatura aplicada nesse assunto.

À escolha desse tema, há diversas justificativas. Primeiramente, tratar do Brasil enquanto nação multicultural é desafiador academicamente, pois o termo ainda é delicado quando se trata de uma sociedade multicultural da escala que a brasileira é. Abordar o Estado

brasileiro enquanto agente de construção nacional é evidenciar que ele está se reinventando, e esse processo deve ser analisado de forma apropriada.

A importância social consiste no fato de que essa monografia lida com um período promissor ao desenvolvimento nacional. A esfera jurídico-política do Brasil nunca havia sido tão incrementada como hoje, momento de destaque internacional para o país. Falar de nação brasileira é legitimar bases construtoras do Brasil e qualificá-lo enquanto uma instituição concreta que se reinventa, podendo causar inclusive uma inflexão na história do país. Abordar a multiculturalidade brasileira é ajudar a permitir que ela se materialize por definitivo.

No âmbito pessoal, o assunto da pesquisa foi escolhido pelo interesse do autor em ciências sociais e nas relações internacionais, que se influenciam mutuamente. A relação entre o local e o global é a essência da junção disciplinar, em que se estuda o isolado junto ao agregado. Além disso, nascido e desenvolvido no Brasil, o autor compartilha o sentimento de orgulho da cultura e do país de que faz parte, o que o leva a ter mais veemência pelo entendimento da cultura como ferramenta ao desenvolvimento e ao pragmatismo nacional.

A cultura como ferramenta política no Brasil

Falar sobre política no Brasil inclui mencionar muitas particularidades da história do país, principalmente no que diz respeito à histórica tradição de não envolvimento político por grande parte da população brasileira. De início, parte-se do princípio de que desde a fundação do Brasil, não era consolidado um povo brasileiro, cujas pessoas eram incapazes de pensar e de sentir o que acontecia no ambiente político. Carvalho (1987) mostra essa falta de envolvimento e apresenta que através da cultura, porém, muitas questões da política eram definidas. O autor, em sua análise, coloca que o problema da falta de congregação política, não era fruto da congregação popular em si (CARVALHO, 1987).

Assim, há um apelo do autor ao fato de que, apesar das agregações políticas no Brasil não terem tido êxito, ajuntamentos sociais não deixaram de existir – só que sem o caráter político. “Estes cidadãos [politicamente] inativos revelavam-se de grande iniciativa e decisão em assuntos, em ocasiões, em métodos que os reformistas julgavam equivocados. Assim é que pululavam na cidade organizações e festas de natureza não-política” (CARVALHO, 1987, p. 141). Dessa maneira, o autor cita o carnaval, dentre outras celebrações, como a festa da Penha no Rio de Janeiro, a qual era dada uma grandiosa atenção (CARVALHO, 1987).

A festa caracterizava-se ainda, durante o Império, por ser o momento de encontro da família real com o povo. No dizer de Raul Pompéia, era “ocasião de *rendez-vous* dos Príncipes com a arraia miúda”. Tipicamente, o encontro de governantes com o povo dava-se fora dos domínios da política (CARVALHO, 1987, p. 142).

Assim, há evidências históricas da não participação popular na esfera pública no Brasil – a não ser que seja em festividades culturais e religiosas, como Carvalho (1987) mesmo coloca. Via-se “a indiferença pela participação, a ausência de visão do governo como responsabilidade coletiva, de visão da política como esfera pública de ação, como campo em que os cidadãos se podem reconhecer como coletividade” (CARVALHO, 1987, p. 147). Contudo, existe uma preocupação e participação do povo na esfera apolítica, principalmente no que envolve cultura, pois foram nesses momentos em que houve a mistura dos ritmos portugueses, brasileiros e africanos. “O contraste de um comportamento participativo em outras esferas de ação, como a religião, a assistência mútua e as grandes festas em que a população parecia reconhecer-se como comunidade” (CARVALHO, 1987, p. 147). Cultura, então, acaba por ser a palavra-chave do envolvimento popular brasileiro, seja na religião, ou em interações sociais festivas étnicas.

Da formação social do Brasil aos dias de hoje, manteve-se essa tendência de participação política do povo brasileiro no que concernem as questões culturais, e ainda se nota que a globalização acentuou e fortaleceu o papel que a etnia e a cultura possuem no panorama político. Yúdice (2006) argumenta que houve uma proliferação do assunto em fóruns como a UNESCO (do inglês, Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura), Banco Mundial e outros órgãos internacionais, fazendo com que o conceito de cultura que temos seja transformado. Ainda, apesar disso, o autor atesta que essa relação entre política e cultura não é tão nova – existindo como veículo da esfera pública desde o século XVIII: “a cultura proporcionou não somente uma melhoria ideológica, segundo a qual as pessoas seriam avaliadas em termos de valor humano, mas também uma inscrição material nas formas de comportamento” (YÚDICE, 2006, p. 26).

O que mudou na cultura enquanto recurso político, na segunda metade do século XX, foi, contudo, o seu papel, no que diz respeito aos problemas sociais. No que antes era reprodução ideológica, agora serve a cultura como solução a problemas como racismo e genocídio – como consequência da era pós Direitos Humanos. Yúdice (2006) explica o fenômeno através da globalização. “A globalização pluralizou os contatos entre os diversos povos e facilitou as migrações, problematizando assim o uso da cultura como um expediente nacional” (YÚDICE, 2006, p. 28). Ou seja, em vez de a cultura ser usada politicamente como

manobra ideológica de massas, ela virou uma ferramenta de convívio multicultural (YÚDICE, 2006).

Ainda, segundo Sapiezinkas (2008), essa politização da cultura se dá especialmente através das políticas de patrimônio – que com o tempo passaram a ser cada vez mais abrangentes. “Mais recentemente a noção de Patrimônio passa a ser tratada de modo mais amplo, envolvendo o aspecto cultural que nele sempre esteve presente” (SAPIEZINKAS, 2008, p. 69). A autora explica que a preservação de monumentos começou a ser dada no final da Idade Média, por ser propriedade pública, e, com o passar do tempo, “os valores e características culturais de um povo seriam então socialmente compartilhados e simbolicamente projetados sobre a propriedade coletiva, seu patrimônio” (SAPIEZINKAS, 2008, p. 68-69). Assim sendo, em tempos mais recentes, houve uma mudança na forma com que o patrimônio passou a ser visto, pois foi agregado a ele o fator cultural.

Dessa forma de classificar patrimônio como “guardião” da cultura que concilia e localiza a nação, Sapiezinkas (2008) argumenta que no Brasil as políticas de preservação de patrimônio começaram a surgir na década dos anos 1930, no governo de Getúlio Vargas. Essas políticas “partem da construção de monumentos e prédios públicos de referência à nação e se expandem no sentido do alargamento da noção de patrimônio histórico e artístico nacional para englobar também a ideia de patrimônio cultural, material e imaterial” (SAPIEZINKAS, 2008, p. 79). É nesse momento, no Governo Vargas, que os bens sociais ganham, além do valor econômico, um valor cultural – de interesse público, e, a partir de então, patrimônio entra na pauta política do Brasil (SAPIEZINKAS, 2008).

Passado o período desse projeto nacionalista com maior ênfase no patrimônio de natureza material, em 1964 foi assinada a Carta de Veneza, que espalhou mundialmente a concepção de patrimônio e seus métodos de preservação, institucionalizando-o. Após, em 1977, o Brasil viria a aderir a Convenção do Patrimônio Mundial, e então a lista do patrimônio brasileiro começou a se expandir e tomar forma da diversidade cultural brasileira, sendo incorporados à lista do patrimônio mundial a Amazônia, o Pantanal, a cidade de Brasília, a Serra da Capivara e a cidade de Goiás (SAPIEZINKAS, 2008). Com a Nova República e a proclamação da nova Constituição de 1988, contudo, é que acontece uma grande mudança no que diz respeito à cultura brasileira e a seu patrimônio, pois no artigo 216, há a afirmação de que nos bens de natureza material e imaterial é que são feitas as manifestações culturais (SAPIEZINKAS, 2008).

Com isso, vê-se o imaterial tomando forma. Não somente o que foi construído esteticamente, porém o modo de vida das pessoas – a cultura prática – passou também a ser

patrimônio. “O Decreto-lei nº 3.551, de quatro de agosto de 2000, ampliando a normatização constitucional, institui o registro de bens culturais de natureza imateriais ou intangíveis, que constituem o patrimônio cultural brasileiro, criando um programa nacional do patrimônio imaterial” (SAPIEZINKAS, 2008, p. 85). Com isso, Salaini (2006) busca o conceito mais próximo do que é patrimônio imaterial, e de onde começou a repercutir, para que viesse a ser tratado legalmente no Brasil:

A preocupação com a preservação e a valorização das expressões da chamada cultura tradicional e popular surgiu mais fortemente no cenário internacional logo após ser firmada por diversos países a Convenção da Unesco sobre a Salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e natural, em 1972. Surgiu, na realidade, como reação de alguns países do terceiro mundo a esse documento, que definia Patrimônio Mundial apenas em termos de bens móveis e imóveis, conjuntos arquitetônicos e sítios urbanos ou naturais (SANT’ANNA, 2003 apud SALAINI, 2006, p. 52).

A criação do Ministério da Cultura no Brasil, em 1985, em si, é a materialização de que o Estado brasileiro passou a dar maior importância para questões culturais – antes atrelados a outros campos do governo, como educação, por exemplo. Através de agências internacionais, o processo de tomada de decisão governamental foi facilitado, devido à argumentação com conceitos já aceitos por outros países, sendo a utilização de políticas culturais mais viável aos Estados, dentre eles o brasileiro (RASKIN, 2012).

A internacionalização da cultura

Partindo-se do pressuposto de que existe uma conexão entre as culturas da população, as decisões governamentais e os tratados multilaterais, no final do século XX isso pode ser visto mais frequentemente, inclusive no que envolve o Brasil. Muitos acordos e tratados começaram a ser ratificados pelo Brasil e a sua face cultural começou a mudar. Podem, por exemplo, ser citadas a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (1989), a Conferência Mundial de Educação para Todos (1990), a Conferência de Durban (2001) e a Declaração dos Direitos Culturais de Friburgo (2007).

A assinatura brasileira da Convenção 169 da OIT demonstra preocupação em relação aos direitos das populações indígenas e tribais em território nacional. Tal convenção afirma os direitos e a integridade dos povos indígenas, através de medidas de garantia do benefício em condições de igualdade dos direitos e oportunidades previstos nas legislações; da promoção do respeito de identidade social e cultural, dos costumes e tradições; e da ajuda à eliminação de disparidades socioeconômicas entre os membros indígenas e os demais

membros da comunidade nacional (OIT, 2011). O motivo pelo qual foi formulada e ratificada a convenção não foi apenas o escopo ideológico, devido ao caráter prático da adoção de tais princípios. Havia a segurança do cumprimento desses valores (que ganhava força na década de 80 com o engajamento do Banco Mundial pela causa), dada pelo financiamento do BM para projetos governamentais, “como a construção de hidroelétricas e barragens, estradas e ferrovias, programas de assistência técnica e modernização agrícola, projetos de colonização, e implantação de polos industriais e obras de infraestrutura” (FILHO, 2000), condicionado pela não violação de povos indígenas, que dentre todos seriam os mais prejudicados.

A Conferência Mundial de Educação para Todos, da UNESCO foi outro evento, ocorrido na década de noventa, que frisou o fato de a educação ser um direito fundamental a todos, no mundo inteiro. “Cada pessoa – criança, jovem ou adulto – deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem” (UNESCO, 1998). Essa frase do artigo primeiro da conferência universaliza o direito à educação, composto por diversas ações, dentre elas a do artigo oitavo:

Políticas de apoio nos setores social, cultural e econômico são necessárias à concretização da plena provisão e utilização da educação básica para a promoção individual e social. A educação básica para todos depende de um compromisso político e de uma vontade política, respaldados por medidas fiscais adequadas e ratificadas por reformas na política educacional e pelo fortalecimento institucional. (UNESCO, 1998).

A UNESCO engaja-se de forma intensa no que diz respeito ao patrimônio histórico mundial, e essa relação entre a organização e o Ministério da Cultura possui frutos visíveis no que diz respeito à preservação do patrimônio brasileiro. De acordo com Alves (2010), a definição de patrimônio imaterial da UNESCO vê a cultura tradicional e popular “a partir da lente das criações, expressões e manifestações artístico-estéticas de uma determinada coletividade” (ALVES, 2010), e é através dessas manifestações que o Ministério da Cultura atua de modo a legitimar as culturas brasileiras como, de fato, cultura brasileira, garantida pelo Estado e seu ministério (ALVES, 2010).

Já a Conferência de Durban é uma convenção mais específica, pois milita contra o racismo e a discriminação. Ocorrida em 2001, em Durban, na África do Sul, foram discutidas veementemente as dificuldades que os africanos e seus descendentes em outros países enfrentam, em busca de uma correção às desigualdades sociais que sofrem pelo mundo (ALVES, 2002). Atribuem as injustiças sociais que sofrem os negros ao racismo e à ideologia de superioridade racial branca:

A pobreza, o subdesenvolvimento, a marginalização, a exclusão social e as disparidades econômicas estão estreitamente vinculadas ao racismo, à

discriminação racial, à xenofobia e à intolerância correlata e contribuem para a persistência de atitudes e práticas racistas que, por sua vez, geram mais pobreza (DECLARAÇÃO DE DURBAN, 2001).

A participação do Brasil e a concordância com o artigo 18 da declaração supracitada mostram o esforço do país na mudança de sua realidade interna através de convenções externas. O reconhecimento do problema o elevou a importante articulador da conferência, que estabeleceu inclusive um plano de ação para mudar a realidade de discriminação não só étnico-racial, mas de orientação sexual e de deficiência física, dentre outras (ALVES, 2002).

E, por último, a Declaração de Direitos Culturais de Friburgo, de 2007, reúne tópicos abordados nas anteriores três conferências comentadas, sendo concomitante às ideias das outras agências, pois tem sido formulada desde a década de oitenta. Segundo a declaração, são reforçados os Direitos Humanos, com o acréscimo de que toda pessoa tem direito

de escolher e ter respeitada sua identidade cultural, na diversidade dos seus modos de expressão; [...]; De escolher e ter respeitada sua própria cultura, assim como as culturas que em suas diversidades constituem o patrimônio comum da humanidade; isso implica particularmente o direito ao conhecimento dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, valores essenciais desse patrimônio; E de ter acesso, particularmente pelo exercício dos direitos à educação e à informação, aos patrimônios culturais que constituem expressões das diferentes culturas bem como dos recursos para as gerações presentes e futuras (DECLARAÇÃO DE FRIBURGO, 2007).

Segundo a UNESCO, a difusão da Declaração dos Direitos Culturais é um esforço que deve ser feito por todos os países, através do aprofundamento do debate internacional sobre problemas relativos à diversidade cultural; do avanço na definição dos princípios, normas e formas de acordos e promoção da diversidade cultural; do favorecimento do intercâmbio de práticas e conhecimentos culturais; do avanço no entendimento do conteúdo dos direitos culturais, como parte dos direitos humanos; da salvaguarda do patrimônio linguístico da humanidade, com o apoio à liberdade de expressão e à diversidade linguística; e da elaboração de políticas de preservação do patrimônio, dentre outras maneiras de afirmar esses direitos (UNESCO, 2002).

É através de convenções e declarações internacionais, como essas, que as leis internacionais começam a ter maior influência em políticas públicas culturais específicas em cada país participante, dentre eles o Brasil. Appadurai (1990) explica de que maneira é possível que pressões internacionais cada vez mais contribuam para ações governamentais locais, no que diz respeito a direitos humanos, cultura e igualdade social. O escritor coloca que o fluxo cultural global passa a ser dado pela disjunção de cinco dimensões: os etnopanoramas (com o trânsito global de pessoas), os tecnopanoramas (com as concentrações

de tecnologia), os finançopanoramas (com as indefinições e velocidade das transações), os mídiapanoramas (com a grande capacidade de difusão da informação) e os ideopanoramas (com a maior difusão de ideologia política). Para o autor, a disjunção entre os cinco panoramas encerram a isomorfia dos trajetos de pessoas, tecnologia, capital, imagens e ideias, e essa independência dos fatores muitas vezes foge do controle do Estado, obrigando-o a reinventar-se para se adaptar a pressões globais (APPADURAI, 1990).

Assim, os panoramas tornam-se independentes e ganham peso ao representarem questões globais, sem distinção de espaço, pois podem ser encontrados em diferentes regiões do planeta. É o caso de movimentos sociais de minorias, que ao se relacionarem com os mesmos movimentos domésticos, só que de outros países, ganham mais força, universalizam-se, e, assim, transcendem o escopo Estatal, passando a ser um movimento de escala global. Bourdieu (2002) exemplifica isso com a questão do movimento negro brasileiro, ao atestar que a ele é aplicada a fórmula do movimento negro estadunidense, dos Direitos Civis. Para o autor, esse movimento passou a ser símbolo da luta por direitos dos negros no mundo inteiro, mesmo que a realidade deles não seja a mesma que nos Estados Unidos.

Bourdieu (2002) expressa, através do conceituado império norte-americano, a forma com que a globalização tem homogeneizado as formas de pensar as realidades locais, mesmo que sejam essas, cenários diferentes e particulares. O que se deve observar é a forma com que a disjunção dos cinco panoramas de Appadurai (1990) mostra-se presente nessa questão de interpretação local de um movimento social de outra sociedade. No específico exemplo, o etnopanorama negro transcende não só o Estado, porém a realidade social que nele se insere. Apesar das diferenças pontuais entre a forma com que o negro é visto, na sociedade brasileira e na norte-americana, há uma identificação e correlação entre os dois movimentos pelos direitos dos negros – permitidas pelo fluxo cultural global dado por Appadurai (1990).

As políticas culturais locais para afro-brasileiros

É através da Convenção de Durban que se dá a principal conexão do global com o local no que diz respeito às políticas culturais para afro-brasileiros; a convenção estendia sobre a mesa assuntos relacionados ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia, e à intolerância correlata, buscando seu combate (DECLARAÇÃO DE DURBAN, 2001). Dessa maneira, foram consolidadas ao tratado urgências que já vinham se manifestando em diferentes sociedades, mas que não haviam sido de fato, ratificadas por países. Por exemplo, a própria África do Sul conduzia-se à reparação do seu sistema de *apartheid* antes mesmo da

conferência. Em especial, racismo é um tema delicado, se colocado ao lado da história brasileira, e, tratando-se da Conferência de Durban (2001), houve uma grande abertura para ações afirmativas no cenário social do Brasil.

O que a declaração fornece é um norteamento sobre como as questões de racismo e de discriminação racial devem ser encaradas e enfrentadas. Como visto anteriormente, há a definição do que é racismo, quem o sofre e como o sofre; há conversas sobre as origens do racismo; o estabelecimento de medidas de combate; e estratégias para o alcance de igualdade racial plena, dentre outros. Baseado nisso, uma série de ferramentas do governo, em especial comandado pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva, foram criadas para o atingimento dessa máxima da convenção – principalmente no que diz respeito à população negra, no Brasil. López (2009) atesta que

Como afirma Michel Callon (2004), a noção de rede permite, a princípio, escapar da oposição entre o local e o micro, de um lado, e o global e o macro, do outro. Essa tensão, presente em toda parte, é constitutiva do mundo moderno. Este vê como se enfrentam a tradição contra a globalização e a uniformização, a região contra o mundo, os particularismos contra o universalismo. O mundo moderno é aquele que cria um espaço comum, homogêneo, e que só pode conseguir isso anulando as diferenças (CALLON, 2004 apud LÓPEZ, 2009, p. 36).

Em outras palavras, os autores propõem que o que ocorre no âmbito macro ambiental, acaba por impactar o local e vice-versa. Essa é a discussão sobre a Declaração de Durban e políticas raciais ou ações afirmativas locais no Brasil, que cresceram com a adesão à conferência. “Foi a partir da Conferência de Durban (2001) que a temática das desigualdades raciais na América Latina ganhou uma ênfase maior e as mobilizações afro-latino-americanas um papel protagônico” (LÓPEZ, 2009, p. 261).

Há muitas evidências de progresso em relação às políticas raciais, e primeiramente será abordada a Fundação Cultural Palmares. Tal fundação existe desde 1988, com a reforma da Nova República, para promover e preservar a cultura afro-brasileira. Desde sua formação, possuía compromisso com o combate ao racismo e com a garantia dos direitos dos negros, através de políticas públicas e de proteção ao patrimônio material e imaterial. Contudo, desde 2001, foram adotadas ações afirmativas pela fundação (PALMARES, 2010). Essas políticas afirmativas, que são, segundo o Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ações Afirmativas, da UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), “políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica no passado ou no presente” (GEMAA, 2011), começaram então a mostrarem-se presentes, por terem claro o caráter de luta contra o racismo. Contudo, há algo

de diferente no que diz respeito a essas ações, pois poderiam simplesmente ser vistas como políticas anti-discriminatórias, já existentes.

A ação afirmativa se diferencia das políticas puramente anti-discriminatórias por atuar preventivamente em favor de indivíduos que potencialmente são discriminados, o que pode ser entendido tanto como uma prevenção à discriminação quanto como uma reparação de seus efeitos. (GEMAA, 2011).

Estruturas foram consolidadas pela Fundação Cultural Palmares, com a clara finalidade de combater o racismo e a discriminação, como é preconizado pela Declaração de Durban (2001). Em 2003, foi criada a Seppir – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; e posteriormente, constituído o Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial – Fipir (PALMARES, 2010). Com tais instituições, seria mais fácil de realizar as ações afirmativas, como exposto no parágrafo 5 do programa da ação da Declaração de Durban (2001). Esta,

solicita que os Estados, apoiados pela cooperação internacional, considerem positivamente a concentração de investimentos adicionais nos serviços de saúde, educação, saúde pública, energia elétrica, água potável e controle ambiental, bem como outras iniciativas de ações afirmativas ou de ações positivas, principalmente, nas comunidades de origem africana (DECLARAÇÃO DE DURBAN, 2001, p. 26).

Baseado nessa solicitação, na Fundação Cultural Palmares houve um incremento de ações afirmativas locais, desde 2001. A primeira foi a “implantação de programas de ações afirmativas para estudantes negros em 40 universidades públicas brasileiras” (PALMARES, 2010). Além disso, foi regulamentado o procedimento para identificar, reconhecer, delimitar, demarcar e titular as terras ocupadas por comunidades dos antigos quilombos, e foi incluído o estudo da história e da cultura afro-brasileira no currículo do ensino básico (PALMARES, 2010). O Instituto Cultural Palmares também lançou o Programa Brasil Quilombola, através da Seppir, para garantir o acesso a terra àqueles que pertencem a comunidades quilombolas, ou seja, descendentes de escravos negros que se refugiavam em quilombos (SEPPPIR, 2009). Posteriormente, foi instituída a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial; aprovada a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra; instituída a Agenda Social Quilombola; aprovado o Estatuto da Igualdade Racial na Câmara dos Deputados; e criado o Programa de Bolsas de Iniciação Científica para alunos cotistas das IES – Instituições de Ensino Público (PALMARES, 2010). Falar em igualdade racial já não era mais um *tabu* da sociedade, afinal passou a haver acordos multilaterais, como o de Durban, que davam ênfase a esse ponto de discussão.

O termo afrodescendente foi consensuado pela militância negra no processo Durban e ratificado pelas Nações Unidas, passando a expressar uma identidade política afro-latino-americana, e ressignificando o termo de identificação política “negro”

que, segundo alguns militantes, ainda apresentava vínculos com a história colonial (LÓPEZ, 2009, p. 89).

No capítulo sobre medidas de prevenção, educação e proteção visando à erradicação do racismo, discriminação racial, dentre outros, no âmbito nacional – especificamente no parágrafo 66 –, a Declaração de Durban “insta os Estados a estabelecerem e implementarem, sem demora, políticas e planos de ação nacionais para combater o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, incluindo as manifestações baseadas em gênero” (DECLARAÇÃO DE DURBAN, 2001, p. 37). Desde então, por exemplo, houve a realização de duas conferências nacionais de Promoção da Igualdade Racial; foi criado o Programa de Combate ao Racismo Institucional; e a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial havia evoluído para o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Como resposta das ações da Fundação Cultural Palmares, de 2003 a 2009 foram certificadas 1.573 comunidades quilombolas, tituladas outras 93, e entraram em curso de regularização fundiária, outras 996 (PALMARES, 2010). Como expõe a conferência, em seu segundo parágrafo das questões gerais,

reconhecemos e afirmamos que, no limiar do terceiro milênio, a luta global contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata e todas as suas abomináveis formas e manifestações é uma questão de prioridade para a comunidade internacional e que esta Conferência oferece uma oportunidade ímpar e histórica para a avaliação e identificação de todas as dimensões destes males devastadores da humanidade visando sua total eliminação através da adoção de enfoques inovadores e holísticos, do fortalecimento e da promoção de medidas práticas e efetivas em níveis nacionais, regionais e internacionais (DECLARAÇÃO DE DURBAN, 2001, p. 6).

Por isso, àqueles que participaram da conferência e concordaram com seus preceitos, como o Brasil, temas que envolvem discriminação dentre outras injustiças sociais deveriam ser tratados com prioridade, fator que explica a nova onda de esforços governamentais do país. Por exemplo, pode-se fazer uma análise sobre os esforços do Inbra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), já abordados também pelo próprio Instituto Cultural Palmares no que diz respeito aos quilombolas: em novembro de 2003, a Presidência da República, através da Casa Civil, lançou um decreto sobre o reconhecimento das terras que devam pertencer aos descendentes de escravos (DECRETO 4.887, 2003). Como atesta o artigo segundo do decreto presidencial de número 4.887, de 2003,

consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (DECRETO 4.887, 2003).

Em outras palavras, o que ocorre com esse decreto presidencial é a justificativa da reforma agrária na questão racial negra; ou seja, é a garantia do direito a terra àqueles que sofrem de discriminação ou cujas famílias sofreram injustiças do sistema político ou econômico do país em épocas passadas. A concentração de terras, por exemplo, fruto também da organização escravocrata, seria um dos resquícios do racismo de uma época em que a riqueza era medida em posses de terras. Ou seja, consequência da escravidão seria não ter posses fundiárias, bem como recursos para poder construir riqueza. A declaração coloca em seu programa de ação os resquícios da escravidão como determinante da discriminação contemporânea: “insta os Estados a tomarem todas as medidas necessárias e adequadas para por fim à escravidão e às formas contemporâneas de práticas análogas à escravidão para [...] implementarem medidas que visem a corrigir os problemas e os danos resultantes” (DECLARAÇÃO DE DURBAN, 2001, p. 25).

Assim, novamente a declaração mostra-se imperativa em medidas locais, pois questões como distribuição fundiária passam a ser afetadas por discursos étnico-raciais, que envolvam discriminação e intolerância. Além disso, com a criação do Seppir, pela Fundação Cultural Palmares, houve uma grande institucionalização da promoção da igualdade racial. Dentre suas finalidades, encontram-se as diretrizes para as políticas de promoção da igualdade racial, com o planejamento, coordenação, articulação com organismos que possam contribuir e execução, e o acompanhamento das legislações que permitam as ações afirmativas e públicas, no que diz respeito à igualdade racial e ao combate à discriminação (SEPPPIR, 2009).

É com a publicação do Estatuto da Igualdade Racial, de 2010, instituído pelo Presidente da República, entretanto, que a Seppir chega ao ápice de sua militância na promoção de igualdade. “Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica” (LEI 12.288, 2010). Nesse primeiro artigo já se mostra clara a contribuição da Declaração de Durban de 2001, pois através de evoluções de decretos e leis, mantém-se o combate à discriminação racial. Em suma, tal estatuto compila todos os avanços que as diversas instituições governamentais e sociais a favor da igualdade racial tiveram, transformando em lei os conceitos aplicados na Conferência de Durban (2001). O parágrafo 70 da declaração

insta os Estados a tomarem todas as medidas constitucionais, legislativas e administrativas necessárias para promover a igualdade entre indivíduos e grupos que são vítimas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata,

e para reexaminarem as medidas vigentes visando a alteração ou a revogação da legislação nacional e das disposições administrativas que possam dar corpo a tais formas de discriminação (DECLARAÇÃO DE DURBAN, 2001, p. 38)

No que diz respeito à posição dos negros na cultura nacional, a lei 12.288 também aborda o tema e, junto ao Iphan, a questão do patrimônio nacional é retomada. Segundo o artigo nono da lei, “a população negra tem direito a participar de atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer adequadas a seus interesses e condições, de modo a contribuir para o patrimônio cultural de sua comunidade e da sociedade brasileira” (LEI 12.288, 2010). E, em especial no parágrafo segundo do décimo artigo, devem ser tomadas providências para o “apoio à iniciativa de entidades que mantenham espaço para promoção social e cultural da população negra” (LEI 12.288, 2010).

Além dele, o artigo 20 expressa que “o poder público garantirá o registro e a proteção da capoeira, em todas as suas modalidades, como bem de natureza imaterial e de formação da identidade cultural brasileira” (LEI 12.288, 2010), e essa afirmação remonta as questões sobre patrimônio, bem como no que diz respeito às ações do Iphan. A capoeira é um símbolo nacional da cultura negra, e por isso, foi elencada como patrimônio da cultura brasileira, por remontar sua natureza enquanto nação.

Em suma, por mais que questões étnico-raciais começassem a ganhar força em tempos de globalização pós Guerra Fria, os tratados consolidaram essa luta e deram forma às reivindicações. Assuntos, como descendência de escravos, viraram argumento sólido por populações negras não só no Brasil. A Declaração de Durban (2001), como resultado da conferência homônima, mostrou que racismo, dentre outras formas de discriminação, é um tema com muitos tópicos ainda a serem abordados por governos nacionais. No Brasil, a cada ano estruturas governamentais vêm adotando mais ações afirmativas e políticas raciais e, relacioná-las à Durban, não pode ser somente mera coincidência.

Considerações Finais

Pôde ser observado ao longo do artigo que existe uma conexão entre o campo global e o terreno local em momentos de acelerada globalização no período do pós-Guerra Fria. Dessa mesma forma é que as declarações internacionais, bem como as agências, como a UNESCO e outras, possuem impactos nas ações culturais locais do governo brasileiro. É evidente que a Declaração de Durban (2001) possui impactos nas ações afirmativas em relação aos negros, bem como a seu patrimônio material e imaterial. Pôde ser visto que, nas áreas da saúde e educação, medidas têm sido criadas para diminuir os níveis de discriminação racial, seja com

cotas universitárias para negros, seja com planos especializados para populações de afrodescendentes. Ainda, passou a ser utilizada como critério a questão da ascendência africana na garantia fundiária para negros, através dos quilombolas.

Essas políticas dialogam diretamente com os tópicos discutidos na convenção que ocorreu na África do Sul, em 2001. Assim, esses tratados multilaterais, em períodos de cooperação internacional, passaram a ter uma maior influência nas políticas locais, justamente pela ratificação dos tratados, bem como pela compreensão e alinhamento ideológico com os assuntos discutidos nos eventos.

Referências Bibliográficas

ALVES, J.A. Lindgren. **A Conferência de Durban contra o Racismo e a responsabilidade de todos.** 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292002000200009&script=sci_arttext>. Acesso em 19 jul. 2012.

ALVES, Elder Patrick Maia Alves. **Diversidade cultural, patrimônio cultural material e cultura popular:** a Unesco e a construção de um universalismo global. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922010000300007&lang=pt>. Acesso em 22 jul. 2012.

APPADURAI, Arjun. **Disjuncture and Difference in the Global Cultural Economy.** 1990. Disponível em: <<http://fido.rockymedia.net/anthro/Appaduraieconomy.pdf>>. Acesso em 23 mai. 2012.

BOURDIEU, Pierre. WACQUANT, Loïc. **Sobre as Artimanhas da Razão Imperialista.** In: Estudos Afro-Asiáticos, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados.** Companhia das Letras. São Paulo, 1987.

DECLARAÇÃO DE DURBAN. 2001. Disponível em: <<http://www.oas.org/dil/port/2001%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20de%20A%C3%A7%C3%A3o%20adotado%20pela%20Terceira%20Confer%C3%Aancia%20Mundial%20contra%20o%20Racismo,%20Discrimina%C3%A7%C3%A3o%20Racial,%20Xenofobia%20e%20Formas%20Conexas%20de%20Intoler%C3%A2ncia.pdf>>. Acesso em 30 jul. 2012.

DECLARAÇÃO DE FRIBURGO. 2007. Disponível em: <<http://www.unifr.ch/iiedh/assets/files/declarations/port-declaration.pdf>>. Acesso em 30 jul. 2012.

DECRETO 4.887/03. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso em 24 set. 2012.

FILHO, João Pacheco de Oliveira. **Cidadania e Globalização:** povos indígenas e agências multilaterais. 2000. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832000001400006&lang=pt>. Acesso em 04 jun. 2012.

GEMAA – Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa. **O que são ações afirmativas?** 2011. Disponível em:

<http://gemma.iesp.uerj.br/index.php?option=com_k2&view=item&layout=item&id=1&Itemid=217>. Acesso em 22 set. 2012.

LEI 12.288/10. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm>. Acesso em 18 ago. 2012.

LÓPEZ, Laura Cecilia. **“Que América Latina se sincere”**: Uma análise antropológica das políticas e poéticas do ativismo negro em face às ações afirmativas e às reparações no Cone Sul. 2009. Disponível em:

<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16871/000701342.pdf?sequence=1>>. Acesso em 01 ago. 2012.

OIT 169. 2011. Disponível em:

<http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/international_labour_standards/pub/convencao%20169_2011_292.pdf>. Acesso em 29 mai. 2012.

PALMARES, Fundação Cultural. **As Principais Ações**. 2010. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/as-principais-acoes/>>. Acesso em 22 ago. 2012.

RASKIN, Henrique Braunstein. **A Política das Culturas**: a conexão do global com o local na questão afro-brasileira em tratados internacionais. Porto Alegre, RS. Originalmente apresentado como monografia de conclusão de curso de graduação, ESPM. 2012.

SALAINI, Cristian Jobi. **“Nossos heróis não morreram”**: um estudo antropológico sobre formas de “ser negro” e de “ser gaúcho” no estado do Rio Grande do Sul. 2006. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/7636/000549991.pdf?sequence=1>>. Acesso em 08 set. 2012.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. Editora Martins Fontes. São Paulo, 1996.

SAPIEZINKAS, Aline. **Do patrimônio histórico ao patrimônio cultural**: diálogos e interações na aplicação das políticas públicas de preservação. 2008. Disponível em: <<http://seer.ucg.br/index.php/habitus/article/view/1997/1254>>. Acesso em 29 ago. 2012.

SEPPPIR. **Programa Brasil Quilombola**. 2009. Disponível em: <<http://www.sepppir.gov.br/acoes/pbq>>. Acesso em 23 jul. 2012.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação Para Todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizado. 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em 13 jul. 2012.

UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>. Acesso em 13 jul. 2012.

YÚDICE, George. **A Conveniência da Cultura: Usos da Cultura na Era Global.** Humanitas. Belo Horizonte, 2006.

AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL: A Dança dos Paradigmas, o Estado Normal e a política externa na década de 1990

THE INTERNATIONAL RELATIONS IN BRAZIL: The Dance of Paradigmas, The Normal State and the Foreign policy in the 90's.

Augusto Gavioli^{§§}

Resumo:

Principais atores das Relações Internacionais na América do Sul, Brasil e Argentina protagonizam uma história de alianças e conflitos e se qualificam como potências econômicas no continente. Este artigo tem como objeto de estudo a Dança dos Paradigmas de Amado Cervo, o Estado Normal e a política externa do Brasil no período de abertura econômica no pós-Guerra Fria. Para isso, será apresentado um breve histórico dos países em questão e serão analisados o Estado normal e as consequências deste nas relações internacionais dos países.

Palavras-chave: Brasil, Política externa, Dança dos Paradigmas, Estado normal.

Abstract:

Main actors of South America's International Relations, Brazil and Argentina are protagonists in a story of alliances and conflicts, and qualify as the economic power of the continent. This article has as its object of study the Dance of The Paradigms from Amado Cervo, the normal State and the international politics of Brazil in the post-economic liberalization after the Cold War. To do so, it will be analyzed a brief history of these countries relations, the normal State and the consequences of it in their International Relations.

Keywords: Brazil, International politics, Dance of Paradigms, normal State

^{§§} Graduando do 7º semestre do curso de Relações Internacionais da ESPM-Sul.
E-mail: a_gavioli@hotmail.com

Introdução

As relações internacionais entre o Brasil e a Argentina foram marcadas por períodos de ora proximidade, ora afastamento. Por conta dos muitos interesses conflitantes, os países utilizavam suas políticas externas como instrumento de ampliação de sua influência no continente sul-americano, disputando a liderança entre os países da região. Os estados vizinhos já protagonizaram momentos de tensão e de corridas armamentistas que quase os levaram a um estado de guerra. Por outro viés, apesar de sempre ter existido a rivalidade, a integração dos dois países prevaleceu em muitos momentos, refletindo até hoje nas relações econômicas e políticas. A tentativa de implementação do Pacto de Não agressão, Consulta e Arbitragem (juntamente com o Chile), mais conhecido como Pacto do ABC e idealizado pelo Barão de Rio Branco, a visita do presidente argentino Sáenz Peña ao Estado do Rio de Janeiro, quando em defesa da união do Brasil e da Argentina proclamou que *todo nos une, nada nos separa* e, posteriormente, a formação do bloco do MERCOSUL, em 1991, são exemplos de políticas de entendimento entre os dois países (BANDEIRA, 2003, p. 124-125).

De fato, Brasil e Argentina tinham muito em comum. Ambos caracterizavam-se como países essencialmente agrícolas, grandes exportadores de matérias-primas e importadores de produtos manufaturados, compartilhavam fronteiras e um histórico semelhante e eram consideradas como as maiores forças econômicas, políticas e militares da região (BANDEIRA, 2003, p. 125). Com o do governo de João Batista Figueiredo (1979-1985), as relações entre as potências do Atlântico seguiram em direção a um processo integracionista, que só se concretizaria nos governos dos presidentes Raúl Alfonsín e José Sarney com a assinatura da “Ata para integração Brasileiro-Argentina” em 1986. Os projetos de tal ata incluíam:

“O fomento do crescimento econômico; o comércio bilateral dinâmico e não especializado; a ampla cooperação cultural, científica e tecnológica, principalmente em tecnologias de ponta; a observância do gradualismo e da flexibilidade dos mecanismos de integração; preferências comerciais bilaterais nas áreas agrícola e industrial; o realismo de propostas a fim de evitar a utopia; o aperfeiçoamento da infraestrutura; a adaptação do arcabouço jurídico de ambos os estados; e o envolvimento do empresariado com o mercado ampliado” (CERVO, 2008, p. 453).

A partir do governo de Janio Quadros em 1961, o Brasil passou a exercer uma política externa mais independente, focada para uma maior autonomia e para a real promoção dos interesses nacionais, acumulando assim um caráter universal, ou seja, a multiplicação de parcerias políticas e econômicas como forma de diversificação dos mercados e também de buscar uma menor dependência externa dos Estados Unidos. Nesse período, o país

experimentou altos índices de crescimento econômico, possibilitado principalmente pela política de industrialização por substituição de importações e pelas medidas protecionistas adotadas. Essa maior autonomia na política externa teria linhas de continuidade que seriam refletidas com a abertura econômica, na inserção do Brasil no mercado internacional em 1990. Por sua vez, nessa mesma década, o caráter regionalista passa a ter um maior grau de importância nas relações internacionais do Brasil e da Argentina. Esforços de ambas as partes resultaram na criação de mecanismos multilaterais sul-americanos como a ALCSA, a ALCA, e o próprio MERCOSUL (OLIVEIRA, 2005, p. 231-233).

Com o fim do período de Guerra Fria, que resultou na vitória do capitalismo norte-americano sobre o socialismo soviético, o centro hegemônico de poder ficou concentrado nos Estados Unidos. Assim, o modo como as relações internacionais se davam em nível mundial também mudou, visto que a dualidade de poder já não mais existia, e passou a ser influenciado por três novos fatores: a ideologia e o pensamento neoliberal, a supremacia do mercado e a superioridade militar e econômica da nova potência hegemônica (CERVO, 2008, p. 455). Esses fatores foram fundamentais para as decisões políticas do Brasil e da Argentina durante o período seguinte. Com as eleições de presidentes de cunho neoliberal e a entrada de grupos monetaristas no poder, as políticas econômicas ganharam relevância especial e o nacionalismo que vigorava até então passou a ter menor importância.

As novas diretrizes mundiais, que partiam tanto dos Estados Unidos quanto dos organismos hegemônicos como o FMI e o Banco Mundial, resultaram na adoção do Estado normal em quase todos os governos sul-americanos. Na Argentina, esse novo modelo político foi recebido com simpatia pelos governantes, enquanto no Brasil recebeu críticas e foi combatido principalmente pelos defensores do nacionalismo e do desenvolvimento que vigorou no país nas seis décadas anteriores. Para Amado Cervo, o Brasil apresentaria, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a “Dança dos paradigmas”, uma vez que a orientação política não foi linear e levou o país a transitar pelas três diferentes vias do paradigma, o Estado desenvolvimentista, o Estado normal e o Estado Logístico (CERVO, 2008, p. 455).

Este artigo, pois, terá como objetivo fazer uma análise da política externa brasileira estabelecendo uma relação dos modelos políticos entre o Brasil e a Argentina por meio do conceito do Estado normal e também das semelhanças e diferenças que se podem observar entre os dois países por meio desse conceito. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, partindo de coletas de dados em fontes bibliográficas, digitais e documentais. Segundo Mascarenhas (2012), a pesquisa qualitativa visa descrever um objeto com maior profundidade

(MASCARENAS, 2012). Assim, em que medida o Estado normal influenciou na política externa do Brasil? Buscando responder essa pergunta, serão abordados temas como o histórico entre os dois países e, principalmente, o conceito de Estado normal, proveniente da teoria da Dança dos Paradigmas de Amado Cervo. Esse autor, Moniz Bandeira, Henrique Altemani e José Augusto Guilhon Albuquerque serão os principais teóricos pesquisados, com os quais aqui será estabelecido um diálogo.

A Dança dos Paradigmas

A nova ordem global dos anos 1990, construída a partir da vitória do capitalismo na Guerra Fria, acarretou mudanças na orientação da política externa não só no Brasil, mas também nos demais países da América Latina. Nesse período, o Brasil ainda parece haver perdido o rumo que guiou a política externa durante os 60 anos anteriores. É também nesse tempo que as instituições estatais passaram por dificuldades. Além do *impeachment* do presidente Collor de Melo e da alta inflação no início da década, o Itamaraty teve como chefes de Relações Exteriores cinco ministros diferentes, não conseguindo assim uma orientação linear na política externa, cuja coerência só voltaria com o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) (CERVO, 2008, p. 455-456).

Ao contrário do que ocorreu na Argentina, que logrou de uma linearidade em sua política externa, principalmente durante os dois mandatos do presidente Carlos Saúl Menem, o pensamento político brasileiro não foi homogêneo no âmbito das relações internacionais. Além da alta volatilidade dos ministros no Itamaraty, outro fator foi importante para desgastar a orientação brasileira internacional na época: as diretrizes monetaristas aplicadas pelas autoridades econômicas, uma vez que as decisões nas áreas de alfândega, finanças externas e de abertura comercial lhes foram passadas (CERVO, 2008, p. 456).

Em virtude desses fatores apresentados, surgiram no Brasil três orientações confusas e contraditórias. O Estado desenvolvimentista, com características tradicionais, reforçava o aspecto nacional e autônomo da política exterior. Esse Estado esteve em vigência durante os 60 anos anteriores à eleição do presidente Fernando Collor em 1989 e possibilitou atingir a marca de oitava maior economia mundial utilizando da política de industrialização por substituição de importações e também do protecionismo econômico. Tal Estado teve como protótipo o Brasil; O Estado normal, objeto de estudo proposto por este artigo, foi uma invenção latino-americana dos anos 1990, concebido na Argentina e batizado pelo economista e político Domingo Cavallo, então Ministro de Relações Exteriores do governo

Menem em 1991, e defendia serem normais os governos instalados entre 1989-1990 no continente sul-americano. O Estado normal buscava aderir à economia internacional por meio de ações subservientes às novas diretrizes mundiais e destrutivas ao patrimônio nacional. Por fim, o Estado logístico, que fortalece o núcleo nacional e transfere à sociedade responsabilidades empreendedoras, teve como protótipo o Chile. A política externa brasileira transitou por esses três paradigmas. Para Amado Cervo, “a indefinição paradigmática da política externa brasileira levou à agonia do Estado desenvolvimentista, à emergência do Estado normal e ao ensaio do Estado logístico” (CERVO, 2008, p. 457).

O Estado normal

O paradigma do Estado normal envolve três parâmetros de conduta. O Estado subserviente, que se submete às coerções do centro hegemônico do capitalismo; o Estado destrutivo, que dissolve e aliena o núcleo central robusto da economia nacional e transfere renda ao exterior; e o Estado regressivo, que reserva para a nação as funções da infância social (CERVO, 2008, p. 457). A emergência do Estado normal, subserviente, destrutivo e regressivo, teve como impulso a ideia de “mudança” e essa ideia estava presente na mentalidade dos políticos brasileiros e era tida como necessária. A nova orientação na política externa brasileira causou a revisão histórica e a condenação às estratégias internacionais de desenvolvimento e nacionalismo praticadas no passado; a adoção acrítica da ideologia imposta pelos centros hegemônicos de poder; a eliminação das ideias de projeto e interesse nacionais; e a correção da orientação diplomática. A revisão das estratégias levou o Brasil a uma “tríplice mudança interna”, na qual os fatores que passariam a guiar o pensamento político nacional seriam a democracia, a estabilidade monetária e a abertura econômica. (CERVO, 2008, p. 458-459).

Segundo Amado Cervo, “ao aderir à orientação do Estado normal, o Brasil acabou, automaticamente, abrindo mão de fazer política internacional própria”, como vinha fazendo nos últimos 60 anos. Embora a visão do autor seja apropriada para a compreensão do contexto político da época, acredito que, ao aderir ao pensamento do Estado normal, o país não abriu mão automaticamente de fazer política externa, uma vez que a própria decisão de se tornar um governo subserviente aos interesses internacionais já se caracteriza como a escolha de um pensamento político, por mais passivo que este possa ser. Portanto, a decisão de privatizar o patrimônio estatal e a de abrir a economia ao mercado externo também podem ser vistas como uma política internacional própria, que, apesar de seguir diretrizes mundiais,

tinha um diferente contexto para cada Estado que as adotava. Também, a tentativa de obtenção de uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU e a participação em várias missões de paz foram maneiras de fazer que a política externa do país fosse destacada. Desse modo, o país aplicou as duas gerações de reformas sugeridas pelo Consenso de Washington, chamadas de “boa governabilidade”. Com isso, em um primeiro momento contraiu os salários, aumentou a rigidez fiscal, retirou o Estado de investimentos produtivos e aumentou o número de privatizações de empresas públicas e, em um segundo período, procurou organizar uma estrutura regulatória estável e obter uma transparência nos gastos públicos por meio de facilidades ao capital estrangeiro. Nesse contexto, o Estado normal de fato confundiu democracia com imperialismo de mercado, competitividade com abertura econômica e desenvolvimento com estabilidade monetária. A condição política desse paradigma, portanto, levou o Brasil à desintegração do patrimônio e do poder nacional. Isso porque o Estado utilizou os mecanismos das privatizações para transferir direitos de empresas nacionais ao capital estrangeiro, aumentando, assim, a dependência estrutural da nação.

O regionalismo aberto da CEPAL

Por si só, o termo “regionalismo aberto” já representa uma contradição. Enquanto que por um lado o termo “regionalismo” diz respeito a uma delimitação territorial, o termo “aberto” sugere exatamente o oposto, ou seja, que não existem restrições e nem fronteiras. Segundo a CEPAL, o conceito se originou no contexto da cooperação econômica entre os países da Ásia e do Pacífico na década de 1970 até que foi adotada como pensamento normativo ao período de integração regional da América Latina. Ainda, a CEPAL define o conceito como:

“(…) um processo de crescente interdependência no nível regional, promovida por acordos preferenciais de integração e por outras políticas, num contexto de liberalização e desregulação capaz de fortalecer a competitividade dos países da região e, na medida do possível, constituir a formação de blocos para uma economia internacional mais aberta e transparente” (CEPAL, 1994).

O regionalismo aberto tem como objetivo conciliar dois fatores: a tendência do mercado em promover a liberalização comercial e a crescente interdependência regional, resultante dos acordos preferenciais. Ou seja, o conceito visa combinar políticas de integração regional com as políticas que promovem a competitividade internacional (CORAZZA, 2006, p. 12). Promover as políticas de industrialização pela substituição de importações, frente a nova diretriz mundial do neoliberalismo, já não bastava. O conceito preocupa-se, então, em

fomentar as exportações e conquistar o acesso amplo a mercados competitivos. Desse modo, o regionalismo aberto e a inserção do neoliberalismo e da globalização na América Latina eram perfeitamente compatíveis um com o outro.

A proposta engloba, também, a ideia de que o mercado regional deve internacionalizar-se por meio de medidas ativas que visam melhorar a competitividade e as tecnologias utilizadas nos processos produtivos. Ainda assim, defende certo grau de proteção externa, possível pela aplicação de uma tarifa externa comum. O regionalismo aberto tem como propósito possibilitar uma nova forma de inserção internacional, que permita o crescimento econômico com igualdade social e como mecanismo de proteção contra a concorrência externa (CORAZZA, 2006, p. 13-14).

Contudo, a proposta do regionalismo aberto exige uma redefinição do papel do Estado, uma vez que aborda principalmente a lógica do mercado. Segundo a CEPAL, o modo de intervenção estatal passaria a ter o objetivo de “(...) aumentar seu impacto positivo sobre a eficiência e a eficácia do sistema econômico” (CEPAL, 1990, p. 78). Portanto, ao estabelecer uma relação com a teoria do Estado normal, que dominava o pensamento político sul-americano na década de 1990, percebe-se que o pensamento cepalino foi o suporte ideal para a adoção de políticas neoliberais e para a redução do Estado enquanto ator hegemônico, com função interventora e desenvolvimentista.

O Estado normal no Brasil e na Argentina na década de 1990

O fim do modelo bipolar da Guerra Fria afetou diretamente o modo de pensar as relações internacionais no mundo e, principalmente, na América Latina, alterando inclusive os temas da agenda internacional. A ideologia e o pensamento neoliberal, a supremacia do mercado e a superioridade militar e econômica dos Estados Unidos são os três fatores que a partir de então passaram a guiar o pensamento nas políticas internas e externas dos estados.

Tanto no Brasil como na Argentina, o modelo neoliberal dos anos 1990 influenciou fortemente no modo em como as políticas eram pensadas. Com as eleições de presidentes de orientação neoliberal em quase todos os grandes Estados da América Latina, os chamados monetaristas – grupo de dirigentes de formação norte-americana – assumiram cargos decisórios nos governos. Esse grupo foi de fundamental importância na aplicação das políticas econômicas estabelecidas pelo FMI e pelo Consenso de Washington e nos processos de privatizações de alguns dos patrimônios estatais. Com isso, essa aplicação e esses processos caracterizariam o período de Estado normal na orientação política dos países. O

pensamento monetarista, por sua vez, foi reforçado pelo então novo pensamento político da CEPAL, que, buscando aderir às novas diretrizes do pensamento das relações internacionais formulou a doutrina do regionalismo aberto.

A fim de se incorporar às políticas neoliberais e aos países desenvolvidos, surgiram na Argentina cinco instruções na política externa durante o governo de Carlos Saúl Menem (1989-1999). A partir dessas instruções, buscava-se a reinserção da economia argentina à economia mundial; o estabelecimento de relações especiais com os Estados Unidos, potência hegemônica vitoriosa da Guerra Fria; aprofundar a integração econômica e também a cooperação política com o Brasil, como meio de encontrar uma estratégia de integração latino-americana; criar uma zona de paz no Cone Sul da América, a fim de fortalecer a segurança de sua área de influência por meio do entendimento com o Brasil, com o Chile e com a Inglaterra; e, por fim, desenvolver uma política de prestígio internacional. Assim, a Argentina não hesitou em se tornar um Estado normal, submisso, subserviente e receptivo às diretrizes das estruturas hegemônicas da globalização (CERVO, 2000).

No Brasil, por sua vez, a transição para o Estado normal não se deu de forma tão homogênea e bem recebida. Isso se deve ao fato de que, diferentemente de seu vizinho, o grupo neoliberal que subiu ao poder não conseguiu obter a hegemonia política da inteligência nacional, muito devido ao fato de o país ter com sucesso passado por um período de sessenta anos, o chamado Estado desenvolvimentista. Este intensificava o aspecto nacional e autônomo da política externa e foi responsável por levar o país aos mais altos níveis de desenvolvimento regional (CERVO, 2000, p. 11). Entretanto, com a chegada de Fernando Collor de Mello ao poder e com a troca do núcleo político tradicional e coerente pelo grupo neoliberal, a ideia do Estado normal começou a adquirir maiores proporções frente ao período desenvolvimentista. Além da crescente importância das ideias neoliberais, somaram-se aos argumentos contrários ao pensamento político vigente o fim da ditadura militar, o endividamento externo e a grave desvalorização monetária. Foi durante a Era Cardoso (1995-2002), no entanto, que o paradigma do Estado normal foi de fato aplicado à realidade brasileira.

Os impactos da “normalidade” do Estado no Brasil podem ser encarados de três maneiras. A abertura econômica fez que o empresariado brasileiro do setor público e do setor privado despertasse para o mercado internacional, enquanto, no Estado desenvolvimentista, o mercado interno bastava ao empresariado nacional, uma vez que o protecionismo que era praticado anteriormente os acomodava e os punha em uma situação de conforto. Diante da entrada de produtos estrangeiros, mais modernos, mais baratos e de melhor qualidade, o

mercado teve de se adaptar e se modernizar se quisesse seguir respirando. Contudo, verificaram-se o aumento da dependência estrutural e o regresso histórico, causados pelo choque de mercado. Ao realizar um balanço dos resultados do Estado normal na economia brasileira, pode-se observar que, apesar de destrutivo ao patrimônio nacional e submisso às então novas diretrizes monetárias, os índices de produtividade e de modernização no país somente aumentaram, diferentemente do caso Argentino, que não logrou resultados positivos com a normalidade do Estado. Conclui-se, pois, que, para a real compreensão de o porquê o modelo resultar positivamente no Brasil e não na Argentina, destacam-se alguns fatores. A recusa por parte da inteligência política de abandonar por completo o modelo desenvolvimentista, o sucesso do plano real e a volta da estabilidade econômica do país e, também, o ensaio do Estado logístico. Enquanto na Argentina se abandonou toda e qualquer política de desenvolvimento nacional e se igualou a moeda ao dólar americano, causando a desestabilização econômica que afundou o país em uma grave crise financeira.

A política externa brasileira no Estado normal

Nos últimos 50 anos, o Brasil vem-se orientando por duas linhas estratégicas fundamentais para o entendimento da política externa do país. Uma de caráter econômico, fundamental para o estabelecimento das metas e ações da política externa e que visa assegurar o crescimento econômico do país. Outra de caráter político, que tinha por objetivo construir e manter uma imagem de autodeterminação, especialmente perante as relações e os conflitos de interesses para com a política externa dos Estados Unidos e de outras grandes potências. Contudo, apesar da estabilidade e da frequência da política externa brasileira durante as cinco últimas décadas, houve dois períodos em que a orientação política do país se desorganizou e saiu de sua tendência histórica: um, durante o primeiro governo militar, e o segundo, que será abordado neste capítulo, durante o governo de Fernando Collor de Mello (ALBUQUERQUE, 2006, p. 501).

De fato, com a eleição do presidente Collor, introduziram-se no Brasil as ideias neoliberais. Integrar o Brasil ao primeiro mundo, estabelecer políticas liberalizantes na economia e estabilizar a moeda eram os principais objetivos do jovem presidente, que contava com o apoio principalmente do empresariado nacional. As iniciativas do então presidente atuaram tanto na relação do Estado com o sistema internacional quanto no plano doméstico. A redução e a tentativa de eliminação de contenciosos – dívida externa, patentes farmacêuticas, entre outros – e a busca pela ampliação da influência da diplomacia nacional,

por meio da ação destacada na discussão dos “novos temas” mundiais, foram os caminhos tomados para a nova política externa do país (SALLUM JR., 2011, p. 5). Ainda hoje usufruímos dos benefícios deixados pelo legado de Collor, uma vez que a abertura econômica possibilitou à nação o amadurecimento do mercado e, também, a forte presença da diplomacia nacional quanto aos temas da agenda internacional.

Felizmente, para o bem-estar do futuro da política e da economia brasileira, os planos de Collor para a integração com o primeiro mundo e para com o total alinhamento à política externa dos Estados Unidos foram interrompidos pelo *impeachment*. A volta da tendência histórica na orientação diplomática do país, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), possibilitou ao Estado brasileiro duas orientações políticas. A primeira, que o objetivo econômico visasse à estabilidade macroeconômica. Também, evitar uma integração com a economia dos Estados Unidos da América, possibilitando a diversificação econômica do país, que se provou tão importante na crise de 2009 (ALBUQUERQUE, 2006, p. 501-503).

Ainda que a estratégia política fosse de estabelecer relações comerciais com diversos países, o adensamento das relações bilaterais com a Argentina e com os Estados Unidos foi maior e atingiu altos níveis de complexidade. O papel do presidente Fernando Henrique Cardoso foi fundamental para o fortalecimento dessas relações, tendo em vista a facilidade e o bom relacionamento que tinha para com os principais interlocutores de cada um desses Estados. Segundo Albuquerque (2006), Fernando Henrique Cardoso definiu as novas relações com os Estados Unidos como devendo ser “uma parceria sem subserviência nem ressentimentos”. Também, o então presidente estabeleceu prioridades nas relações com a Argentina. As relações entre esses três países possibilitaram uma espécie de “jogo político”, no qual estabeleceram uma relação de ganhos mútuos, ou seja, um *win-win game* (ALBUQUERQUE, 2006, p. 504).

Esse jogo político consistiria que, para a Argentina, a aliança com os Estados Unidos possibilitar-lhe-ia uma garantia contra uma possível política brasileira de hegemonia regional, assim como para com o governo militar chileno. Por outro viés, por meio da aliança com o Brasil, teria suporte contra a hegemonia estadunidense, uma vez que a parceria lhe possibilitava melhores condições de barganha e de acesso à economia americana. Para o Brasil, o acordo com o país vizinho lhe permitia evitar a integração indesejada com os Estados Unidos, ao mesmo tempo em que mantinha a Argentina amarrada com a necessidade de ser compatível as suas políticas no plano regional. Por fim, para os Estados Unidos, a forte parceria que tinha estabelecido com a Argentina obrigava o Brasil a se manter aberto

economicamente, podendo usar esse fator como meio de persuasão nas negociações. Também, a preferência e os evidentes planos dos americanos para com o Brasil forçavam a Argentina a pressionar o seu vizinho a uma maior integração para com os Estados Unidos (ALBUQUERQUE, 2006, p. 505). Podemos com isso concluir que, apesar de as relações entre os três países terem-se tornado um jogo no qual havia benefícios para todos os três países, a Argentina se caracterizou como o elo central entre os três, uma vez que se constitui como um importante fator estratégico para o Brasil, como meio de evitar a presença dos americanos em demasia no continente e fazer valer as suas políticas regionais, e para os Estados Unidos, como meio de fazer com que o Brasil cedesse economicamente, aumentando a sua influência na região.

A década de 1990 foi um período no qual o entorno regional do Brasil mereceu e ganhou prioridade. Isso se deve ao fato de que, nunca antes, os países da região se tornaram tão importantes para a política externa de afirmação do país como o *organizador* da região, e não como líder (OLIVEIRA, 2005, p. 233). Para os interesses brasileiros, era fundamental que os países da região o entendessem como um Estado que estava tentando organizar a região, e não liderá-la, visto que os países em seu entorno e, principalmente a Argentina, não iriam aceitar a liderança brasileira e os planos nacionais de integração regional e de obter maior influência se desfariam.

O Brasil também atuou multilateralmente em várias oportunidades. Apesar de sua agenda ser essencialmente limitada aos temas da agricultura, o país teve importante e forte presença em organismos globais multilaterais como o GATT e, posteriormente, a OMC. O país conseguiu, por vários momentos, confrontar a liderança norte-americana, como quando na Rodada Uruguai, juntamente com a Índia, o país liderou uma coalização que visava ao veto à agenda dos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). O veto se opunha à inclusão de novos temas relativos ao comércio, como serviços e propriedade intelectual. A coalizão não conseguiu o seu objetivo por completo; no entanto, após a disputa de interesses haver-se tornada conflituosa, os países em desenvolvimento aceitaram os novos temas, porém com cláusulas especiais (SILVA, 2005).

A política externa do governo brasileiro durante o período do Estado normal, ao contrário do que disse Amado Cervo, não foi automaticamente deixada de lado, tampouco fora subserviente aos interesses das potências mundiais. Pelo contrário, o país exerceu a sua influência de uma maneira única. É certo que a orientação política mudou devido à quase total substituição do paradigma desenvolvimentista e nacional para a do paradigma normal, passando de um Estado fechado, com um mercado imaturo amparado por políticas de

protecionismo, para um Estado economicamente aberto, porém muito vulnerável aos choques externos. Todavia, as consequências na política externa foram, a meu ver, benéficas e fizeram que a diplomacia nacional passasse por um processo de amadurecimento. A nova orientação da política externa fez que o Brasil voltasse os olhos para o seu entorno, aumentando a sua influência e se tornando o Estado organizador dessa região; que evitasse seguir o exemplo da Argentina rumo à dependência econômica dos Estados Unidos; e, também, que atuasse em organismos multilaterais exercendo papéis fundamentais na busca pelos objetivos dos países em desenvolvimento.

Considerações finais

Conforme apresentado neste artigo, durante a década de 1990 a política externa brasileira vivenciou um período de mudanças e incertezas na orientação política nacional e, posteriormente, de afirmações como potência regional. Foi realizada uma análise do Estado normal, paradigma pertencente à teoria da Dança dos Paradigmas de Amado Cervo, no contexto Argentino, importante vizinho e parceiro do Brasil e berço do Estado normal no continente, e no contexto brasileiro durante o período. Por fim, foi feita uma crítica ao pensamento de Cervo referente à política externa do Estado normal. Para a total compreensão do tema abordado e do contexto da época, apresentou-se, também, o conceito da Dança dos Paradigmas e do Regionalismo Aberto – pensamento da CEPAL que deu suporte ao Estado normal. Os principais autores que nortearam a análise aqui realizada foram Amado Cervo, Luiz Alberto Moniz Bandeira, Henrique Altemani de Oliveira e José Augusto Guilhon Albuquerque. A partir das teorias desses autores, foi estabelecido um diálogo que possibilitou a análise e a crítica feita neste artigo.

A adesão ao Estado normal na Argentina levou à falência do Estado, à perda do patrimônio público e à vulnerabilidade aos interesses dos norte-americanos. É na Argentina que o Estado normal chega ao seu apogeu, uma vez que a totalidade da inteligência política concordava e apoiava o modelo. Foram criados cinco norteadores estratégicos para a política nacional. São eles: reinserir a Argentina na economia internacional; estabelecer relações especiais com os Estados Unidos; criar uma zona de paz no Cone Sul da América; aprofundar a integração econômica e a cooperação política com o Brasil; e desenvolver uma política de prestígio internacional. Os objetivos argentinos não foram alcançados, e o país entrou em uma crise causada pela má gestão dos políticos e pelas políticas extremas adotadas durante o Estado normal.

Por sua vez, no Brasil a experiência do Estado normal não foi de todo maléfica. Isso ocorreu devido à Dança dos Paradigmas, quando o Estado brasileiro apresentou durante um só período características do Estado desenvolvimentista, do Estado normal e do Estado logístico. A Dança dos Paradigmas possibilitou ao Brasil a adoção de políticas liberalizantes na economia, mantendo características desenvolvimentistas e também fomentando a infraestrutura e o crescimento sustentável da economia. É também na década de 1990 que o Brasil e a maioria dos países da América Latina elegem presidentes de cunho neoliberal, tornando possível aos monetaristas chegarem ao poder e realizarem as reformas neoliberais, baseadas nas diretrizes do FMI, do Consenso de Washington e dos Estados Unidos.

A política externa do Brasil, durante o governo Collor, perdeu o rumo que vinha seguindo nos últimos cinquenta anos. As iniciativas neoliberais do presidente afetaram o país tanto no plano internacional quanto no plano doméstico. Contudo, a abertura econômica realizada em seu mandato deixou um legado benéfico para o mercado nacional. O mandato do presidente Collor também contribuiu para que hoje a diplomacia brasileira tenha uma presença forte na discussão dos temas de agenda internacional. A política externa brasileira voltaria à sua tradicional orientação, de possuir um caráter econômico e outro político, somente no governo de Fernando Henrique Cardoso. Com isso, evitou-se o plano de total integração com os Estados Unidos, planejado por Fernando Collor de Mello, e foi possível ao Brasil a diversificação econômica, que se provou fundamental para recuperação brasileira da crise de 2009.

Durante a década de 1990, os países no entorno do Brasil ganharam atenção especial. Visando aumentar a sua influência na região, o Brasil assumiu a responsabilidade de potência regional e procurou conciliar os seus interesses com os interesses regionais. Também, a diplomacia brasileira participou de forma efetiva de vários organismos multilaterais, por meio de coalizões, com outros países em desenvolvimento, que tinham o objetivo de defender os seus interesses perante as exigências das grandes potências e confrontar a liderança dos Estados Unidos. Conclui-se, pois, que a política externa do Brasil, durante o período do Estado normal, teve papel fundamental no desenvolvimento do Estado brasileiro como organizador regional e como referência mundial para os países em desenvolvimento. A importância que o Brasil tem hoje no contexto internacional é, em grande parte, devido às orientações políticas adotadas durante a década de 1990. Cabe ao país continuar exercendo a sua influência política e econômica para com os demais países do mundo a fim de se estabelecer definitivamente como uma potência mundial e como o líder no contexto da América do Sul.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, José A. G.; SEITENFUS, Ricardo; CASTRO, Sergio H. N. (org.). **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2ª edição, 2006.

BANDEIRA, Luiz Alberto. Moniz. **Conflito e integração na América do Sul. Brasil, Argentina e Estados Unidos. Da tríplice aliança ao Mercosul, 1870-2003**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2ª edição, 2003.

BARBIERO, Alan; CHALOULT, Yves. **O Mercosul e a nova ordem econômica internacional**. Revista Brasileira de Política Internacional, 2001.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 3ª edição, 2008.

CERVO, Amado Luiz; **Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina**. Revista Brasileira de Política Internacional, 2000.

CERVO, Amado Luiz; **Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático**. Revista Brasileira de Política Internacional, 2003.

CORAZZA, Gentil. **O “regionalismo aberto” da CEPAL e a inserção da América Latina na globalização**. Porto Alegre: Ensaio FEE, n.1, 2006.

LAMPREIA, Luiz Felipe. **A política externa do governo FHC: continuidade e renovação**. Revista Brasileira de Política Internacional, 1998.

MASCARENHAS, Sidnei A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **Transformación productiva com equidad: la tarea prioritaria del desarrollo de América Latina y el Caribe en los años noventa**. Santiago de Chile, 1990.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **El Regionalismo abierto em América Latina y el Caribe: la integración económica al servicio de la transformación productiva com equidad**. Santaigo de Chile, 1994.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **Regionalismo Abierto: un examen del concepto a la luz de las experiencias de América Latina y Asia y el Pacífico**. Santiago de Chile. Disponível em: <http://www.eclac.org/publicaciones/xml/6/6166/lcg2085e_7.pdf>. Acesso em 13 Novembro 2012

OLIVEIRA, Henrique A. **Política externa brasileira**. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.

OLIVEIRA, Henrique A.; LESSA, Antonio Carlos. (org.). **Relações internacionais do Brasil: temas e agendas**. São Paulo: Editora Saraiva, v. 1, 2006.

OLIVEIRA, Henrique A.; LESSA, Antonio Carlos. (org.). **Relações internacionais do Brasil: temas e agendas**. São Paulo: Editora Saraiva, v. 2, 2006.

SALLUM JR., Brasílio. **Governo Collor: o reformismo liberal e a nova orientação da política externa brasileira**. Rio de Janeiro: Revista de Ciências Sociais, v. 54, n° 2, 2011.

SARAIVA, Miriam Gomes; ALMEIDA, Fernando R. de Freitas. **A integração Brasil-Argentina no final dos anos 90**. Revista Brasileira de Política Internacional, 1999.

SARFATI, Gilberto. **Teoria das relações internacionais**. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

SILVA, André Luiz Reis. **A política externa brasileira e a matriz neoliberal de inserção internacional (1990-2002)**. Rio Grande do Sul: Fundação de Economia e Estatística, 2005.

O PRÉ-SAL E A ESTABILIDADE ECONÔMICA BRASILEIRA:
O país está imune a possíveis choques na oferta de petróleo?

**THE PRE-SALT AND THE BRAZILIAN ECONOMICAL
STABILITY: *Is the country prepared for future shocks of oil supply?***

*Luís Fernando Krás Couto***

Resumo

O presente artigo analisa os principais aspectos dos choques na oferta de petróleo de 1973 e 1979 e os impactos resultantes na economia brasileira no período, comparando com o cenário atual de oferta interna de petróleo. Na década de 70 o país encontrava-se em estado de total dependência de fontes externas para abastecer o mercado nacional, mas a descoberta do pré-sal mudou esta perspectiva. Este artigo tem por objetivo avaliar diferenças fundamentais entre as crises da década de 70 e um possível cenário de crise de abastecimento no curto-prazo levando-se em consideração as capacidades energéticas do Brasil no passado e no presente.

Palavras-chave: Crise de Oferta de Petróleo de 1973 e 1979. Fontes Energéticas. Pré-Sal.

Abstract

This paper analyzes the main aspects of the oil supply shocks of 1973 and 1979 and the resulting impacts on the Brazilian economy in the period, compared with the current scenario of domestic supply of oil. In the 70s the country was in a state of total dependence on external sources to supply the domestic market, but the discovery of pre-salt changed this perspective. This article aims to assess the fundamental differences between the crises of the 70s and a possible scenario of supply crisis in the short-term, taking into account the energy capacity of Brazil in the past and present.

Keywords: Oil Supply Shock of 1973 and 1979. Energy Sources. Pre-Salt.

Introdução

* Graduando do curso de Relações Internacionais da ESPM-Sul. E-mail: luiscouto26@gmail.com

O Plano de Ação Econômico do Governo (PAEG) e o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento levados a cabo nas décadas de 60 e 70 botavam em prática um processo de substituição de importação com base na industrialização do país, buscando mudar a pauta de produção e exportação brasileira. O processo estava fortemente calcado na importação de bens de capital e financiamento externo, fatores determinantes para a entrada em espiral do Brasil em uma crise econômica que culminou em uma importante mudança na estrutura produtiva do país, atravessando principalmente três mandatos, desde Geisel (1974 – 78), João Figueiredo (1979 – 84) até o primeiro presidente civil após o golpe de 64, José Sarney (1985 – 89). O aumento da dependência estrutural do país em relação ao petróleo pode ser analisado diretamente pela participação no consumo total de energias primárias: segundo Jennifer Hermann (2011) se em 1971 o petróleo representava 34% do total de energia consumida no país, já em 1973 o percentual era de 40%, com participação crescente nos anos seguintes. O consumo total de petróleo saltou de 21 milhões de m³ em 1967 para 46 milhões de m³ em 1973. No mesmo período, a importação de insumos para consumo interno na indústria passou de 59% para 81%. O país contava, portanto, com potencial para produção de bens duráveis permanentemente ampliada, mas não dispunha de reservas de energia ou produção de bens de capital para suprir as necessidades. As duas crises de oferta de petróleo, em 1973 e 1979 causaram forte impacto na economia mundial, principalmente pela redução na oferta de crédito e consequente encolhimento dos mercados de escoamento dos países emergentes, em grande parte pelo aumento das dívidas externas e restrições a importações.

De maneira diferente encontra-se hoje o mesmo Brasil, que logra o status de país autossuficiente na produção e consumo de petróleo. Ainda que as descobertas tenham se iniciado em 2003 na Bacia de Campos, foi a partir de 2006 que as reservas de petróleo brasileiro começaram de fato a contar com petróleo suficiente para se declarar autossuficiente, possivelmente a nível de tradicionais exportadores de petróleo como aqueles do Oriente Médio. Conforme estimativa da Associação Brasileira de Geólogos de Petróleo (ABGP), os poços brasileiros hoje somam um valor aproximado de 46 bilhões de barris, quase quatro vezes mais que as reservas já contabilizadas (cerca de 13 bilhões de barris). Apenas Tupi, com reserva estimada entre 5 e 8 bilhões de barris de petróleo leve (PETROBRÁS, 2010) é uma das maiores reservas de petróleo já encontradas no Brasil, e se administradas corretamente devem tornar o país um dos principais *players* no cenário mundial. Segundo Hanson (2012), do *Council on Foreign Relations*, o volume na camada Pré-Sal pode atingir a marca de 100 bilhões de barris.

Tendo em vista a crise econômica desencadeada principalmente pelos incrementos no preço do petróleo impostos pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) (que de US\$ 2,48/barril em 1972 passou em 1973 para US\$ 3,29/barril, US\$ 11,58/barril em 1974 até US\$ 13,60/barril em 1978, saltando para estratosféricos US\$ 30,03/barril em 1979 (HERMANN, 2011)), e pela atual situação de recursos energéticos do Brasil, este artigo tem como objetivo analisar os impactos na economia brasileira atual de um choque na oferta internacional de petróleo aos moldes do que ocorreu na década de 70. Partindo do pressuposto teórico de que o Brasil de fato pode tornar-se no curto-prazo autossuficiente na produção da de energia (já que potencial o país já possui), o artigo apresenta um modelo de cenário baseado em experiências internacionais relacionadas às consequências econômicas de um choque externo em diferentes estruturas econômicas.

Inicialmente serão expostos os principais fatores que desencadearam os choques na oferta de petróleo na década de 70, as políticas econômicas adotadas pelo Brasil de forma a conter o choque e as consequências econômicas da crise. Em seguida será avaliado o potencial energético brasileiro e sua estrutura produtiva, de forma a delinear o padrão de consumo energético no país. Por fim, cenários futuros são apresentados, analisando quais os possíveis impactos que um novo choque na oferta de petróleo poderia ter na economia brasileira, baseando-se em teorias macroeconômicas e casos internacionais.

A estratégia metodológica para o desenvolvimento da pesquisa é baseada na pesquisa bibliográfica, visto a densidade de fatos e números disponíveis em artigos e livros. De tipo exploratório, a pesquisa busca adquirir dados diversos e realizar comparações entre eles, de forma a obter resultados que subsidiam previsões para cenários futuros. A pesquisa exploratória serve como base para estudos posteriores, visto a amplitude dos resultados possíveis decorrentes das análises estabelecidas. A pesquisa foca-se nas análises quantitativas, ao comparar indicadores diversos e experiências internacionais, extraindo do cruzamento destas informações importantes para definir as conclusões alcançadas (GIL, 1987).

A Crise na Oferta nos Anos 70

A década de 70 no Brasil é marcada pelo esgotamento do modelo de crescimento vigente até então, cuja principal característica era a industrialização por substituição de importação. Esse tipo de industrialização é baseado na importação de bens de capital necessários para capacitação da indústria interna a fim de produzir internamente produtos que

até então eram importados. O processo em si visa muito mais que ao bem estar social pela disponibilidade de produtos mais baratos, mas de fato o motor do processo são estrangulamentos externos, que forçam a indústria a buscar alternativas internas de suprimento. Segundo a Teoria dos Choques Adversos, atribuída a Celso Furtado e Raúl Prebisch (FONSECA, 2003), o processo de industrialização dos países da América Latina estariam diretamente ligados a crises no setor agroexportador, que gerariam déficits no balanço de pagamentos e dificultaria o acesso ao crédito internacional em países como o Brasil, que baseavam sua economia na agroexportação. Segundo os autores, a medida macroeconômica cabível nesta situação é a depreciação da moeda, em meios de favorecer as exportações e equilibrar o balanço de pagamentos, em especial o saldo da dívida externa, medida que só é adotada (talvez tardiamente) no início da década de 80 no governo de Figueiredo. A desvalorização cambial propicia ao mercado exportador ganhos imediatos, mas automaticamente encarece os bens importados. De fato, devido ao perfil da economia, se observa no Brasil durante o período da década de 70 uma deterioração das contas públicas, principalmente em relação ao balanço de pagamentos, que se torna deficitário. O déficit em conta corrente entre 74 e 84 passa para US\$ 6,5 bilhões, ante US\$ 1,2 bilhão no período entre 68-73, a balança comercial brasileira no mesmo período passa para um déficit anual médio de US\$ 2,3 bilhões anuais e o déficit da conta de serviços passa para US\$ 4,3 bilhões, ante US\$ 1,2 bilhão (do mesmo período de referência), em grande parte pela remessa de lucros e os juros crescentes que incidiam sobre a dívida externa (ELSEVIER, 2006). A dívida externa do Brasil cresce vertiginosamente a partir de 1974, quando do choque nos preços do petróleo. A figura 1 apresenta a progressão do endividamento externo brasileiro em US\$, impulsionado principalmente pelas altas taxas de juros do crédito internacional.

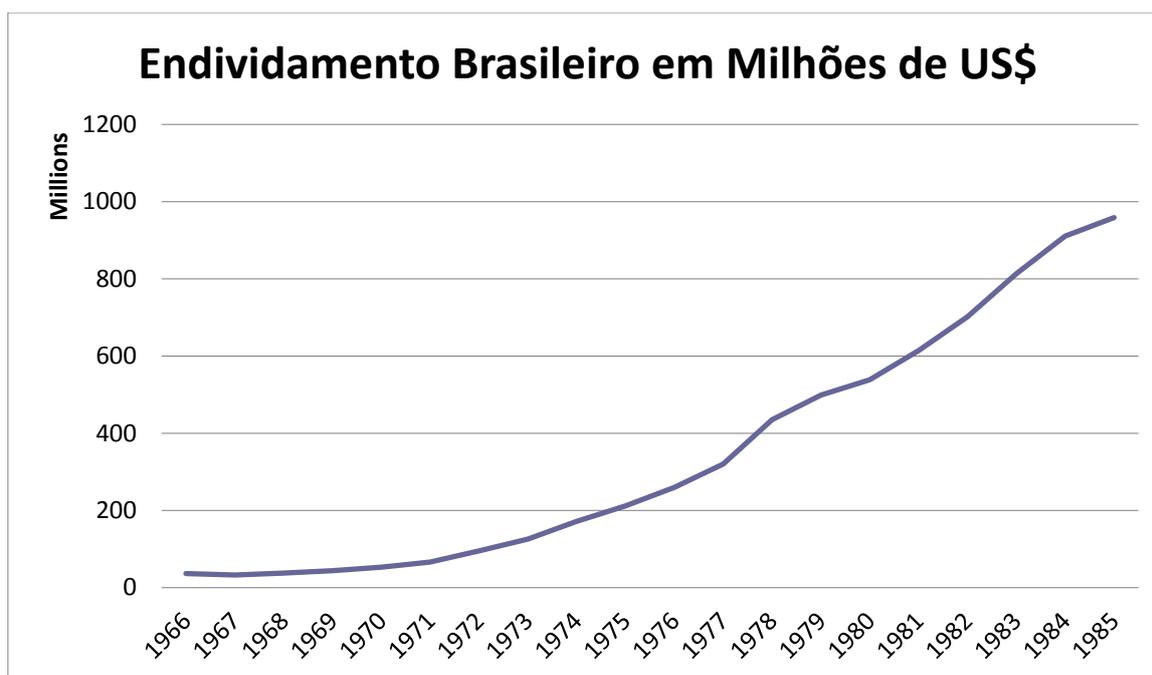


Figura 1: Endividamento Brasileiro em US\$.

Fonte: IBGE – Estatísticas do Século XX, 2012.

De 1969 a 1973 o crescimento das importações se manteve a uma taxa de aproximadamente 25,77% ao ano, ao passo que de 1973 para 1974 as importações cresceram quase 100% (IPEADATA, 2012), fruto da marcha acelerada, medida adotada pelo governo Geisel para reduzir a dependência externa de insumos. A figura 2 apresenta a progressão das importações brasileiras no período, em que se nota a clara elevação das importações a partir de 1973.

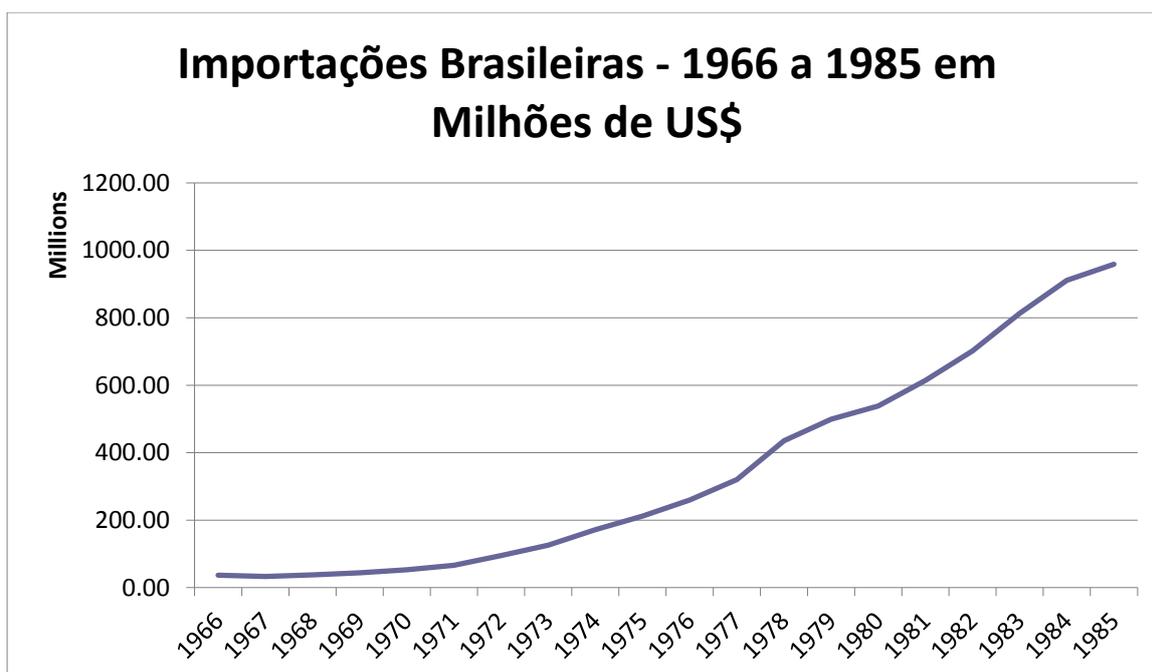


Figura 2: Importações Brasileiras – 1966 a 1985 em US\$.

Fonte: IBGE – Estatísticas do Século XX, 2012.

Ainda que às custas de endividamento externo, o desempenho econômico do Brasil no período foi de crescimento econômico de consistentes 6,7% ao ano entre 1974 e 1978, taxa mantida graças à atração de investimento externo (que será avaliado mais adiante, como resultado da alta taxa de juros provocada pelos aumento geral dos preços) acompanhado de grandes mudanças na estrutura produtiva do país. O principal motivo da manutenção das taxas de crescimento foi um resultado paradoxal do choque nos preços de petróleo: a disponibilidade de crédito por parte dos países exportadores de petróleo (chamados então de petrodólares). Partindo de 1974, o fluxo constante de financiamento aos países em desenvolvimento manteve as economias funcionando, ainda que à custa de altos níveis de endividamento. Desta forma, a economia brasileira seguiu uma marcha de crescimento forçado, ampliando demasiadamente sua dependência externa para manter os níveis de produção. A utilização do petróleo em larga escala, ainda que insustentável, foi a única maneira de se evitar um choque ortodoxo na economia (baseado em redução dos investimentos do governo, aumento das taxas de juros e consequente aumento temporário de nível de desemprego), propiciando que se mantivessem políticas heterodoxas de fomenta à economia, com estímulo à demanda (às custas de inflação) e à oferta (às custas de endividamento externo) (HERMANN, 2005). Dessa forma, a utilização do petróleo como fonte de energia foi largamente ampliada, como é possível acompanhar pela figura 3. A redução da dependência externa só é notável após 1983, ano em que o fluxo de crédito internacional reduz-se drasticamente.

Anos	Consumo Aparente de Petróleo (m³)	Produção de Petróleo (m³)	Importação (%)	Preço Barril (US\$)
1967	20 688	8 509	58,9	1,8
1971	31 458	8 896	70,8	2,24
1972	37 750	9 712	75,6	2,48
1973	45 079	9 876	80,9	3,29
1974	47 373	10 295	79,8	11,58

1978	62 099	9 305	84,7	13,6
1979	64 624	9 607	85,7	30,03
1980	63 162	10 562	82,7	35,69
1981	60 879	12 384	80,6	34,28
1982	60 228	15 080	76,8	31,76
1983	58 714	19 141	76,8	28,77
1984	62 571	26 839	58,1	28,66

Figura 3: Dados Referentes ao Petróleo entre 1967 e 1984 no Brasil.

Fonte: IPEADATA, 2012.

Se o primeiro choque na oferta de petróleo gerou esvaziamentos dos estoques de moeda estrangeira em países em desenvolvimento mas foi contornado com endividamento proveniente dos dólares acumulados pelos membros da OPEP, o segundo choque, em 1979, interrompeu em um espaço curto de forma definitiva o fluxo de crédito internacional. O preço do barril de petróleo, como pode ser acompanhado na figura 3, saltou US\$ 13,06/barril em 1978 para exorbitantes US\$ 30,03/barril em 1979. Nessa época, o Brasil possuía uma capacidade produtiva instalada ampliada, ainda que não contasse com recursos energéticos suficientes para mantê-la funcionando. Ao final da década de 70, o Brasil importava mais de 80% do total consumido em petróleo, tornando impossível manter a indústria nacional em funcionamento sem gerar um forte desequilíbrio no balanço de pagamentos.

Durante a década de 70 o incentivo às exportações foi capaz de manter estável (ainda que em déficit) o balanço de pagamentos, mas assim que os mercados de escoamentos fecham-se diante da segunda crise, em que os juros internacionais atingem valores superiores aos dois dígitos, as exportações brasileiras tornam-se incapazes de resguardar o equilíbrio no balanço de pagamentos. O impacto na economia brasileira foi evidente: o PIB brasileiro tem uma retração média de 1,8% entre 1981-83 (IPEADATA, 2012), as taxas de juros subiram consideravelmente (como modo de conter a inflação crescente bem como reflexo da redução de saldos monetários) e o governo se viu obrigado a forçar desvalorizações na moeda para financiar as dívidas externas. As políticas governamentais para o início da década de 80 deixam de basear-se em medidas heterodoxas e passam a ser recessivas, com aumento de

impostos, manutenção de taxas de juros elevadas e retração econômica. A análise destas políticas pode ser feita sob a óptica da Demanda Agregada e da Oferta Agregada e aplicada em conjunto com o modelo IS-LM, de maneira a compreender como as oscilações impactaram nos indicadores macroeconômicos.

As teorias de Demanda Agregada e Oferta Agregada utilizam-se de simplificações do cenário econômico para extrair informações relevantes sobre decisões no âmbito de políticas econômicas. Ao relacionar a quantidade de produtos demandada e o nível de preços agregados de maneira simples e objetiva, é possível investigar como dados agregados da economia, como PIB e taxa de juros se comportam com as variações.

A equação da função de demanda agregada, segundo Mankiw (2010), é dada por:

$$MV=PY$$

em que M corresponde à quantidade de moeda em circulação, V à velocidade das transações monetárias, P ao nível geral de preços e Y ao montante relativo à produção. A equação de oferta agregada de curto prazo é dada por

$$Y=f(K;L)$$

em que Y é o montante relativo à produção, em função da capacidade instalada e da disponibilidade de mão de obra. Segundo a teoria clássica de economia, no curto prazo as quantidades de mão de obra e de capital empregados são fixas (Mankiw, 2010), de tal forma que a oferta agregada no curto prazo torna-se uma constante em valor e quantidade. O equilíbrio econômico é determinado pela igualdade entre oferta e demanda de tal forma que o ponto de equilíbrio entre preços e quantidades produzidas é determinado pelo ponto de intersecção entre as duas equações, como apresentado na figura 4.

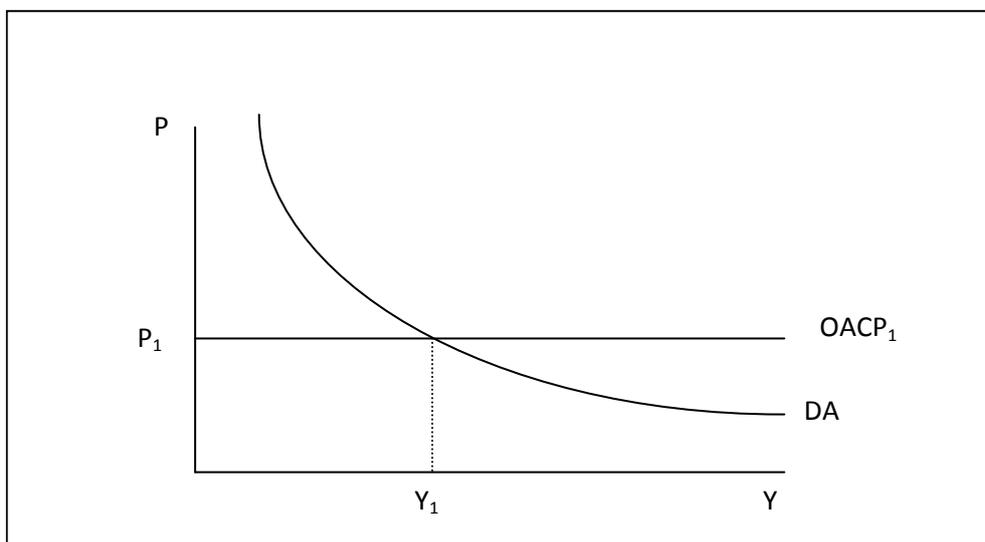


Figura 4: Gráfico de Demanda Agregada e Oferta Agregada de Curto Prazo.

Fonte: Autor.

O choque nos preços do petróleo em 1979 possui efeito direto sobre a oferta agregada, pois devido à alta dependência brasileira do insumo, o aumento nos preços é passado diretamente ao preço final dos produtos que utilizam o petróleo como insumo. Como exemplo, segundo o IBGE, o índice geral de preços teve um aumento de 77,2% em 1979, ano em que o barril de petróleo teve aumento de 220,8%. Desta forma, o aumento no índice geral de preços provoca um deslocamento vertical na curva de oferta agregada, deslocando também o nível de produção de equilíbrio da economia, de tal forma que o PIB no ano de 1981, ano em que as políticas públicas de contenção da crise internacional se tornaram insustentáveis, apresentou um recuo de -4,3% (IBGE, 2012). A imagem 5 apresenta o gráfico do deslocamento dos níveis de preços, no qual é possível compreender visualmente como a variação no nível geral de preços impacta negativamente o produto interno no país.

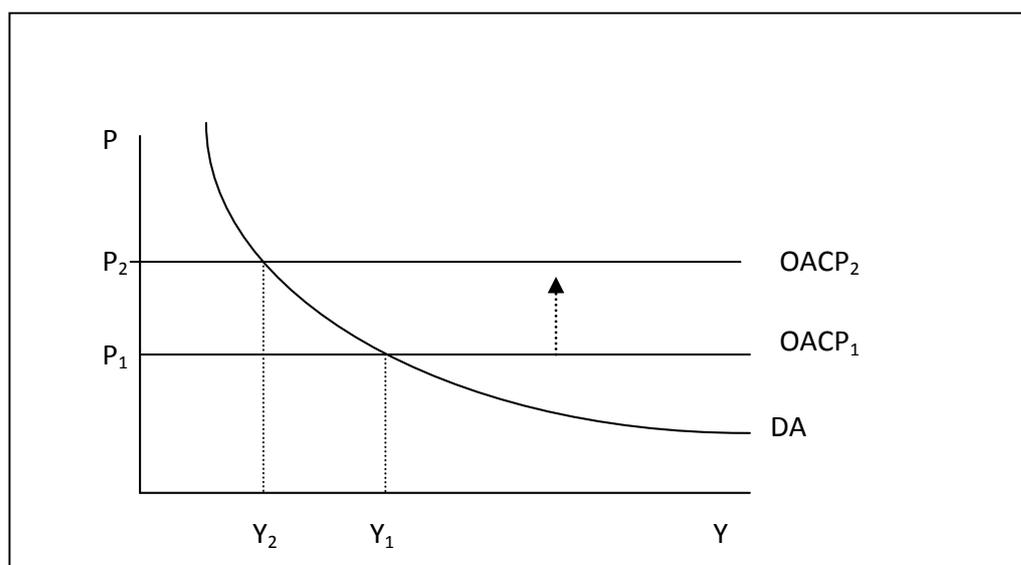


Figura 5: Gráfico de Demanda Agregada e Oferta Agregada de Curto Prazo com Deslocamento de Níveis de Preços.

Fonte: Autor.

O modelo de Oferta Agregada e Demanda Agregada ilustra de forma imediata a reação da economia ao choque nos preços do petróleo, mas não subsidia a avaliação das políticas econômicas adotadas pelo governo. O modelo IS-LM é uma derivação do modelo de Oferta Agregada e Demanda Agregada, e permite averiguar de forma simplificada como políticas monetárias e fiscais afetam a taxa de juros e o PIB de uma economia. A curva IS representa oscilações no mercado de bens e serviços através de dados agregados de poupança e investimento, enquanto a curva LM representa as oscilações na oferta e demanda por

moeda. Uma vez que a taxa de juros influencia tanto a demanda por moeda quanto os níveis de investimento, esta variável é a responsável pela ligação entre as duas curvas. A formulação da curva IS relaciona a renda agregada (PIB) com o consumo (a renda disponível, ou seja, a própria renda agregada retirando-se os impostos), com os investimentos (em função da taxa de juros) e os gastos do governo. A equação que determina as relações entre as variáveis da curva IS é dada por:

$$Y = C(Y-T) + I(r) + G$$

Por sua vez, a formulação da curva LM relaciona a demanda por encaixes reais monetários (a quantidade de moeda circulando em relação ao nível geral de preços) como função da taxa de juros. Como a renda afeta diretamente a demanda por moeda, visto que na prática maiores salários e gastos exigem maior quantidade de moeda, a equação que determina as relações da curva LM é dada por:

$$M/P = L(r;Y)$$

Em que M/P é o saldo monetário real (a quantidade de moeda total em circulação dividido pelo nível geral de preços) e L é a demanda por moeda, em função da taxa de juros “ r ” (visto que taxas menores de juros incentivam o consumo de bens e serviços, que exigem maiores quantidades de meios de troca) e em função da renda “ Y ” (visto que um nível maior de renda também incentivo o consumo de bens e serviços, que da mesma maneira exige maiores quantidades de meios de troca) (FEENSTRA, TAYLOR; 2012).

A intersecção entre as duas equações apresenta os níveis de renda e de taxa de juros que satisfazem todas as variáveis de uma economia fechada em equilíbrio, como visto na figura 6.

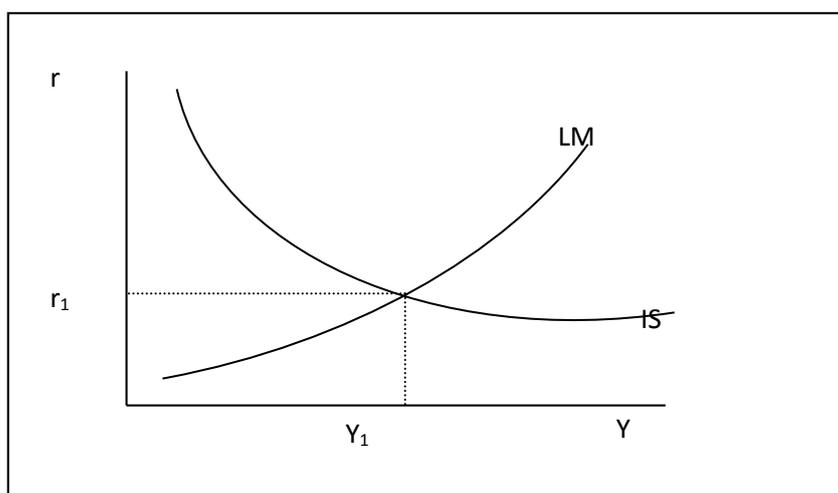


Figura 6: Gráfico IS-LM.

Fonte: Autor.

Em específico para os choques na oferta de petróleo, o principal impacto na economia brasileira foi o aumento nos níveis gerais de preços, como já destacado. De acordo com a equação da reta LM, um aumento nos níveis de preço provoca uma redução nos encaixes monetários reais, em outras palavras, uma redução na oferta de moeda. A redução na oferta provoca um deslocamento da reta LM para cima, ocasionando um aumento nas taxa de juros interna e uma redução no produto interno bruto, como apresentado na figura 7.

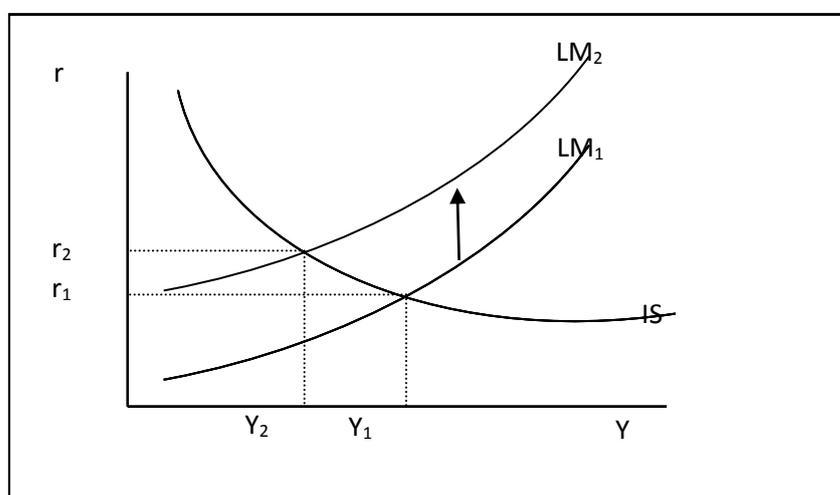


Figura 7: Gráfico IS-LM após Deslocamento da LM.

Fonte: Autor.

De fato, segundo o IBGE, entre 1979 e 1980 a oferta de meios de pagamento (M1) teve uma contração de -7,1% e entre 1981 e 1983 de -20,2%, condizente com o esperado. Figueiredo em 1981 identificou que o principal problema na economia brasileira era o desajuste no balanço de pagamentos, a ser solucionado via desvalorização cambial. A desvalorização cambial foi responsável por impulsionar as exportações, tornando a balança comercial superavitária a partir de 1981 (IBGE, 2012) e abastecendo o mercado interno com dólares. Ainda assim, a política de juros altos e restrições dos investimentos do governo mantinha a economia brasileira em quadro recessivo. Graficamente, as políticas

macroeconômicas mantinham a curva LM deslocada para cima, com taxa de juros elevada (aumentando a arrecadação) e redução no PIB.

A solução cambial de desvalorizações foi uma medida que em minha opinião aborda o problema do deslocamento da curva LM de maneira eficiente. As políticas de redução de gastos do governo auxiliaram de certa forma a contenção da inflação, e as taxas de juros elevadas incentivaram a iniciativa privada nacional a buscar financiamento externo e a iniciativa privada internacional a investir no Brasil, uma forma de atrair capital para o país. O incremento nos investimentos é um fator que desloca a IS para cima, o que contribui para o aumento do PIB, ainda que à custa de uma manutenção de altas taxas de juros. Também correta foi a medida de desvalorização cambial. Ainda que tornasse o produto importado mais caro em curto prazo, serviu como estímulo interno à produção e exportação, além de auxiliar no reequilíbrio do balanço de pagamento. Uma alternativa às políticas adotadas no início da década de 80 para a estabilização poderia ter sido promover um choque na demanda agregada. Promovendo uma expansão monetária, por exemplo, seria possível automaticamente desvalorizar o câmbio, além de promover um retorno às taxas de juros anteriores. Entretanto, sem dúvidas uma expansão monetária provocaria efeito explosivo na inflação (que já atingia valores altos desde meados da década de 70).

O Brasil e a Condição de Autossuficiência

Em termos atuais, o Brasil encontra-se em um estado de autossuficiência na produção de petróleo, possuindo largas reservas cambiais e taxas de juros e inflação dentro de patamares considerados estáveis. O consumo aparente de petróleo em 2007 é 2,3 vezes maior que a quantidade aparente consumida no Brasil em 1973, e 1,56 vezes maior que a consumida em 1979. Ainda assim, em 2007 o Brasil consumiu 101.058 m³ de petróleo, enquanto produziu 101.755 m³ (IPEADATA, 2012). Segundo o Banco Central Brasileiro, em setembro de 2012 a estimativa da dívida externa total era de US\$ 309,2 bilhões, enquanto as reservas cambiais atingiram no mesmo mês US\$ 378,7 bilhões.

A matriz energética brasileira ainda é fortemente dependente do petróleo. Segundo o relatório Balanço Energético Nacional 2012, desenvolvido pela Empresa de Pesquisa Energética, ligada ao Ministério de Minas e Energia, em 2011 aproximadamente 78,8% da energia consumida no Brasil foi proveniente de derivados do petróleo. A figura 8 ilustra a proporção em que as diferentes fontes de energia são consumidas no Brasil, de 1970 até 2010.

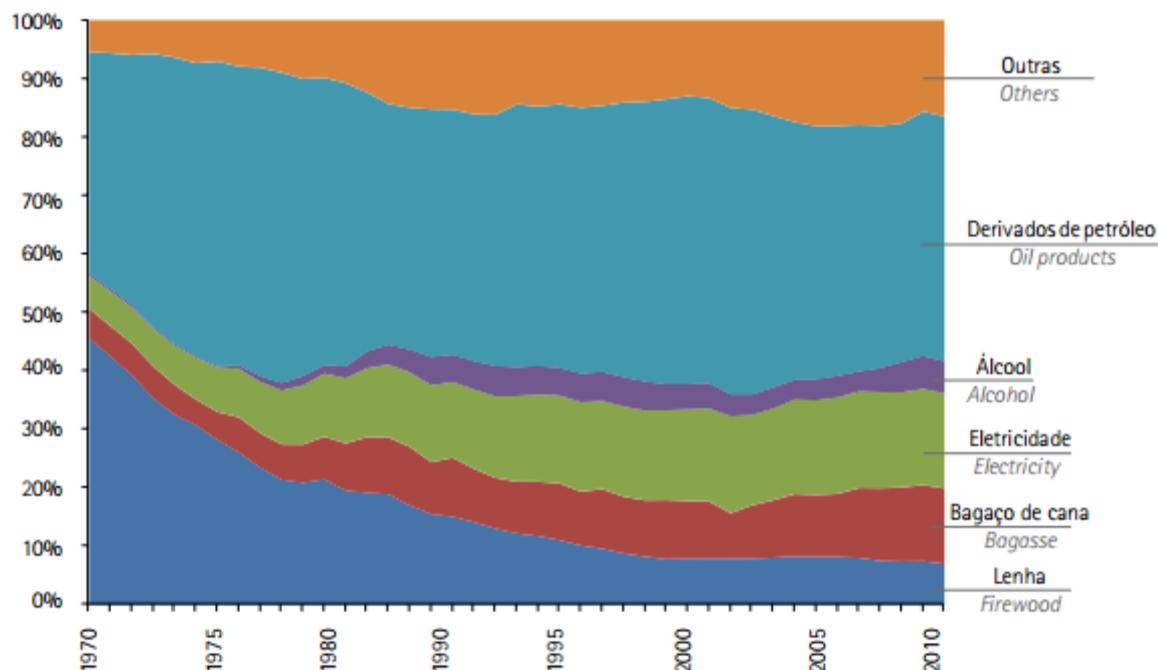


Figura 8: Gráfico de Consumo por Matriz Energética.

Fonte: Balanço Energético Nacional 2012, Empresa de Pesquisa Energética.

Ainda assim, segundo o mesmo estudo, o total importado de petróleo e derivados foi de apenas 0,4% do total consumido internamente, valor inúmeras vezes inferior à proporção importada durante a década de 70. A figura 9 ilustra a progressão da importação e produção interna de petróleo de 1974 até 2010, ilustrando de forma significativa a capacidade brasileira de autossuficiência.

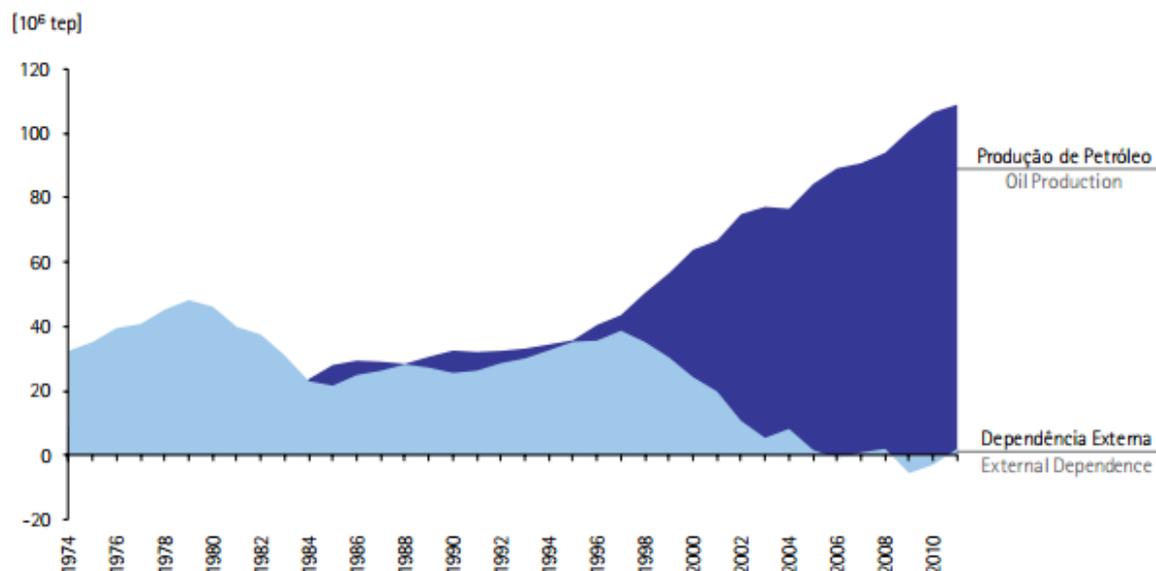


Figura 9: Gráfico de Dependência Externa e Produção Nacional de Petróleo.

Fonte: Balanço Energético Nacional 2012, Empresa de Pesquisa Energética.

Ainda que haja um novo choque externo, aos moldes das elevações de preços praticados pela OPEP na década de 70, o Brasil hoje é capaz de sustentar níveis de produção interno com fonte de energia nacional. Ainda assim, a desestruturação do cenário econômico internacional pode ter impacto no Brasil, principalmente na redução de mercados compradores de produtos brasileiros. Nesta situação, em termos macroeconômicos, um choque externo nos preços do petróleo significaria um choque na demanda internacional dos produtos, com redução nas exportações. O choque na demanda, em termos gráficos, significaria um deslocamento para baixo da curva de demanda agregada, visto que, se anteriormente a economia encontrava-se em equilíbrio, no momento após o choque a economia não é capaz de absorver os estoques resultantes da queda nas exportações. Como no curto prazo os níveis de preço são fixos, o impacto direto do choque na demanda agregada é uma redução na produção agregada nacional, ou, em termos práticos, uma redução no PIB. A imagem 10 ilustra a movimentação da curva de demanda agregada para a situação.

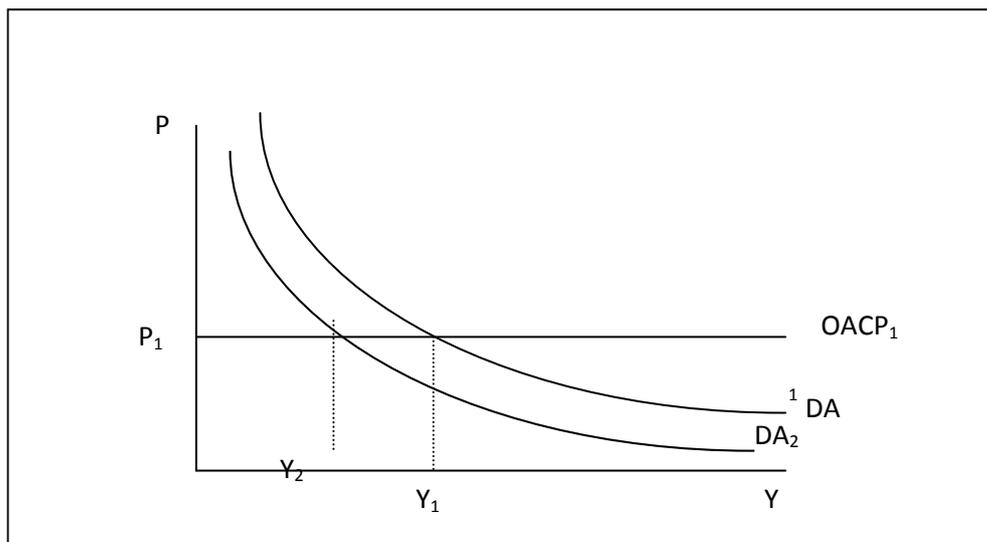


Figura 10: Gráfico de Demanda Agregada e Oferta Agregada de Curto Prazo.

Fonte: Autor.

Esta mudança na demanda agregada tem um impacto direto nas curvas do modelo IS-LM: a curva IS desloca-se para a esquerda, demonstrando a redução no PIB e na taxa de juros, como pode ser visualizado na figura 11.

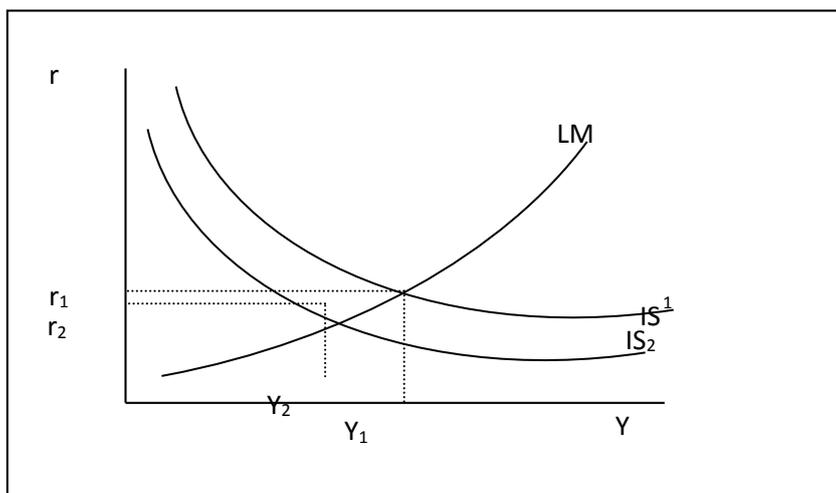


Figura 11: Gráfico IS-LM.

Fonte: Autor.

Nesta situação, existem algumas alternativas que podem amenizar o impacto na redução das exportações e formação de estoques, mas qualquer alteração no volume de moedas (uma movimentação na curva LM), apesar de trazer o produto interno aos níveis anteriores, manteria permanentemente a taxa de juros em patamares inferiores aos anteriores, fato que gera inflação. O meio mais adequado poderia vir a ser uma interferência na demanda, estimulando a absorção interna do excedente. O governo tem como instrumento duas maneiras de movimentar a curva IS: reduzir a tributação, que impacta diretamente no nível de

consumo, ou aumentar os gastos do governo. Neste sentido, ainda que o Brasil possa estar pouco vulnerável, os impactos de uma crise internacional impulsionada por um choque na demanda de petróleo possui embasamento teórico para ser amortizado internamente.

Referências

ALMEIDA, Paulo Roberto. **A Diplomacia do Governo Lula em seu Primeiro Mandato: um Balanço e algumas Perspectivas**. Carta Internacional, publicação do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, Vol. 2, n.1. Março de 2007.

Disponível em:

<http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1733DiplomLula1roMandCartaInter2007.pdf>

Acessado em: 23/09/2012

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Notas Econômico-Financeiras para a Imprensa: Setor Externo**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?ecoimpext> Acessado em: 28/10/2012.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O Brasil como potência regional e a importância estratégica da América do Sul na sua política exterior**. Revista Espaço Acadêmico, n. 91.

Dezembro de 2008. Disponível em:

<http://www.espacoacademico.com.br/091/91bandeira.htm>

BRONZATTI, Fabrício Luiz; NETO, Alfredo Iarozinski. **Matrizes Energéticas no Brasil: Cenário 2010-2030**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em:

http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2008_TN_STO_077_541_11890.pdf Acessado

em: 10/11/2012.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Contexto Mundial e o Preço do Petróleo: Visão de Longo Prazo**. Brasília, 2008. Disponível em:

http://www.epe.gov.br/Petroleo/Documents/Estudos_29/Contexto%20Mundial%20e%20Pre%C3%A7o%20do%20Petr%C3%B3leo%20Uma%20Vis%C3%A3o%20de%20Longo%20Prazo.pdf Acessado em: 10/11/2012

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Balanco Energético Nacional: 2012**, Relatório Final. Brasília, 2012. Disponível em: https://ben.epe.gov.br/downloads/Relatorio_Final_BEN_2012.pdf Acessado em: 10/11/2012

FEENSTRA, Robert C; TAYLOR, Alan M. **International Economics**. 2. ed. California: Editora Worth Palgrave Macmillan, 2012.

FONSECA, Pedro César Dutra. O Processo de Substituições de Importações. In: REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2003. Disponível em: <http://www8.ufrgs.br/decon/publionline/textosprofessores/fonseca/capitulo11.pdf> Acessado em 28/10/2012.

GIAMBIAGI, Fábio; VILLELA, André; CASTRO, Lavínia Barros de; HERMANN, Jeniffer. (Org.) **Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2004**. 6. ed. São Paulo: Editora Campus, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

GIRARDI, André. **O Petróleo e o Tempo**. Revista Online Biblioteca Diplô, 2008. Disponível em: <http://diplo.org.br/2008-08,a2561> Acessado em: 23/09/2012

HANSON, Stephanie. **Brazil on the International Stage**. Revista Online *Council on Foreign Relations*, 2012. Disponível em: <http://www.cfr.org/brazil/brazil-international-stage/p19883> Acessado em: 02/06/2013

HERMANN, Jeniffer. **Reformas, Endividamento Externo e o “Milagre” Econômico**. In: CASTRO, Lavínia de; GIAMBIAGI, Fábio; HERMANN, Jeniffer; VILLELA, André. **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Elsevier, 2005, p. 69-92.

IBGE: ESTATÍSTICAS DO SÉCULO XX. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/seculoxx/economia/economia.shtm> Acessado em: 07/10/2012

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Boletim de Conjuntura**. Brasília, 2005. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/pub/bccj/bc_71u.pdf Acessado em 10/11/2012

IPEADATA. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/> Acessado em: 03/11/2012

KENKEL, Kai Michael. **O Futuro Papel do Brasil na Segurança e no Desenvolvimento**. Palestra apresentada durante o 5º Seminário Livro Branco de Defesa Nacional. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/projetosweb/livrobranco/seminarios/palestra-kenkel.pdf> Acessado em: 23/09/2012.

MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2011.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia**. 5. ed. São Paulo: Editora Cengage Learning, 2009.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/mme> Acessado em: 30/09/2012

OLIVEIRA, Lucas Kerr. **Implicações da Transição Energética para a Distribuição de Poder no Sistema Internacional no Século XXI**. Artigo escrito para o III Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UNESP, UNICAMP e PUC. São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/simp/artigos2011/lucas_kerr_oliveira.pdf Acessado em: 23/09/2012.

PAULANI, Leda Maria; BRAGA, Márcio Bobik. **A Nova Contabilidade Social: Uma Introdução à Macroeconomia**. 3. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

SACHS, Jeffrey; LARRAIN, Felipe. **Macroeconomia em uma Economia Global**. São Paulo: Editora Makron Books, 2000.

**OS IMPACTOS DOS REGIMES AUTORITÁRIOS NA CULTURA
POLÍTICA HUNGARA:** *Análise da Ocupação Soviética e seus legados no período
inicial de restauração democrática (1985-1994)*

***THE IMPACTS OF THE AUTHORITARIAN REGIMES IN THE HUNGARIAN
POLITICAL CULTURE*** : *Studies of the Sovietic Occupation and their legacies during the
democratic transition (1985-1994)*

*Ana Julia Bonzanini Bernardi**

Resumo

Este artigo tem o intuito de apontar como fatos atrelados ao regime autoritário soviético em território húngaro afetaram a cultura política e o comportamento da população em relação às instituições governamentais, durante os primeiros anos da restauração democrática. A descrição destes eventos se dará de forma breve, somente para fundamentar as consequências relacionadas no período entre 1985 e as eleições de 1994.

Palavras-chave: Hungria, ocupação soviética, cultura política, autoritarismo.

Abstract

This articles aims to relate the facts that occurred during the authoritarian sovietic occupation in Hungary and define the extent of their effect in the political culture and behavior of the population towards the governmental institutions during the first few years of the democracy restoration of the country. The following events will be briefly described, serving mostly to fundament their consequences in the period between 1985 and the 1994 elections.

Key-words: Hungary, soviet occupation, cultural politics, authoritarianism.

* Graduanda em 2013/2 do curso de Relações Internacionais da ESPM-Sul, e estudante do 2º semestre do curso de Políticas Públicas pela UFRGS.

Email: anajuliabernardi@hotmail.com

Introdução

A Hungria é um país atualmente constituído por uma população de cerca de 10 milhões de habitantes, com uma área de 93,028 km², localizada no Centro Leste Europeu (dados União Europeia). Até meados de 1500, era um país próspero baseado na agricultura, com um território vasto e uma população que girava em torno de 4 milhões de habitantes – o mesmo número de habitantes da Inglaterra na época. O país mostrava-se estável, porém no ano de 1526 houve a primeira invasão turca, que dividiu o território húngaro em três e iniciou uma longa jornada de ocupações no país (CARTLEDGE, 2010). Estas, fossem de origem monárquica, fascista, nazista ou comunista foram extremamente determinantes para moldar a sociedade atual da Hungria (BARANY, 1996), que veio a sofrer diversas mudanças ao longo dos anos; diminuição da base territorial, perda de tradições e traços culturais marcantes – divisão de grupos étnicos, religiosos em meio a uma constante e imensa diminuição de população.

As mudanças ocorridas no país tiveram sua origem na ocupação turca, mas foram aprofundadas pelos tantos outros regimes que o sucederam; O Império Habsburgo que teve início após a retirada turca até o fim da primeira guerra mundial, seguido pela ocupação nazista que tomou conta do país após um breve período de estabilização política entre guerras, e por fim a ocupação soviética de mais de cinquenta anos (KÖRÖSENSNYI, 1999). Não suficientes as ocupações, o país também passou por regimes autoritários nacionais, de esquerda inspirados pelos bolcheviques, e de direita sob influência da Alemanha nazista. Todos esses períodos da história foram decisivos para formar o caráter da população atual em relação a política, alguns mais marcantes que outros, seja por sua durabilidade, rigidez autoritária ou por constituírem-se como uma memória mais recente (SIMON, 1993). Durante a redemocratização a população húngara foi descrita muitas vezes como pessimista e apática em comparação com os outros países do leste europeu que passavam pela mesma mudança de regime (*New York Times*, 29/12/90), mas analisando a história nacional e relacionando tantos anos de opressão, esse comportamento pode ser descrito como um realismo prático, ou um julgamento sério da situação (SIMON, 1993).

O foco deste trabalho é analisar os legados do período soviético como um regime autoritário, independente do cunho comunista. Entre a ocupação da Hungria pelos soviéticos em 1947 e a saída das últimas tropas em 1991, serão destacados três períodos principais que

segundo estudos, são fatores chaves para tentar entender o comportamento político da sociedade húngara durante a redemocratização. Nestes incluem-se, os primeiros anos da ocupação (1948-1953) que foram marcadas por um Stalinismo forte e grande opressão, a revolução de 1956, e o dualismo de comportamento no governo Kádár. (TÖKÉS;1996). A análise do período de redemocratização se dará entre 1985 e 1994, quando o segundo governo pós-ocupação soviética foi eleito – considerado por muitos cientistas políticos como o marco final da transição política do país.

A metodologia utilizada para desenvolver este artigo se dará basicamente por revisão bibliográfica e comparações empíricas utilizando de pesquisas relacionadas ao tema. Também devemos salientar que pelo tema do artigo ter seu cerne na análise do comportamento de indivíduos, dados temporais e analíticos por mais que auxiliem no embasamento teórico, podem não ser determinantes para entender comportamentos sociais. Como já advertido pelo cientista político Sartori (1999) toda ciência social, como a política apresenta limitações pela sua análise metodológica.

Contexto Histórico

Após a derrota do Império Austro-húngaro na primeira guerra mundial a Hungria passou por um período de independência marcado por forte desenvolvimento econômico. No entanto, vivia um cenário doméstico conturbado politicamente que com a alternância de regimes de esquerda e direita vivenciava períodos de autoritarismo. Em meio a revolução de Bela Khun inspirado pelos bolchevistas, seguido da contra revolução da era Horthy com inclinação nazifascista, inicia-se a segunda guerra mundial. O posicionamento fascista do governo da época firma com a Alemanha nazista de Hitler uma aliança, reforçada pela proposta de devolução para a Hungria de uma parte do seu território que havia sido perdido para a atual República Checa. Hitler, de fato entregou o território que havia sido tomado pela Tchecoslováquia para a Hungria, entretanto, quando o país ameaçou retirar-se da guerra após a batalha de Don, em 1943 – no qual houve uma aniquilação severa do exército húngaro – a Alemanha se antecipou e invadiu a Hungria em 1944, nomeando Ferenc Szálasi, do partido nazista húngaro, como governante (CARTLEDGE, 2010). Durante a ocupação nazista, na fase final da guerra aumentou-se a repressão sob a população, sendo introduzido um sistema completamente autoritário (KÖRÖSÉNYI, 1990).

Em meio à ocupação nazista e os ataques soviéticos, a Hungria, pela proximidade do seu território, tornou-se um palco de guerras que foi terrivelmente devastado. Em 1945, a

Alemanha rendeu-se findando a segunda guerra mundial, e as forças aliadas soviéticas chegaram a Budapeste, tornando a Hungria livre do nazistas (SZABO et al, 2006). Neste momento iniciou-se uma ocupação, que nos ideais da guerra fria colocava a Hungria sob a zona de poder soviética, e que sob a promessa de libertar o povo húngaro do nazismo, acabou por ocupar o país por mais de cinquenta anos.

Primeiros anos do governo soviético – Stalinismo (1947-1953)

A partir do momento que a guerra fria foi declarada oficialmente através da Doutrina Truman em março de 1947, o governo soviético passou a assumir suas intenções de implantar um sistema monopartidário, pressionando cada vez mais os intelectuais opostos às suas políticas a silenciarem-se, fazendo com que muitos abandonassem o país já no início do regime; muitos outros viriam a ser presos, torturados, ou exilados (SZABO *et al.*, 2006).

Sob o comando de Moscou, com instruções de acelerar o processo de instauração do socialismo na Hungria, o partido comunista (PCUS) e o socialdemocrata (PSDH), ambos com raízes operárias unem-se. Junção que determinaria a erradicação do PSDH, sendo as rédeas políticas tomadas total e completamente pelos soviéticos e culminando na formação do Partido dos Trabalhadores da Hungria. (PTH)^{***}. Este, sob a liderança de Mátyás Rákosi, conhecido como “o filho de Stalin” foi responsável pela instauração do stalinismo na Hungria.

Durante a ocupação soviética, a Hungria pela primeira vez vivenciou a criação de uma estrutura de bem estar social e as camadas mais pobres passaram a ter acesso à saúde, estudo, e possibilidade de ascensão. Houve um maior equilíbrio entre as classes sociais com a divisão das riquezas e isso de fato foi benéfico para grande parte dos húngaros. Em 1938 somente 2,8 milhões tinham acesso a estes benefícios, em 1956 esse número elevou-se para 64% da população atingindo mais de 6,3 milhões de pessoas. Doenças como a tuberculose foram dissipadas, a mortalidade infantil reduziu drasticamente, e a idade média do cidadão que era de 40 anos em 1940 para 60 anos em 1956. Também foi registrado aumento populacional, o que não ocorria há muito tempo no país (Pünkösti, 2001; Romsics, 1999 apud SZABO *et al.* 2006, p.22).

^{***} O partido comunista da Hungria foi formado em 1918. Originalmente denominado Partido dos comunistas húngaros passou a chamar-se Partido Comunista Húngaro em novembro de 1944. Com a fusão com os socialdemocratas em 1948 recebeu a denominação de Partido dos Trabalhadores da Hungria. Após o levante de 1956, o governo de Kádár renomeou-o Partido Socialista Camponês da Hungria (SZABO *et al.*, 2006 p. 50)

Em contraposto a esses benefícios sociais a repressão sobre a população, a supressão de seus direitos humanos e de livre pensar foi extremamente danosa. Sob o punho de Rakósi, qualquer indivíduo que pudesse gerar divergências com o pensamento do partido havia de ser eliminado. Padres, jornalistas, professores, e criadores de opinião foram “abduzidos” pela polícia política, ÁVH^{†††}. Muitos dos capturados foram mandados para os Gulags^{‡‡‡} onde praticariam trabalhos forçados, outros foram torturados e pereceram enclausurados, alguns conseguiram refugiar-se em outros países, abdicando de sua pátria. A igreja católica também não teve espaço dentro do estado comunista, uma vez que a hierarquia desta era imposta por Roma – os padres passaram a ser escolhidos pelo partido, tendo os cultos vigiados^{§§§}.

Entre 1948 e 1953 cerca de 961.504 cidadãos foram acusados de crimes pela AVH comandada por Gábor, sendo 636.973 condenados (SZABO *et al.*, 2006). Todo e qualquer grupo que visasse uma unidade social passou a ser banido, a população vivia em constante medo pois qualquer um poderia ser um espião da AVH, e qualquer coisa dita poderia tornar-se motivo de prisão. Em 1953, não existia família que não tivesse algum membro sob investigação policial (ROMSICS, 1999 p. 343 apud SZABO *et al.*, 2006 p.44).

No campo econômico, houve grande industrialização especialmente na indústria pesada, de base. Rakósi acreditava que era possível transformar a Hungria, até então baseada em uma economia agrária, em um país industrializado, e por consequente, deslocou grande parte dos trabalhadores do campo para este novo setor, mudança que mostrou-se determinante para que ocorresse uma crise alimentar em 1951. Neste período haveria a erradicação do desemprego, e um aumento produtivo de mais de 20% no país. Porém o país não contava com recursos para sustentar essa rápida industrialização e os insumos deveriam ser importados. A agricultura é estatizada, e a essa coletivização dos campos gera uma grande crise de alimentos, que aumenta o preço dos produtos – mas os salários mantêm-se os mesmos, o que faz com que grande parte da população passasse a viver próximo dos níveis de pobreza.

Rakósi passa a ser questionado pelos dirigentes do partido em Moscou, uma vez que a população estava extremamente descontente, tendo a economia em crise, os gastos crescentes para a manutenção do estado comunista e o aumento constante no número de processo e encarceramentos da população civil (SZABO, *et al.*; 2006). É decido pela cúpula que o primeiro ministro passaria a ser Imre Nagy, antigo ministro de agricultura, mas Rakósi

^{†††} Autoridade de proteção ao estado, conhecida como a polícia política do regime rakosista.

^{‡‡‡} Campos de concentração para trabalhos forçados, grande parte localizada na Sibéria.

^{§§§} O cardeal Mindszenty, grande dirigente religioso foi preso, acusado de conspiração contra a Republica, espionagem e negociatas em moeda estrangeira.

continuar a comandar o partido. Nagy rapidamente ganharia o respeito e confiança da população, atendo-se aos interesses do povo húngaro e prometendo maior liberdade para a população reprimida. A sua retirada forçada do cargo de primeiro ministro, que culminará com a volta do stalinismo pesado, guiado por Rakósi, seria decisivo para dar início a revolução de 1956, e Nagy viria a tornar-se não só símbolo da revolução, como um herói nacional.

Revolução de 1956

A revolução de 1956 nasceu com o intuito de tornar a Hungria livre, tanto no âmbito político como no de retomar a identidade nacional oprimida durante a ocupação. Este movimento foi fortemente influenciado pelas revoltas de libertação na Polônia, e iniciada pela força estudantil húngara como forma de apoio aos rebeldes poloneses (SZABO, et al, 2006).

No dia 23 de outubro de 1956, as manifestações lideradas pelos movimentos estudantis tomaram as ruas exigindo a retirada das tropas soviéticas, um governo democrático liderado por Imre Nagy, libertação dos presos políticos da AVH e extinção da mesma (CARTLEDGE, 2010). Estes protestos, iniciados de forma pacífica, foram fortemente rechaçados pela polícia secreta que ao abrir fogo contra os protestantes que estavam de forma geral desarmados, tornou o conflito em uma grande revolução, a maior da história húngara. Desta forma este grupo que se chamavam de “*freedom fighters*” passou a se tornar mais organizado e armado, e mesmo que em minoria passaram a ganhar batalhas contra os soviéticos, os militares húngaros e seus tanques.

No dia 28 de outubro de 1956, as tropas soviéticas foram forçadas a uma retirada, e o primeiro ministro Imre Nagy tomou o poder ordenando uma trégua e nos dias seguintes as primeiras tropas soviéticas começaram a se retirar de Budapeste. O governo aboliu o Departamento de Segurança, e todos os seus subdepartamentos – como a polícia secreta – e no dia 30 de Agosto, Nagy foi ao ar na rádio livre húngara para anunciar que o sistema de um só partido estava abolido e, visando eleições livres declarava a criação de uma Hungria democrática e independente (HENRICH, 1986). Neste mesmo dia o governo da URSS declarou que desejava manter um relacionamento diplomático e sadio com seus “parceiros socialistas”. Ao que tudo indicava a revolução havia acabado e a Hungria conquistava sua autonomia (SZABO, et al, 2006).

Porém, a URSS voltou a enviar tropas para o país no dia seguinte, e em resposta a isso, a Hungria se retira do Pacto de Varsóvia pedindo ajuda às Nações Unidas, que estando envolvida com a crise no Canal de Suez, não conseguiu impedir a nova onda de invasões. No dia 4 de outubro os tanques soviéticos invadiram Budapeste, e até o final deste mês a Revolução havia sido completamente aniquilada, e o governo da Hungria estava novamente em mãos soviéticas.

As perdas para Hungria foram imensas em questão de território destruído, seu número de feridos ultrapassou 20,000 e houve mais de 2,500 mortos sem mencionar a quantidade de húngaros que deixaram o país ou foram levados como prisioneiros de guerra para campos de concentração (SZABO, et al, 2006). Em 1958 Imre Nagy e três outros grandes nomes da revolução foram executados e sepultados de forma desrespeitosa, como um “aviso” para os que fossem contra o governo instaurado. Escolhido por Moscou, Janos Kádár voltou ao governo do país, desta vez com um governo mais brando do que o da ocupação inicial, apelidado de comunismo Goulash.

Os revolucionários conseguiram abrandar as formas de opressão impostas pelos soviéticos, como a menor atuação da polícia secreta, embora o povo ainda não usufruísse de livre expressão. Uma frase utilizada pela população ao referirem-se a revolução de 1956 é, *“Em outubro de 1956, o povo húngaro provou para o mundo, e para si mesmos, que não existem nações fracas, somente nações que não buscam se defender”*****. A revolução de 1956 segue até hoje como um marco na história do país.

Dualismo do governo Kádár

János Kádár ingressou no Partido Comunista da Hungria em 1931, e após a ocupação soviética em 1947, juntamente com Mihály Farkas trabalhou como braço direito de Rakósi, durante seu governo stalinista, marcado pelas fortes intervenções da AVH (HEINRICH, 1986). Em 1948, tornou-se Ministro do Interior, participando ativamente das capturas de inimigos políticos, criando falsas acusações e forçando-os a confessar. A perseguição política estava tão forte, que a partir de 1949 mesmo membros do partido comunista passaram a ser encarcerados mediante suspeitas de espionagem para imperialistas. Sob esse posicionamento Kádár era visto pela população como um líder stalinista, responsável pela instauração do terror, pois apesar de ter origens socialistas de centro ele de fato era um dos principais

**** Traduzido do inglês “there are no small nations, only helpless ones”, frase sem autor conhecido, encontrada no Museu do Terror em Budapeste, montado como um memorial às vítimas da ditadura soviética no país.

membros do partido. Porém, as perseguições políticas aumentaram, e em 1951 houve uma nova onda de encarceramento dos líderes comunistas nacionais. Dessa vez 21 políticos do partido foram presos, entre estes estava János Kádár, preso sendo acusado por ter tendências “titoistas”^{††††} permanecendo encarcerado até 1953.

Durante o levante húngaro de 1956, Kádár passou a integrar parte desse governo provisório como primeiro secretário, e junto com Nagy iniciou a negociação para a retirada das tropas soviéticas do país. Ao passo que as tropas soviéticas voltam a invadir o país na aniquilando com a revolução de 1956, Khrushchev convida János Kádár para integrar um governo alternativo ao de Nagy, no qual ele seria chefe de governo. János Kadar aceita a proposta e no dia 4 de novembro de 1956 os tanques soviéticos voltam a Hungria, empossando o novo líder de governo Kádár (HEINRICH, 1986).

A partir de 1960 Kádár passou a implantar na Hungria o que seria chamado de Comunismo “Goulash”, com uma gradual liberalização da economia, até então não vivenciada na maior parte dos outros países do Pacto de Varsóvia. Houve uma grande melhora se qualidade de vida e implementação de benefícios sociais no país neste período, contrastando fortemente com os anos de totalitarismo stalinista anteriores à revolução. O governo Kádár só seria destituído do poder em 1989, e para o bem ou para o mal, foi responsável pela atenuação da redemocratização do país, razão pela qual quando houve a queda do muro os húngaros já vivenciavam um certo nível de conhecimento da economia de mercado, embora só tenham vindo a tornar-se livres politicamente na mudança de regime. A Hungria teve uma transição para uma democracia de mercado não muito tumultuosa, que ficou conhecida por muitos como a “Revolução Silenciosa”, que será descrita nos próximos capítulos.

Definição de cultura política

Podemos definir cultura política de diversas maneiras, dependendo da metodologia utilizada e o objetivo da investigação. Segundo Almond e Verba (1963), pioneiros na criação deste termo e estudo dele; *“a cultura política refere-se ao conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores”* (VERBA et al, 1963).

^{††††} Ficou conhecido como à tendência do comunismo utilizada pelo Josip Broz Tito na Iugoslávia combinando economia estatizada com liberdades civis. Em 1948 com o rompimento da URSS com a Iugoslávia “titoísmo” passou a ser usado para referir-se a o opositores internos do regime soviético.

Neste artigo, abordaremos cultura política como o modo que as instituições políticas, e os acontecimentos que ocorrem em torno delas são percebidas pelos indivíduos e como isso afeta a relação destes com a mesma. Serão estudadas as atitudes, disposições, preferências e valores em relação ao sistema político vigente, a sociedade política e as instituições a ela atreladas. Em sumo, como o cidadão vê a política no seu país, o que ele entende por ela, e o quanto disposto ele está a se envolver. Qual o grau de influência que os cidadãos acreditam que podem ter sob as decisões políticas do seu país? Em que medida isso interessa os cidadãos, e o quanto grande é seu conhecimento e discernimento?

Se a cultura política é influenciada pela história vivenciada pela comunidade ao longo dos anos, muito do que ocorre atualmente na política é reflexo de quanto alguns acontecimentos afetaram a sociedade como um grupo, levando a influencia-los individualmente.

Os padrões de comportamento adquiridos durante os processos de socialização históricos, religiosos, familiares ou comunitários determinam, em grande parte, a condição do conhecimento, os estados de espírito e paixão política bem como o modo como se expressam e se transformam em interesses e ações políticas. Isso vale tanto para o cidadão quanto para o político.
(SIMON, 1993, p.80)

Descrição dos legados no período de Redemocratização

Como frisado pelo historiador, Ivan Volgyes (1990), toda Era deixa um legado e seja este negativo ou positivo, ele virá a moldar a população e a economia deste país nos anos procedentes, ou pelo menos enquanto a memória destes for viva e partilhada dentro do país. A descrição a seguir dos impactos da ocupação soviética na Hungria, se dará somente no âmbito da cultura política, restringindo a crítica dos acontecimentos a esse setor. É importante voltar a afirmar que houve também aspectos positivos da ocupação soviética no país e muitos dos problemas que o país apresenta são uma soma da sua topografia, história ocorrida anteriormente à ocupação soviética, e localização geográfica e não podem e nem devem ser creditadas aos soviéticos. Este artigo não tem a intenção de questionar se o socialismo é positivo, ou o capitalismo é negativo, mas somente analisar os acontecimentos da ocupação e relacioná-los com algumas das características da sociedade como um ente político.

Atomização da sociedade; efeitos sob as organizações partidárias e confiança nas instituições.

Os húngaros, diferente de outros países do antigo bloco comunista, passaram por um regime stalinista mais pesado que teve como efeito direto a disseminação de quaisquer grupos de interesse, fazendo com que houvesse uma grande individualização e atomização da sociedade caracterizada por alta desconfiança do “próximo” (KÖRÖSÉNYI, 1999). Durante o governo kadarista somente 0,1% dos húngaros eram membros de alguma sociedade recreativa, religiosa ou cultural, fato que se reafirma na enquete de 1992, depois da mudança do sistema político, na qual os seis partidos do parlamento tinham juntos menos de 200 mil membros e os sindicatos contavam com menos de 1,5 milhões de membros, evidenciando forte atomização da sociedade (SIMON, 1993). Essa dificuldade para que os indivíduos pudessem se organizar em grupos interferiu diretamente na organização partidária, e no interesse da população de integrar um partido político, dando continuidade a má organização político-partidária dos quarenta anos de ocupação soviética.

Além da atomização da sociedade, apatia política e pessimismo, outro caráter importante de ser citado é a visão instaurada da ocupação soviética da ideia de o governo como “eles”, e o do povo como “nós”. Esse conceito enraizou a ideia de que não importa a opinião pública e de que todas as decisões estão nas mãos de quem detém o poder, e as vontades da população não seriam levadas em conta. Essa “não participação” e sentimento de exclusão resultou em uma menor aceitação das leis impostas pelo governo por parte da sociedade gerando maiores níveis de corrupção e cinismo político, como demonstrada pelo fato de que grande parte da população húngara não se sente na obrigação de pagar impostos (VARGA, 1994 apud KÖRÖSÉNYI, 1999 p.23).

Analisando a tabela a seguir, advinda de estudos entre 1985 e 1991 por Bruzt e Simon, (1994) podemos observar que a distância entre as entidades políticas, e a população húngara também obteve considerável crescimento no período inicial de restauração democrática. A população além de não acreditar que pode fazer diferença na política, não acredita que ao eleger candidatos, estes possam fazer mudanças importantes, ou seja, não existe confiança no funcionamento das instituições.

Cinismo político: porcentagem da população que concorda com a afirmação	1989 1990 1991 1992 1993				
	Nunca se pode confiar completamente em políticos	64	71	79	83
Pessoas comuns são sempre excluídas da política	77	72	75	83	81
Políticos preferem a não interferência da sociedade na gerencia dos estados	60	61	72	78	72
A opinião do publico só é levada em conta quando há problemas severos	66	68	70	72	67
Se tudo ocorrer bem é indiferente quem está no poder	60	59	62	64	59
Só há interesse por política daqueles que se interessam por fazer parte dela	38	42	60	59	56
É preferível não ser ativo em questões políticas, pois existe grande possibilidade de ser prejudicado eventualmente	45	45	50	53	45
Na Hungria todos podem opinar no gerenciamento do país	34	35	28	24	23
Os políticos fazem tudo ao seu alcance para saber a opinião da população	34	21	26	22	25

Tabela 1: Cinismo Político analisado entre 1989 e 1993

Fonte: BRUZT E SIMON (1994) apud KÖRÖSÉNY, 1999 – Government and Politics in Hungary

Dessa mesma forma podemos abordar a questão que das características advindas da ocupação soviética no processo de redemocratização são por seu nível de autoritarismo e repressão, e não relacionadas ao cunho comunista. Muitas dessas características são comuns a países da América Latina, como Brasil, que passaram por regimes ditatoriais militares de direita (BAQUERO, 1993), o que faz com que a política dos países do ex bloco soviético, e no caso específico, da Hungria, se assemelhem muito mais com as sul-americanas que os regimes europeus ocidentais clássicos.

Deve ser levado em conta na hora da análise que a maior insatisfação encontrada nos primeiros anos de restauração democrática quando comparadas ao regime Kádár seja também relativa à maior liberdade de expressão adquirida no período pós 1989, sendo que anteriormente a população não teria liberdade para demonstrar descontentamento, e com a restauração democrática a ideia de melhorias era inerente, e sendo frustrada, a interpretação de democracia foi alterada. Segundo o cientista político húngaro András Körösnéy (1999), esse afastamento da população e descontentamento político não necessariamente está relacionado com a ideia da não aceitação da democracia, mas sim com seu funcionamento.

Conforme trabalhado anteriormente por Dahl (1990, pág 43) a sociedade em geral tende a relacionar bem-estar econômico com democracia, no senso de ter condições de vida melhores sob vantagens comparativas, não fazendo referência a consumismos e padrões materiais, mas sim no quesito de uma melhora do poder de compra, maiores oportunidades e justiça (BAQUERO, 1996). Se transportarmos estas afirmações e relacionarmos para o caso

da Hungria, o longo período de regimes ditatoriais no país fez com que houvesse uma grande expectativa de mudança mediante a implantação da democracia. A população tinha a ilusão que com um regime democrático, todos os outros problemas econômicos seriam resolvidos, e haveria assim um total alinhamento com as democracias ocidentais (SIMON, 1993). Logo então, o descontentamento com a situação econômica do país ilustrado por exemplo, nos altos índices de desemprego que na comunidade soviética eram praticamente inexistentes, tendem a causar uma desilusão com a ideia anterior de democracia (SIMON, 1995 apud KÖRÖSÉNY, 1999 P.20).

Os legados na cultura política e valores da população durante a Revolução silenciosa

Cerca de um mês antes das eleições de 1990 uma pesquisa conduzida por Bruzt & Simon (1990), aponta que cerca de 44% dos entrevistados acreditava que a mudança de regime não evocaria diferenças em seu padrão de vida, cerca de 26% acreditavam que a mudança alavancaria efeitos negativos para eles, enquanto que 30% acreditava que a redemocratização seria positiva. Esses dados em comparação às outras nações do leste europeu que passavam pelo mesmo processo demonstra que as expectativas húngaras eram muito menores em relação a uma melhora com a mudança de regime, chamada por alguns historiadores de pessimismo político, e vista por outros como realismo da situação.

Durante a mudança do sistema político em 1988 -1990, a Hungria foi o único país do leste europeu no qual a participação da população não se deu de forma expressiva, não há registros de grandes manifestações, greves ou demonstrações tomando parte, por isso o nome desse período é muitas vezes referido como “*A Revolução silenciosa*”. Pesquisas feitas com a população visando mapear a transformação dos valores sociais em 1985 (governo Kádár), 1989 (início do pluripartidarismo político) e 1991 (início da democracia multipartidária) podem ser observados na tabela abaixo:

Que importância tem na vida o fato de que as pessoas?	Pontos índices			
	1985	1989	1991	Mudança entre 85/91
Possam viver sem preocupações	93	93	94	"-"
Todos possam trabalhar	90	90	93	3
Sejam ricas	86	86	90	4
Pudessem aprender a ter acesso a cultura	85	86	91	6
Possam opinar livremente	79	83	88	9
Ser iguais	72	72	83	11
Possam descansar e divertir-se	71	76	84	13
Não fiquem expostas as vontades de autoridades	69	80	90	21
Não tenham grande diferença de renda	65	65	90	25
Tenham voz ao tratar com questões públicas	62	61	76	14
Que o estado não interfira na vida particular das pessoas	50	66	84	34
Possam organizar-se livremente para defender seus interesses	49	57	77	28

Tabela 3: Mudança no distanciamento entre cidadãos e políticas, refletida na pergunta “Em que grau concorda com as afirmações abaixo?”

Fonte: BRUZT & SIMON, The silenced majority in Hungary (1991) apud BAQUERO, 1995 p:84

Na descrição dos resultados acima podemos observar que no primeiro período observado, no qual as forças soviéticas ainda permaneciam no controle, o maior desejo de grande parte da população estava relacionado à ideia de ter uma vida tranquila, com um bom emprego e sem preocupações. Valores relacionados à liberdade do indivíduo na vida pública como na afirmação “não fiquem expostas as vontades das autoridades” ou “possam organizar-se livremente para defender seus interesses” eram muito baixos. Este padrão de comportamento pode ser explicado por todos os anos de autoritarismo, e diretamente pela forte aniquilação da revolução húngara de 1956, onde todos que se opuseram ao regime foram silenciados.

Análise final dos valores políticos e consequente impacto sobre comportamento Eleitoral

Ao analisar os valores políticos da população húngara encontramos possivelmente os legados mais problemáticos do regime soviético. Fatores descritos acima, como atomização da sociedade, falta de confiança nas instituições políticas, cinismo e apatia em relação aos líderes políticos e sentimentos de impotência em relação a melhorias políticas no país são determinantes para entender o baixo comparecimento às urnas durante eleições e a crescente dificuldade dos indivíduos neste período de afiliarem-se a organizações políticas.

Ao realizar um estudo da cultura política húngara nos anos 90, Ivan Volgyes (1990), declarou que havia uma vasta lacuna entre a ideologia comunista e o comportamento materialista e pragmático dos cidadãos. Esse comportamento materialista pode ser visualizado durante o regime Kádár, no qual a população passou a viver um dualismo; tinha acesso a bens manufaturados com maior facilidade e a uma maior liberalidade cultural, fato que não ocorreu nos países vizinhos, porém não gozava essa mesma liberdade no campo político. Entende-se isto como um fator que acabou desencorajando o ativismo político, sendo chamado de comunismo “Goulash” que ao promover maior liberação na esfera econômica fez com que os valores da população priorizassem o consumo e não a participação na esfera política (TOKËS, 1996). Em suma, a comunidade húngara estava muito mais interessada numa liberalização econômica, tendo acesso aos bens de consumo e estilo de vida do ocidente, do que a própria liberalização política.

Estes valores incidiram diretamente nas eleições políticas que ocorreram até a rodada eleitoral de 1994, considerada por muitos o marco final da redemocratização do país. Entre 1989 e a 1994 a participação nas eleições foi muito baixa por parte da população.^{****} De acordo com uma pesquisa realizada em 1995, cerca de um terço da população não tinha a capacidade de relacionar corretamente os partidos políticos existentes, e as oposições parlamentares. Nesta mesma pesquisa os eleitores que se identificaram como muito interessados em política foram cerca de 12%, os que alegaram ter um interesse médio foi de 34%, enquanto que 25% dos entrevistados afirmaram não ter interesse nenhum sobre política. No entanto, do grupo dos 34% que disseram estar muito interessados no quesito política, 84% asseguraram já estar preparados para votar nas próximas eleições (GAZSÓ *et al.*, 1995 apud TOKËS 1996 p. 93)

Considerações Finais

A década de 90 foi marcada pelo ruptura da União Soviética, e o conseqüente fim da era bipolar gerada pela Guerra Fria. Nessa década uma das principais pautas da agenda internacional era como se daria essa transição para a democracia nos países do ex-bloco soviético (JUDT, 2007). A questão dos diferentes conceitos de democracia voltou a ser discutida pelos cientistas políticos, que tentavam prever o rumo que essas transições levariam

^{****} Como exemplo cita-se o caso das eleições para uma vaga no parlamento, devido a morte de um dos seus ocupante em 1990 (distrito de Kisbér, Condado de Komárom-Esztergom), no qual houve três eleições seguidas, com dois turnos cada, anuladas por não terem atingido uma porcentagem mínima de eleitores. Em 1992, embora a quantidade de eleitores não passasse de 27% da população, o candidato com maior número de votos foi eleito ao cargo (SIMON, 1993).

a esses países que foram regidos por tantos anos sob autoritarismo (SIMON, 1993). A entrada da Hungria na União Europeia em 2004, assinalou seu reconhecimento como governo democrático, visto que a principal exigência para países membros é a democracia como forma de governo. Porém no contexto atual da UE, a Hungria vem sendo questionada pela adoção de políticas não democráticas aliadas a críticas ao sistema político do país, levantando novamente a questão; “O que é democracia?”

Como analisado durante o texto, os quarenta anos de ocupação soviética tiveram sim relativamente grande efeito sob como a população reagiu durante os primeiros anos da restauração democrática, no âmbito da cultura política e comportamento eleitoral, mesmo que não completa e unicamente dominante deva-se somente aos legados desta. Transições políticas levam tempo, e geralmente trazem consigo dificuldades econômicas, as quais nos dias de hoje são vivenciadas pela população húngara, sendo potencializadas pela crise europeia. Pode-se dizer que a partir de 1994 houve uma mudança considerável nos padrões de comportamento político, como demonstrado na pesquisa acima; a população está aos poucos se conscientizando que boa parte dos resultados econômicos serão decorrentes de uma boa administração do país, e para isso a população precisaria estar mais ativa.

A razão pela qual as eleições de 1994 são consideradas o marco final da redemocratização do país é primariamente pelo fato de ter sido a segunda rodada de eleições multipartidárias pós ocupação soviética. Além disso, elas foram marcadas por uma multipolarização da esfera política, ao passo que houve coligações diretas entre esquerda e direita, alargando a ideia de que a política só poderia ser definida por extremos.

Desde 1994, os húngaros também tem demonstrado maior esforço para defender seus interesses próprios, tendo aumentado a participação nas urnas ao longo dos anos 90 até 2002, sendo nestas últimas eleições uma participação de cerca de 74% da população – a maior da história húngara registrada até então. A partir de 1994 o povo também passou a se sentir mais confiante, integrando passeatas, demonstrações públicas e gerando petições. Parte da maior mobilização da população também deve ser relacionada à insatisfação econômica, gerada pelas crises que tem rondado a Europa nos anos, dificultando a maior evolução da economia dos países do leste europeu.

Em 1999 a Hungria passa a integrar a OTAN, e em 2004 vira membro da União Europeia, e em 2007 passa a integrar o acordo Schengen, tendo livre circulação de pessoas entre a Hungria e os outros países membros. Apesar de ainda haver legados da ocupação soviética na cultura política húngara, estes no período pós 1994 passaram a diminuir

significativamente. As mudanças nas instituições políticas apresentam sinais de irreversibilidade, e satisfeitos, insatisfeitos ou indiferentes à política, a população acredita na democracia e mostra sinais de adaptação à ela, ao passo que exerce seu direito como eleitor. Em linhas tortas e com tropeços, o processo de adaptação a democracia continua no país, e tende a manter-se.

Referências

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The Civic Culture**. Princeton, EUA: Princeton University Press, 1963, 574p.

BARANY, Zoltan; VOLGYES, Ivan. **The Legacies of communism in Eastern Europe**. Baltimore, Maryland, EUA: The Jhon Hopkins University Press, 1995. 338p.

BAQUERO, Marcello (Org). **Condicionantes da Consolidação Democrática: ética, mídia e cultura política**. Porto Alegre, Brasil: Ed. Universidade UFRGS, 1996. p.157.

BRUSZT, L; SIMON, Janus. **The change in citizen political orientations during the transition to democracy in Hungary**. Public Opinion and Election Studies 1990-1991. Budapeste: Instituto de Ciência Política, 1990.

CARTLEDGE, Bryan. **The Will to Survive; A History of Hungary**, Nova York, EUA: Columbia University Press, 2011 p. 604.

DUCH, Raymond. "Tolerating Economic Reform: `Popular Support for the transition market in the former Soviet Union", *The American Political Science Review*, Vol. 87, Issue 3, 1993.

HANKISS, Elemer. **A "grande coalizão" (as mudanças na Hungria)**. Lua Nova no.22 São Paulo Dec. 1990. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451990000200004&script=sci_arttext> Acesso em: 2 de Maio de 2012

HEINRICH, Hans-Georg. **Hungary: Politics, Economics and Society**. Marxist Regimes Series. Londres, UK: Pinters Publishers, 1986 p. 197.

KUSCHNIR, Karina e CARNEIRO, Leandro "As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política". *estudos históricos*. Rio de Janeiro; FGV/CPDOC, n°. 24, 1999.

Electoral geography – mapped politics: **Hungary 1994 elections**. Disponível em: <<http://www.electoralgeography.com/new/en/countries/h/hungary/hungary-legislative-election-1994.html>> Acesso em 22 de Maio de 2012

KÖRÖSÉNY, András. **Governments and Politics in Hungary**. Budapest, Hungary: Central European University Press, 1999. p.305.

PALONEN, Emilia; **Political Polarisation and Populism in Contemporary Hungary.** Oxford; Parliamentary Affairs Vol.62, No 2, 2009. p.318-334. Disponível em: <<http://pa.oxfordjournals.org/content/62/2/318.abstract>> Acesso em: 27 de Abril de 2012

TÖKÉS, Rudolf. **Political Transition and Social Transformation in Hungary.** Barcelona, Espanha; Revista CIDOB d'afers internacionals núm 32-35, 1996. p 79-101. Disponível em: <http://www.cidob.org/es/publicaciones/articulos/revista_cidob_d_afers_internacionals/political_transition_and_social_transformation_in_hungary2> Acesso em: 13 de Abril de 2012

TURNOCK, David. **The East European Economy in Context: Communism and transition.** London, UK: Routledge, 1997 p.425.

SIMON, Janus. **Cultura política Pós Paternalista na Hungria: Relação entre cidadãos e política durante e após a “Revolução Melancólica”** IN BAQUERO, Marcello (Org.) *Cultura Política e democracia: os desafios das sociedades contemporâneas.* Porto Alegre: UFRGS, 1995.

SZABO, Ladislao; SEGRILLO, Angelo; DE AQUINO, M. Aparecida; AUBERT, Pedro G. **Hungria 1956...e o muro começa a cair.** São Paulo: Contexto, 2006, 172p.

VICIADOS EM ROUPAS: *Identidade, Consumo e Descolonização*
ADDICTED TO CLOTHES: *Identity, Consumption and Decolonization*

Maria Fernanda Braccini de Gonzalez^{§§§§}

Resumo

Esse artigo aborda a questão dos *sapeurs* congolezes e seu processo de construção de identidade. Nesse sentido, o presente trabalho procura investigar a ligação entre a questão identitária e as práticas de consumo ostentatório do grupo, dentro de um contexto de descolonização do continente africano.

Palavras-chave: *sapeurs*, consumo, identidade.

Abstract

This article approaches the question of the Congolese *sapeurs* and their identity construction process. In this sense, the present work aims the understanding of the link between the identity question and the group's ostentatious consumption practices, all in a context of decolonization of the African continent.

Keywords: *sapeurs*, consumption, identity.

^{§§§§} Graduada no curso de Relações Internacionais na ESPM-Sul.
Email: fe.braccini@gmail.com

Introdução

Com a intensificação dos processos de globalização no século XXI, mudanças tem acontecido em quase todos os países do mundo em um ritmo cada vez mais rápido. Essas mudanças afetam de maneira inegável os povos locais, sendo responsáveis por novas construções e reconstruções de identidade, na medida em que fazem com que as estruturas e pontos de referencia sociais tradicionais se desloquem.

O termo “identidade” aborda uma variedade de estruturas complexas, e não há uma definição única para tal. Apesar disso, ao se discutir a respeito da construção de identidades culturais na contemporaneidade, é impossível fugir do debate a respeito da configuração identitária do sujeito que se situa em um tempo e em um espaço marcado pela descolonização tardia. Uma vez que os processos identitários não existem por si mesmos, apenas dentro de um contexto histórico como um todo, podemos afirmar que a identidade é em parte definida pelo contato com outros indivíduos. Assim, em situações de mudanças sociais aceleradas, como aquelas que caracterizam boa parte dos processos de descolonização, “os estatutos sociais se recompõem e os indivíduos devem redefinir rapidamente sua posição” (Agier 2001, 10).

Um caso bastante peculiar de construção identitária em um contexto de descolonização é aquele do grupo conhecido como *sapeurs*. Estes são jovens congolezes que pertencem à *Société des Ambianceurs et Personnes Elegantes* (Sape) que, em geral solteiros e desempregados, investem todo seu dinheiro na compra de roupas de grifes europeias.

Assim, esse artigo se propõe a investigar o processo de construção de identidade dos *sapeurs* em um contexto de pós-colonização. A relevância desse estudo se dá pelo fato de que o material acadêmico a respeito dos *sapeurs*, principalmente em língua portuguesa, ainda é escasso, e sua relação com as marcas quase não é abordada na literatura existente. Ademais, o estudo da lógica de consumo desse grupo também é relevante pois ajuda a dissipar mitos e preconceitos existentes em torno dos *sapeurs* congolezes, tidos muitas vezes como “loucos” ou “irracionais” pela visão externa, além de satisfazer interesses pessoais do autora, que é bastante atraída pelo tema.

Para atingir o objetivo proposto, a vertente de pesquisa adotada foi a qualitativa, por se tratar de um estudo que visa analisar e interpretar os fatos que circundam a questão dos *sapeurs* congolezes. O artigo traz um estudo exploratório, na medida em que reflete uma aproximação desta problemática, buscando desenvolver conceitos e ideias inerentes ao caso. O cunho do trabalho é teórico-empírico, pois foi feita pesquisa bibliográfica e documental.

As principais técnicas de coletas de dados deram-se a partir da análise de relatos e entrevistas dos próprios *sapeurs* em reportagens jornalísticas e vídeos como, por exemplo, o documentário “*The Importance of Being Elegant*”, de 2003.

O ponto de partida desse estudo é uma revisão teórica dos conceitos de cultura e identidade, assim como da questão da descolonização. A seguir, serão apresentados os *sapeurs*, sua história e contexto social. Por fim, os *sapeurs* serão analisados à luz dos conceitos trabalhados nas seções anteriores.

Cultura

A ideia moderna de cultura teria surgido no século XVIII, com o início do debate franco-alemão a respeito do conceito de cultura – para os alemães, a cultura estaria ligada ao patrimônio cultural e artístico de uma nação, sendo então um conceito ligado à diversidade, uma vez que cada país teria sua própria cultura; a visão francesa, no entanto, compreendia cultura de uma forma mais universal, em uma concepção mais próxima ao que entendemos hoje como civilização.

Com o desenvolvimento das ciências sociais, novas concepções de cultura surgiram, e seria impossível hoje reduzir tal conceito a uma única definição. Esse artigo opta pela abordagem de cultura como *sistema simbólico*, através da qual entende-se que a cultura deve considerada como um conjunto de regras, mecanismos de controle, planos ou, para pegar emprestado um conceito da informática, o que os técnicos de computador chamam de *programa*. Esse programa seria utilizado com o objetivo de governar o comportamento humano dentro de uma dada sociedade – configurando, assim, a *cultura*. Dessa forma, “estudar a cultura é portanto estudar um código de símbolos partilhados pelos membros dessa cultura” (Laraia 2001, 65).

É importante ter-se em mente que, dentro dessa abordagem, não há pré-requisitos fisiológicos para a cultura, estando todo o ser humano apto a recebe-la. Isso aconteceria porque “A cultura não se transmite com os genes. O indivíduo ‘se apropria’ de sua cultura progressivamente no curso de sua vida” (Cuche 1999, 88). Logo, a cultura, assim como o conceito de identidade, não seria algo estático, mas evoluiria a partir da soma e da interação “de todas as reinterpretações individuais” (idem, 88) de cada “membro” da mesma.

Outra concepção de cultura que deve ser mencionada é a de João Arriscado Nunes (1995). Para o autor, a cultura no período moderno adquire, paradoxalmente, um caráter híbrido, heterogêneo fluído e indeterminado, por um lado, e, por outro, também pode ser caracterizada como estável e contínua. De um modo geral, então, a cultura nada mais seria do

que um *repertório de recursos culturais*, “significados partilhados incorporados em forma” (Nunes 1995, 3), ou seja, práticas, representações, símbolos, crenças, objetos e identificações cujo significado seja o mesmo para um certo grupo de pessoas.

Identidade

A definição de um conceito de identidade se iniciaria com a ideia de que a mesma seria parte da unidade do ser humano, responsável por fazer com que as mais diversas experiências humanas sejam mutuamente entendíveis. Ao mesmo tempo, a noção de identidade estaria inserida dentro das sociedades, dependendo, assim, de algo de fora dela, de uma identidade que ela *não* é. Dessa maneira, a identidade seria marcada pela diferença, que, por sua vez, depende de um aspecto simbólico, ou seja, um indivíduo diferiria de outro através dos símbolos que ele adota, que não são os mesmos do outro.

Temos, então, a necessidade de contato, do estabelecimento de uma *fronteira* entre a identidade de um indivíduo e a de outro para que haja diferença. “[...] O ponto de partida das identidades individuais ou coletivas é o fato de que somos sempre o outro de alguém, o outro de um outro.” (Agier 2001, p9). Assim, ao surgir a partir das interações entre o indivíduo e o meio social, a identidade seria ao mesmo tempo inclusão e exclusão: ao mesmo tempo que atrai o indivíduo e seu grupo àqueles que compartilham da mesma identidade, também serviria para distingui-los de outros grupos, como “uma modalidade de categorização da distinção nós/eles” (Cuche 1999, p177).

Exatamente por conta dessa dimensão relacional, é impossível compreender o conceito de identidade como algo estanque – como Cuche explica, “[...] a identidade é sempre a resultante de um processo de identificação no interior de uma situação relacional” (1999, p83). É lógico supor, então, que se a situação relacional se modificar, o processo de identificação também se alterará, produzindo uma nova identidade. É este o caso dos movimentos de colonização, independência e pós-coloniais, que implicariam em mudanças estruturais, e, conseqüentemente, em alterações na situação relacional original. Stuart Hall (2006) é especialmente enfático ao tratar a questão da identidade em contextos de descolonização: “os movimentos de independência e pós-colonial, nos quais histórias imperiais continuam a ser vivamente retalhadas, são necessariamente, portanto, momentos de luta cultural, de revisão, e de reapropriação” (Hall 2006, p34).

Dentro dessa lógica de mudanças contínuas, seria praticamente impossível para o indivíduo adotar uma única identidade, uma vez que esse tipo de mudança social implicaria em uma multiplicação dos sistemas de significação e representação cultural. Com isso, passa

a existir uma multiplicidade de identidades possíveis de serem adotadas pelo indivíduo em diferentes momentos – algo que vai ao encontro da ideia de Agier (2001) de que, no período atual, teríamos uma substituição das grandes narrativas identitárias (missão cristã, destino das classes, projeto nacional) por uma grande gama de novas pequenas narrativas. “Cada indivíduo integra, de maneira sintética, a pluralidade das referências identificatórias que estão ligadas à sua história. [...] A identidade funciona, por assim dizer, como as bonecas russas, encaixadas umas nas outras.” (Cuche 1999, p194-195).

Descolonização

O domínio colonial clássico - a saber: período no qual as grandes potências europeias possuíam ocuparam e dominaram política e economicamente outros territórios (Visentini, 2010)- na África durou aproximadamente 75 anos, tempo durante o qual o continente encontrou-se dividido entre quatro potências: Grã-Bretanha, França, Bélgica e Portugal. A França organizou o território que dominava no continente em dois blocos sem integração entre eles, e que, a partir da segunda metade do século XX, seriam fragmentados em diversos países independentes, entre eles a República do Congo.

Algumas das causas apontadas como motivadoras dos movimentos de independência são a Segunda Guerra Mundial, que teria dado fim à chamada “superioridade do homem branco”, sustentáculo ideológico da dominação colonial; o avanço das ideias socialistas sobre o continente africano, principalmente com o acirramento da Guerra Fria; e a Conferência de Brazzaville, organizada em 1944 pelo governo francês com o objetivo de definir as políticas do mesmo para suas colônias africanas, efetuando mudanças mas procurando manter a dominação francesa na região. Os objetivos da Conferência de Brazzaville foram mal interpretados pelos africanos, que viram na mesma uma promessa, ainda que vaga, de independência – tal situação gerou uma frustração generalizada entre as populações e serviu como estopim para os movimentos de libertação (Lentin, 1977).

Para Visentini (2010, p28), a independência do Congo-Brazzaville aconteceu de forma “‘pacífica’, gradual e controlada”. A República do Congo se tornou independente da França em 15 de agosto de 1960, através de acordos de transferência de poder e cooperação entre a colônia e a ex-metrópole, assinados no mês anterior em Paris. Por conta do forte controle exercido pela França durante o processo, Albert-Paul Lentin (1977) localiza a independência congoleza dentro de uma iniciativa de “balcanização” do continente africano onde, através da independência política formal, os países africanos manteriam as fronteiras traçadas pelo colonialismo do século XIX, preservando assim os interesses locais das

potencias europeias. É importante notar que o processo descolonização congolês, como já foi mencionado, se resumiu à esfera política. Economicamente e, principalmente, no âmbito cultural e ideológico, o país continuou a depender da França e da ajuda de organismos internacionais. “[...] os instrumentos para a rejeição dos velhos modelos colonialistas foram eficientes: expulsaram a presença direta do colonizador. Mas a sociedade africana não reconhece sua liberdade”. (Canêdo 1986, p70). O imperialismo e as forças de resistência a ele continuam a existir na configuração atual, ainda que tenham assumido novas formas (entre elas, a meu ver, a mais significativa seria a dependência econômica). Assim, mesmo aqueles que nasceram após os processo de descolonização ainda sobrem as consequências do mesmo, na medida em que lutam para encontrar sua identidade.

Os *sapeurs*

Localizada no centro do continente africano, a República do Congo (também conhecida como Congo Brazzaville), remonta à descoberta da desembocadura do rio Congo pelo português Diego Cao, em 1492. No final do século XIX, o país se tornou uma colônia francesa, com capital na cidade de Brazzaville. A dominação francesa durou até a década de 1960, quando o país se tornou independente, mergulhando em seguida em diversas guerras civis.

É nesse contexto que surgem os *sapeurs*. Gandoulou (1984) explica que a palavra tem sua origem etimológica no termo “*sape*”, particípio do verbo *sapeur*, derivado da expressão “*la Sape*”. Essa expressão, por sua vez, surgiu como uma gíria entre a população, e queria dizer roupa, vestimenta, carregando uma conotação de elegância, prestígio e novidade. A expressão também passou a ser usada como um acrônimo para se referir à *Société des ambienceurs et personnes elegantes* (“Sociedade dos Animadores e Pessoas Elegantes”, em tradução literal). Friedman (1994), Gandoulou (1984) e Bazanquisa (1992) parecem concordar que a Sape surgiu entre o início dos anos 1950 e os anos 1960, sob a forma de um clube de ajuda mútua formado por jovens agrupados em torno da figura de um alfaiate. A hierarquia dentro e entre tais grupos era derivada da identificação com um estilo de vida parisiense, se expressando especialmente através das roupas

Para Friedman (1994) e Gandoulou (1984), entre o final da década de 1950 e início da década de 1960, grande parte dos clubes de jovens criados nos anos 50 desapareceu em razão do aumento dos movimentos de cunho socialista, que atacavam os grupos de jovens como ofensivos à identidade africana e exaltavam um retorno à cultura tradicional como uma demonstração de nacionalismo, em conformidade com o cenário político do país, que entrava

em processo de independência de sua antiga metrópole. No final dos anos 60, no entanto, o chamado culto às roupas ganhou novo fôlego com o sucesso do cantor Papa Wemba, músico famoso na África central e conhecido por seu estilo *flamboyant* de vestir, criado todo a partir de roupas importadas da Europa.

A ligação entre a Sape e o contexto político congolês também é defendida por Rémy Bazanquisa (1992). O autor, no entanto, dá ênfase especial à questão étnica do país, usando-a como ferramenta para auxiliar no entendimento da Sape. De acordo com Bazanquisa (1992), há, na região do Congo, três etnias principais: os Kongo, os Mbochi e os Téké. O processo de colonização é fortemente ligado à etnia Téké, cujos membros são considerados culpados pelo colonialismo europeu^{*****}. Os Kongo são a etnia mais associada aos franceses, e, por conta de sua presença um pouco apagada na cena política, os Mbochi eram considerados subordinados dos Kongo.

Com a independência em 1960, a supremacia dos Kongo é reafirmada. Isso mudará, no entanto, quando um golpe de Estado coloca militares da etnia Mbochi no poder, em 1968. Precisamente nessa época, dá-se o ressurgimento da Sape, ainda que com uma estrutura modificada: “os membros são mais jovens que aqueles dos anos 50-60. Eles são desempregados e não se agrupam mais em torno de um alfaiate.” (Bazanquisa 1992, p154, tradução da autora) Além disso, os clubes surgidos nos anos 1970 ganham, de acordo com Bazanquisa (1992), um caráter mais politizado, na medida em que a utilização de roupas de luxo ganha uma conotação de resistência ao regime vigente.

Após os anos 1970, marcados por uma dura crise econômica, o país volta a crescer no início da década de 1980, com um *boom* petrolífero. O aumento do fluxo de dinheiro dentro do país promove o que Bazanquisa (1992) chama de “atmosfera de festa” na população, e é nessa conjuntura que a Sape adotaria, finalmente, sua forma atual, na qual, segundo Bazanquisa (1992, 156, tradução da autora), “ela constitui a referência para a exibição simbólica do poder”.

De maneira resumida, então, Bazanquisa (1992) defende que

A Sape emerge dentro de um contexto da transformação da totalidade política no Congo, marcada, no nível de representações, pela substituição da oposição hierárquica Kongo/Mbochi pela oposição equiestatuária entre os Nortistas/Sulistas [que se dá logo após a independência e antes do golpe militar Mbochi e que perdurará na história congoleza]. Nesse contexto, o sistema de legitimação do poder muda também para se articular ao redor da violência militar. (152).

*****Para os congolese, o marco fundacional de seu Estado-nação é o Tratado de Paz assinado pelo explorador europeu Pierre de Brazza e Makoko, o rei sagrado dos Téké. Esse tratado foi selado com uma doação de terra. Assim, para os congolese, os Téké teriam dado sua terra aos europeus, o que fez com que perdessem o direito de governá-la.

A forma atual da Sape surge em um momento de transformação política no país: a tensão não se dá mais entre dois grupos étnicos (os Kongo e os Mbochi, cada qual com um espaço dentro da “hierarquia étnica” tradicional, ou seja, pré-colonial, do Congo), mas entre dois grupos políticos de mesmo nível hierárquico (os Nortistas e os Sulistas). Para manter o poder, o governo faria uso de extensa violência militar – à qual os sapeurs se oporiam, não de uma forma determinada, mas através de uma escolha específica de vestuário (e suas conotações). Assim, as roupas de luxo permitiriam dissociar os militares daqueles que, na visão dos sapeurs, estariam aptos a encarnar a ordem política e representá-la no exterior. Nesse momento, “os sapeurs se apresentam como a encarnação dos corpos investidos de poder” (Bazanquisa 1992, p156), poder esse que, assim como as roupas, viria do exterior. É importante notar, no entanto, que, apesar de sua posição política contrária ao regime, os sapeurs são, por definição, contrários à *violência* – e por consequência, ao regime, uma vez que este utiliza a mesma como meio de legitimação.

Para um membro da organização, o ato de “*se sapeur*”, de se vestir com elegância, é uma jornada, e essa jornada se inicia no Congo, em Brazzaville, e termina em Paris. É esse processo que seria responsável por transformar o jovem congolês desempregado em um homem notável, digno do reconhecimento de sua comunidade.

Assim, a jornada de um *sapeur* tem início ainda em Brazzaville, com a acumulação de vestuário de nível inferior na hierarquia da Sape: primeiro, na base, estão as roupas feitas por alfaiates locais e que se subdividem entre aquelas que são feitas com tecidos da região (as mais baixas na hierarquia) e as confeccionadas com tecidos importados. Logo após, vem as chamadas *non-griffés*, roupas das coleções *pret-à-porter* de grandes estilistas – também conhecidas como *ready-to-wear*, são compostas por roupas feitas industrialmente, em tamanhos pré-estabelecidos, destinadas ao consumo em massa. Acima das *non-griffés*, estão as cópias da *haute couture*. *Haute couture* (literalmente, “alta costura” em português) representa a tradição de criar roupas à mão, em um processo extremamente elaborado no qual cada peça é criada individualmente. Nessa fase o *sapeur* adquire cópias das roupas criadas pelos grandes estilistas franceses, em geral importadas de Hong Kong.

Por último, estão as roupas criadas pelos próprios estilistas franceses, adquiridas diretamente na França, na chamada “aventura” (*l’aventure*), que é o nome dado à fase que o *sapeur* passa em Paris. O *sapeur* que vai à *Paname*, como a cidade é chamada na linguagem do grupo, e retorna à Brazzaville passa a ser *l’Aventurier* (“aventureiro”), alcançando um nível hierárquico mais alto do que seus colegas. Ainda que hoje em dia vários *sapeurs*

acabem emigrando para Bruxelas por questões legais, a capital francesa possui uma conotação especial para o grupo, como Gandoulou (1984, p19, tradução da autora) deixa claro: “[Eles] consideram Paris como o centro do mundo moderno, e também como o centro mundial da Sape”.

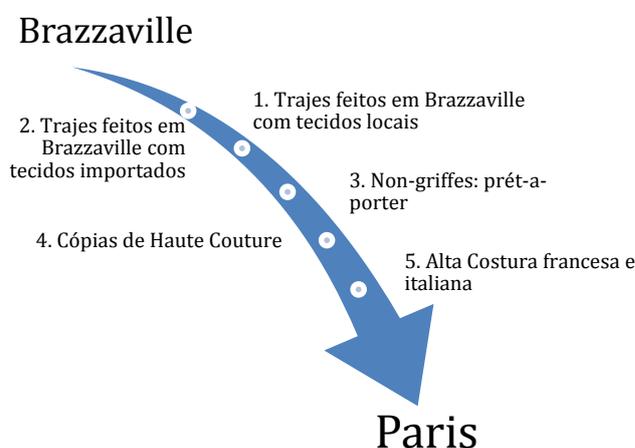


Figura 1– A Hierarquia da Sape.

Fonte: adaptado de Friedman, 1994.

A ida à Paris tem como objetivo, é claro, obter *la gamme*, como é conhecido dentro do grupo o conjunto dos estilistas europeus e suas roupas reverenciados pelos *sapeurs*. A acumulação de *la gamme* é o objetivo principal de todos os membros da Sape, e a maior demonstração de prestígio e poder dentro da organização.

A obtenção das roupas é sempre um processo difícil, não importando em que nível hierárquico o *sapeur* esteja. *Sapeurs* mais antigos com frequência passam anos poupando dinheiro para comprar uma única peça de roupa. Alugar trajes já conquistados para *sapeurs* iniciantes também é um fonte de renda comum para aqueles melhor estabelecidos. Outras formas menos lícitas de aquisição não são incomuns. O contrabando, ou *trade*, é a mais praticada: aqueles que conseguem ir a Paris voltam com roupas de grife para vender, em geral sem observar qualquer regra de comércio internacional entre França e Congo (MacGaffey e Bazanquisa, 2000).

É importante notar, no entanto, que as roupas não são adquiridas como meras peças de vestuário. “O objetivo do *sapeur* é apresentar seu guarda-roupa em Brazzaville, nos desfiles de elegância ou nas festas particulares, nas quais são organizados concursos, e nos lugares chiques da capital.” (Dorier-Apprill, Kouvouama e Apprill 1998, p69, tradução da autora). Tal concepção será explorada com maiores detalhes na seção seguinte.

Identidade e a Sape

Jonathan Friedman (1994), baseado nas ideias de Justin-Daniel Gandoulou (1984), interpreta o fenômeno dos *sapeurs* como algo genuinamente africano. Para o autor, o consumo ostentatório de roupas de luxo europeias seria uma reação ao choque cultural provocado pela colonização. Assim, os *sapeurs* estariam atuando dentro de uma cosmologia indígena, segundo a qual a chamada “força vital” do ser humano poderia ser extraída e reapropriada através da imitação, uma ideia que remonta aos tempos pré-coloniais. Com a colonização, os congolese (principalmente os da etnia Kongo) tiveram que se adaptar, e tal adaptação foi feita através da apropriação e uso de elementos claramente ocidentais (as roupas de luxo europeias) dentro de uma lógica africana (a questão da “força vital”, parte da cultura congolese pré-colonial).

A partir da noção de cultura como sistema simbólico, podemos entender que, de acordo com essa abordagem dos *sapeurs*, só os objetos culturais seriam ocidentais – o projeto cultural no qual esses objetos estariam inseridos seria totalmente africano. Essa prática teria se exacerbado após a independência política africana, na esteira dos problemas sociais e identitários que surgem em consequência ao processo de descolonização – como Augustoni e Viana (2012, p191) lembram, “A passagem de um *status quo* para outro estaria repleta de ajustamentos, de frustrações e do inesperado, que geram, quando em operação, o desconforto típico do deslizamento do ‘que era de fato’ ao ‘que há de ser’”. Descolonização implica, necessariamente, em mudança social acelerada, na qual a relação do indivíduo com ele mesmo e com sua cultura e grupo passam por ajustes.

É importante notar que essa interpretação do fenômeno mostra os *sapeurs* como um caso isolado, quase uma exceção na história pós-colonial dos povos africanos. Ela também leva a crer que os processos de colonização e posterior descolonização não teriam afetado seriamente a cultura congolese original, pré-colonial – ainda que os objetos utilizados como símbolo tenham mudado, o sistema simbólico dentro do qual esses elementos fazem sentido (ou seja, a cultura) continuaria o mesmo.

Um dos maiores críticos dessa visão é James G. Ferguson (2002). O autor defende que tal interpretação não apenas é racista, como também, através da insistência em manter o que Ferguson chama de “alteridade indígena” (“*indigenous otherness*”), mascara as verdadeiras demandas dos *sapeurs*.

Ferguson (2002) situa os *sapeurs* dentro de um grupo maior de populações africanas que tendiam a “imitar”, em alguns aspectos, seus colonizadores. Dentro desse grupo, estariam

também os mineiros da cidade de Broken Hill (hoje chamada de Kabwe), na Zâmbia, e os participantes do movimento Hauka, em Gana. Na década de 40, mineiros de Broken Hill demonstravam interesse em trajes de gala europeus, que, depois de adquiridos com esforço, eram exibidos em competição de dança de salão, com juízes muitas vezes europeus. Já o movimento Hauka foi apresentado pelo cineasta Jean Rouché em seu filme de caráter etnográfico *Les Maîtres Fous* (1955). Originado em Níger nos anos 1920 e depois expandido para as outras colônias britânicas através de migrações da população, este movimento envolvia rituais de possessão, nos quais os participantes eram “possuídos” pelo espírito de oficiais estrangeiros. Como Ferguson (2002, p554, tradução da autora) descreve, “seus rituais de possessão . . . envolviam uma imitação performática de oficiais brancos, junto com outros sinais de possessão como espumar pela boca, arregalar os olhos, movimentos contorcidos e a quebra de tabus alimentícios”.

Esses tipos de rituais têm sido interpretados desde a década de 50 por autores como Clyde Mitchell (1956) e A. L. Epstein (1959) como imitação. Para os autores, a emulação de formas culturais brancas estaria ligada a uma hierarquia de *status* dentro da sociedade negra, na qual os brancos formariam um “grupo de referência”, contra o qual o “*status* negro” seria medido. A raiz dessa interpretação, para Ferguson, estaria no “embaraço” que esse tipo de movimento representava para antropólogos e nacionalistas africanos: “como alguém lida com um objeto de alteridade que se recusa a ser outro e que deliberadamente procura minar sua própria ‘autenticidade’? O que se faz com o outro cultural que quer ‘tornar-se como você’?” (Ferguson 2002, p553).

A solução para esse problema seria ver essa imitação como uma espécie de paródia e apropriação e insistir no fato de que tais ações seriam, na verdade, uma maneira de resistir ao colonialismo, preservando, assim, a chamada “alteridade indígena”. A interpretação de Friedman (1994) sobre os *sapeurs* se encaixaria nesse paradigma. O problema nessa interpretação é que, como já foi mencionado, ela tende, de acordo com Ferguson, a mascarar as verdadeiras demandas desses povos.

Para Ferguson (2002), a aquisição e exibição de bens ocidentais era a única maneira que os africanos tinham, dentro do contexto de sociedade colonial em que estavam inseridos, de demandar um *status* de civilizado, comparável ao dos europeus. Quando Jonathan Friedman (1994) defende que os *sapeurs*, através desse consumo ostentatório, estariam se apropriando da “magia” do ocidental para usar esses símbolos dentro de sua própria ordem cultural, essa demanda por igualdade é negada. A “imitação” era algo que, para Ferguson (2002), estava ligado a uma tentativa de, dentro das políticas culturais da ordem colonial,

tentar pertencer a essa sociedade moderna da qual os colonizadores faziam parte, adquirindo dessa maneira os direitos inerentes a tal pertencimento. Ferguson (2002) salienta o fato, e nesse ponto sua análise é extremamente válida, que os africanos não queriam ser vistos como “selvagens decorativos”, mas sim como iguais.

Magubane (1969) vai mais além nessa análise, defendendo que o que chamamos de imitação não existe de fato: os negros apenas fazem o que tem que fazer para sobreviver em uma sociedade colonial. Aqueles negros que de fato imitavam os colonizadores o faziam por conta de uma questão psicológica – e nisso Magubane (1969) se aproxima das ideias de Fanon (1968), apresentadas em capítulo anterior, a respeito do conflito existencial decorrente de uma assimilação da dominação colonial (gerando, aí, um sentimento de inferioridade no colonizado, que tentaria a todo custo fugir de si mesmo e se aproximar dos valores do colonizador, considerados melhores).

Ainda que tais interpretações apresentem argumentos válidos, pode-se, no entanto, questionar porque tais fenômenos continuaram a existir – e, no caso em questão, até mesmo se fortalecer – após o processo de descolonização, uma vez que estariam ligados à realidade colonial. Uma explicação para isso poderia ser encontrada no fato de que, apesar de terem conseguido sua independência política, a maior parte das ex-colônias africanas (e isso é especialmente verdadeiro no caso do Congo) ainda é economicamente dependente de países europeus. Tal dependência, assim como a situação econômica precária desses países, impediu os africanos de alcançarem o pertencimento à sociedade global moderna defendido por Ferguson (2002).

Podemos apontar como uma das causas da manutenção desse fenômeno após o processo de descolonização o fato de que o mesmo não estaria ligado apenas à realidade colonial, mas se encontraria em um nível mais profundo, de construção e reconstrução de identidades. O consumo ostentatório de roupas de luxo não só faz parte do dia-a-dia do *sapeur*, mas serve para definir quem ele é. Da mesma forma, a satisfação e o orgulho que advém do ato de “*se sapeur*” estão ligados com a noção de empoderamento pessoal e distinção dentro do grupo social.

Para entender como isso se dá, é necessário retomar a questão da construção de identidade. Sabe-se que o ponto de partida de qualquer identidade é a relação com outro. Quando há mudanças contextuais – no caso específico, de colonização e descolonização, por exemplo – esses relacionamentos também se alteram, em uma transformação que atinge praticamente todas as formas culturais responsáveis por orientar a existência de cada pessoa. Nessa situação, a identidade também sofre ajustes, quando não é reformulada totalmente. No

caso dos *sapeurs*, o grupo surgiu em um momento em que o Congo era colônia francesa, e veio a se fortalecer no período subsequente à independência política – dois períodos de mudanças contextuais e estruturais que afetaram bastante a realidade congoleza.

A concepção de identidade como algo político apresentada por Santos (2005) – na qual a mesma serviria como defesa para um indivíduo ou grupo frente a outro, considerado uma ameaça - também pode ser aplicada ao caso dos *sapeurs*, na medida em que, como Bazanquisa (1992) demonstra, o uso e consumo de roupas de luxo ganha caráter simbólico de forma de protesto contra o regime militar que dominou o país durante os anos 1970, com a construção de uma identidade *sapeur* servindo como defesa simbólica às políticas e violência impostas pelos militares Mbochi. Nesse caso, no entanto, essa identidade política não poderia ser considerada uma construção deliberada do grupo, mas seria uma consequência da repercussão de seus atos no contexto social no qual estavam inseridos.

Na relação do grupo com os militares Mbochi, aliás, torna-se claro a oposição entre a identidade construída pelo grupo para definir a si mesmo e a identidade imposta externamente. Conforme já foi abordado, para Denys Cuche (1999), a identidade nasceria da negociação entre uma “auto-identidade”, definida pelo próprio indivíduo, e uma “hetero-identidade”, definida pelos outros. Assim, durante o período militar, a maneira pela qual os *sapeurs* viam a si mesmos seria sua auto-identidade. Já a visão negativa dos Mbochi sobre eles seria a hetero-identidade.

Cuche (1999) deixa claro que, em situações de dominação, a hetero-identidade passa a ter mais influência sobre o indivíduo ou grupo que define, e pode levar à estigmatização, principalmente no caso de grupos minoritários. Foi exatamente isso que os militares Mbochi tentaram fazer com os *sapeurs* – seu intento, no entanto, fracassou, na medida que o grupo ainda é visto com distinção pelos membros das comunidades nas quais estão inseridos. Esse fracasso deve-se ao fato de que os Mbochi, tanto pela questão étnica (a etnia Mbochi era considerada inferior à etnia Kongo) quanto pela questão local (norte *versus* sul), não possuíam suficiente legitimidade junto à população para conseguir impor sua definição negativa do grupo.

No caso específico dos *sapeurs*, a utilização de roupas de luxo os identificaria, fazendo com que diferentes indivíduos se reconhecessem mutuamente como parte integrante de um mesmo grupo (a Sape) e, ao mesmo, os distinguiria do restante da sociedade congoleza. Assim, a “auto-identidade” criada ao redor do consumo ostentatório serviria como, nas palavras de Cuche (1999, p. 177), “uma modalidade de categorização da distinção nós/eles”. O “nós”, é claro, seria a Sape, enquanto o “eles” poderia ser interpretado tanto

como o resto da sociedade congoleza como um todo ou como o poder dominante (os colonizadores franceses ou os militares Mbochi, por exemplo), de acordo com o contexto histórico.

Tanto Friedman (1994) quando Gandoulou (1984) situam o nascimento e, principalmente, o fortalecimento da Sape nos anos 1950 e 1960. Politicamente, este período corresponde a época de descolonização congoleza – a independência política da República do Congo se deu na década de 1960, conforme já foi mencionado. Poder-se-ia então relacionar ambos os eventos através da concepção de descolonização como uma fronteira simbólica entre dois sistemas diferentes. Assim, não seria por acaso que a Sape teria nascido e se fortalecido ao mesmo tempo em que a República do Congo alcançava sua independência – por ser uma fronteira, a transição a partir do sistema colonial implicaria em indefinição e expectativa; e uma mudança no contexto, como já foi visto, também significa mudança nas identidades assumidas por um indivíduo, como Hall deixa claro: “os movimentos de independência e pós-colonial . . . são necessariamente . . . momentos de luta cultural, de revisão, e de reapropriação” (2006, p34). Não se pode ignorar, também, que este período de transição corresponde a mudanças econômicas e políticas internas do país.

É importante notar, no entanto, que a identidade “sapeur” não é estanque ou monolítica. Os elementos que tornam os *sapeurs* parte da Sape não são os mesmos desde que o grupo foi criado – eles têm se alterado conforme o contexto no qual estão inseridos também se altera, tendo adquirido, por exemplo, um caráter mais politizado durante a ditadura Mbochi, ou passado a incluir roupas fabricadas em Hong Kong (algo que nem sequer poderia ser pensado na época do surgimento do grupo, nos anos 1950). Apesar de ser a identidade mais importante – ou, pelo menos, a mais aparente – a identidade “*sapeur*” não é a única que o membro da Sape tem. Ele é, ao mesmo tempo, *sapeur*, congolês, africano. Essa multiplicidade de identidades assumidas por um indivíduo único é típica do sujeito pós-Moderno, tal qual conceituado por Hall (2006).

Também pode ser considerada típica do período pós-moderno a questão da identidade sendo definida pelo consumo. No caso dos *sapeurs* isso fica evidente não só por conta do consumo ostentatório como um todo praticado pelo grupo, mas também na prática existente, principalmente nos níveis hierárquicos mais altos, de dar títulos relacionados as marcas mais utilizadas – o *sapeur* Lubobo, arcebispo (nível hierárquico apenas abaixo à de *le Pape*), se autodenomina “o número 1 de Cavalli” (The Importance, 2003, tradução da autora). Isso acontece, conforme já foi abordado, por conta da crise das chamadas “grandes narrativas” identitárias de Agier (2001) (missão cristã, destino das classes, projeto nacional), que

passaram a ser substituídas por uma gama de novas pequenas narrativas identitárias; ou, se tomarmos as ideias de Hall (2006), pela questão do “deslocamento” de um centro único para uma pluralidade de centros. De qualquer forma, vemos que a questão nacional como forma de identificação sofre principalmente na África, onde, por conta do desenvolvimento histórico da região, nunca foi especialmente forte em primeiro lugar.

Considerações Finais

Por conta de todos os elementos citados a seção anterior, poder-se-ia, então, considerar que o *sapeur* seria, em sua essência, um sujeito tipicamente pós-moderno. Assim, ideia de que o grupo apenas continuaria usando a mesma lógica pré-colonial com instrumentos simbólicos diferentes (as roupas, que teriam sido apropriadas dos europeus) não se mantém.

Da mesma forma, percebe-se que as práticas da Sape não são apenas uma mera imitação do colonizador, mas estão situadas em um nível mais profundo, de construção de identidade. Assim, em seu nível mais básico, a Sape pode ser entendida como a representação do desejo de seus membros de serem vistos como iguais na sociedade global à qual, com a descolonização, passaram a fazer parte.

Referências

- Agier, Michel. 2001. “Distúrbios Identitários em Tempos de Globalização”. *Mana* 7(2):7-33.
- Augustoni, Prisca e Anderson Luiz Viana. A identidade do sujeito do pós-colonialismo em Angola. *IPOTESI* 14:190-200.
- Bazanquiza, Rémy. 1992. "La sape et la politique au Congo". *Journal des Africanistes* 62:151-157.
- Cânedo, Letícia Bicalho. 1986. *A Descolonização da Ásia e da África*. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas.
- Cuche, Denys. 1999. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC.
- Dorier-Apprill, Elisabeth; Abel Kouvouama e Cristophe Apprill. 1998. *Vivre à Brazzaville: Modernité et crises au quotidien*. Paris: Editions Karthala.
- Friedman, Jonathan. 1994. "The Political Economy of Elegance: An African Cult of Beauty". In: *Consumption and Identity*, ed. Jonathan Friedman. Chur: Hardwood Academic, 1994.
- Ferguson, James G. 2002. "Of Mimicry and Membership: Africans and the "New World Society". *Cultural Anthropology* 17(4):551-569.

Gandoulou, Justin-Daniel. 1984. *Au Coeur de La Sape: Moeurs et aventures de Congolais à Paris*. Paris: Editions L'Harmattan.

Hall, Stuart. 2006. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.

Laraia, Roque de Barros. 2001. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Lentin, Albert-Paul. 1977. "De Bandung a Havana". In: *Descolonização*, ed. Théo Santiago, 37-60. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

MacGaffey, Janet; e Rémy Bazanquisa. 2000. *Congo-Paris: transnational traders on the margins of the law*. Oxford: James Currey.

Magubane, Bernard. 1969. "Pluralism and Conflict Situations in Africa: A New Look". *African Social Research*7:559-654.

Nunes, João Arriscado. 1995. *Repertórios, Configurações e Fronteiras: sobre Cultura, Identidade e Globalização*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.

The Importance of Being Elegant. Direção: George Amponsa e Cosima Spender. Londres: BBC, 2003. (70 min), son., color.

Visentini, Paulo G. Fagundes. 2010. *A África Moderna: Continente em Mudança (1960-2010)*. Porto Alegre: Leitura XXI.